



# Diário Oficial

Nº 11.939 - Ano XLVII

Terça-feira, 09 de outubro de 2018

Prefeitura Municipal de Campinas  
www.campinas.sp.gov.br

## PODER EXECUTIVO

### GABINETE DO PREFEITO

#### REPUBLICADO POR INCORREÇÕES Nº PROTOCOLADO EXPEDIENTE DESPACHADO PELO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL EM 05 DE OUTUBRO DE 2018

Protocolado 2017/10/22905

Interessado: Comissão Permanente de Avaliação Probatória

Assunto: Exoneração de Servidora/Estágio Probatório

A vista da manifestação da Comissão Permanente de Avaliação às fls. 70 a 85, acolhida pelo Sr. Secretária Municipal de Recursos Humanos à fl. 86, DETERMINO a exoneração da servidora estagiária, matrícula nº 129.576-4 com supedâneo no parágrafo 4º do art. 41 da Constituição Federal, Lei 1.399/1955 e Decreto 15.114/2006, e bem como pelos fundamentos elencados no presente protocolo.

A SMRH para providências necessárias.

Campinas, 05 de outubro de 2018

**JONAS DONIZETTE**

Prefeito Municipal

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

(COM ITENS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/COOP)

**Pregão nº 281/2018 -Eletrônico-Processo Administrativo nº PMC.2018.00003277-12 -Interessado:** Secretaria Municipal de Saúde -**Objeto:** Registro de Preços de dietas e suplementos nutricionais para uso no Programa DST/AIDS -**Recebimento das Propostas dos itens 01 a 10:** das 08h do dia 25/10/18 às 09h do dia 26/10/18 -**Abertura das Propostas dos itens 01 a 10:** a partir das 09h do dia 26/10/18 -**Início da Disputa de Preços:** a partir das 10h30min do dia 26/10/18 -**Disponibilidade do Edital:** a partir de 11/10/18, no portal eletrônico www.licitacoes-e.com.br. Esclarecimentos adicionais com a Pregoeira Ana Paula Guedes Gorsin pelo telefone (19) 2116-0136.

Campinas, 08 de outubro de 2018

**MARCELO GONÇALVES DE SOUZA**

Diretor do Departamento Central de Compras

#### EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

**Processo Administrativo:** PMC.2018.00020833-14

**Interessado:** Secretaria Municipal Executiva do Gabinete do Prefeito

**Assunto:** Pregão eletrônico nº 233/2018

**Objeto:** Registro de Preços de licenças de uso do software Microsoft Office Home & Business 2016.

Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, acolhendo o despacho da Sra. Pregoeira - documento SEI nº0995718, e do disposto no art. 7º, inciso XXVII, do Decreto Municipal nº 14.218/03, combinado com o art. 3º, inciso II e art. 9º, inciso II, do Decreto Municipal nº 18.099/13 e suas alterações, **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico nº 233/2018, referente ao objeto em epígrafe, com os respectivos preços unitários entre parênteses para os itens **01(R\$500,00) e 02(R\$ 500,00)**, ofertados pela empresa adjudicatária **COMSOFTWARE TECNOLOGIA EIRELI**.

Publique-se na forma da lei. Encaminhe-se:

1. à Equipe de Pregão, para registro da homologação no Sistema de Informação Municipal - SIM;

2. à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - Coordenadoria Setorial de Formalização de Ajustes, para lavratura da Ata de Registro de Preços; e

3. à Secretaria Municipal Executiva do Gabinete do Prefeito, para as demais providências, em especial a reserva orçamentária eletrônica no SIM, o cumprimento do disposto nos artigos 8º e 9º do Decreto Municipal nº 19.737/18 e a autorização das respectivas despesas, previamente à emissão das Ordens de Fornecimento à detentora da Ata.

Campinas, 08 de outubro de 2018

**PAULO ZANELLA**

Secretário Municipal de Administração

#### EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

**Processo Administrativo:** PMC.2017.00044143-34

**Interessado:** Secretaria Municipal de Educação

**Assunto:** Pregão Eletrônico nº 250/2018

**Objeto:** Contratação de empresa seguradora para realização de seguro das Unidades Educacionais de Educação Infantil.

Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, acolhendo o despacho da Sra. Pregoeira - documento SEI nº0991641, e do disposto no art. 7º, inciso XXVII, do Decreto Municipal nº 14.218/03, combinado com o art. 3º, inciso II e art. 9º, inciso II, do Decreto Municipal nº 18.099/13 e suas alterações, **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico nº 250/2018, referente ao objeto em epígrafe, no valor total do prêmio de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), ofertado pela empresa adjudicatária **SOMPO SEGUROS S.A.**

Publique-se na forma da lei. Encaminhe-se:

1. à Secretaria Municipal de Educação, para autorização da despesa nos termos do Decreto Municipal nº 18.099/13 e suas alterações;

2. à Equipe de Pregão, para registro da homologação no Sistema de Informação Municipal - SIM;

3. à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - Coordenadoria Setorial de Formalização de Ajustes, para lavratura do Termo de Contrato; e

4. à Secretaria Municipal de Educação, para as demais providências.

Campinas, 08 de outubro de 2018

**PAULO ZANELLA**

Secretário Municipal de Administração

#### EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ANULAÇÃO DE ITEM, DECLARAÇÃO DE ITENS DESERTOS, ITENS FRACASSADOS E HOMOLOGAÇÃO

**Processo Administrativo nº PMC.2018.00010462-45**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Saúde

**Assunto:** Pregão Eletrônico nº 234/2018

**Objeto:** Registro de Preços de dietas e suplementos alimentares em atendimento a Mandados Judiciais.

Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, acolhendo o despacho da Sra. Pregoeira - documento SEI nº0993733e do disposto no art. 7º, inciso XXVII, do Decreto Municipal nº 14.218/03, combinado com o art. 3º, inciso II e art. 9º, inciso II, do Decreto Municipal nº 18.099/13 e suas alterações, resolvo:

1. **ANULAR** o item **08** por conter vício de origem, concedendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de eventuais recursos.

2. **INFORMAR** que a Pregoeira declarou **DESERTOS** os itens **02,10,11 e 12** por não lograrem interessados na apresentação de propostas, e **FRACASSADOS** os itens **18 e 26**, por não haver propostas em condições de aceitabilidade.

3. **HOMOLOGAR** o Pregão Eletrônico nº 234/2018, referente ao objeto em epígrafe, com os respectivos preços unitários entre parênteses para os itens indicados, ofertados pelas empresas adjudicatárias abaixo relacionadas:

-**EMPÓRIO HOSPITALAR COMÉRCIO DE PRODUTOS CIRÚRGICOS HOSPITALARES LTDA.**, itens **01(R\$ 51,26),07(R\$ 44,00),09(R\$ 91,00),13(R\$ 380,00),15(R\$ 128,50),21(R\$ 20,71) e 23(R\$ 104,61);**

-**SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA.**, itens **03(R\$ 96,00),04(R\$ 21,25),16(R\$ 134,27),19(R\$ 14,80),20(R\$ 42,41) e 22(R\$ 48,84);**

- **SAMAPI PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, itens **05(R\$ 40,00) e 24(R\$ 40,00);**

-**HUMANA ALIMENTAR - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA.**, itens **06(R\$ 77,00) e 25(R\$ 24,00);**

- **MULTICOM COMÉRCIO MÚLTIPO DE ALIMENTOS LTDA.**, item **14(R\$ 285,00); e**

-**GABEE FOODS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI**, item **17(R\$ 17,00).**

Publique-se na forma da lei. Encaminhe-se:

1. à Equipe de Pregão, para registro da homologação no Sistema de Informação Municipal - SIM;

2. à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - Coordenadoria Setorial de Formalização de Ajustes, para lavratura das Atas de Registro de Preços; e

3. à Secretaria Municipal de Saúde, para as demais providências, em especial a reserva orçamentária eletrônica no SIM, o cumprimento do disposto nos artigos 8º e 9º do Decreto Municipal nº 19.737/18 e a autorização das respectivas despesas, previamente à emissão das Ordens de Fornecimento às detentoras das Atas.

Campinas, 08 de outubro de 2018

**PAULO ZANELLA**

Secretário Municipal de Administração

#### EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

**Processo Administrativo nº PMC.2017.00001285-15**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Saúde

**Assunto:** Pregão Eletrônico nº 246/2018

**Objeto:** Locação de Sistema de Automação Total para realização de exames de Microbiologia no Laboratório Municipal de Campinas, com fornecimento dos reagentes, insumos e todos os materiais e equipamentos de suporte.

Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, acolhendo o despacho da Sra. Pregoeira - documento SEI nº0996847, e do disposto no art. 7º, inciso XXVII, do Decreto Municipal nº 14.218/03, combinado com o art. 3º, inciso II e art. 9º, inciso II, do Decreto Municipal nº 18.099/13 e suas alterações, **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico nº 246/2018, referente ao objeto em epígrafe, com o valor global estimado de R\$ 774.999,96 (setecentos e setenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), sendo R\$ 230.737,56 (duzentos e trinta mil setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos) para a locação e R\$ 544.262,40 (quinhentos e quarenta e quatro mil duzentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos) para o fornecimento dos reagentes, insumos e todos os materiais e equipamentos de suporte, ofertados pela empresa adjudicatária **CQC - TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA.**

Publique-se na forma da lei. Encaminhe-se:

1. à Secretaria Municipal de Saúde, para autorização da despesa, nos termos do Decreto Municipal nº 18.099/13 e suas alterações;

2. à Equipe de Pregão, para registro da homologação no Sistema de Informação Municipal - SIM;

3. à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - Coordenadoria Setorial de Formalização de Ajustes, para a lavratura do Termo de Contrato; e

4. à Secretaria Municipal de Saúde, para as demais providências.

Campinas, 08 de outubro de 2018

**PAULO ZANELLA**

Secretário Municipal de Administração

## EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº PMC 2018.00009655-90

Interessado: Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Assunto: Pregão Eletrônico nº 232/2018

Objeto: Registro de Preços de ferramentas de pequeno porte.

Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, acolhendo o despacho da Sra. Pregoeira - documento SEI nº 0996648, e do disposto no art. 7º, inciso XXVII, do Decreto Municipal nº 14.218/03, combinado com o art. 3º, inciso II e art. 9º, inciso II, do Decreto Municipal nº 18.099/13 e suas alterações, HOMOLOGO o Pregão Eletrônico nº 232/2018, referente ao objeto em epígrafe, com os respectivos preços unitários entre parênteses para os itens indicados, ofertados pelas empresas adjudicatárias abaixo relacionadas: -FER - MAX FERRAMENTAS LTDA., itens 01(R\$ 20,48), 06(R\$ 6,85), 09(R\$ 3,98), 10(R\$ 3,99), 11(R\$ 8,79), 14(R\$ 13,60), 18(R\$ 5,46), 20(R\$ 28,23), 22(R\$ 19,97), 25(R\$ 11,01), 32(R\$ 10,98), 34(R\$ 10,99), 35(R\$ 15,98), 37(R\$ 39,98), 40(R\$ 13,50), 51(R\$ 22,99); -ABRACOR COMERCIAL LTDA. - EPP, itens 02(R\$ 18,00), 07(R\$ 5,60), 08(R\$ 6,20), 15(R\$ 84,00), 26(R\$ 4,00), 29(R\$ 180,00), 30(R\$ 122,34) e 36(R\$ 50,99); e -GAMA COMÉRCIO DE MÁQUINAS, FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA., itens 03(R\$ 30,00), 04(R\$ 24,60), 05(R\$ 6,50), 12(R\$ 4,00), 13(R\$ 4,59), 16(R\$ 23,00), 17(R\$ 6,10), 19(R\$ 49,50), 21(R\$ 22,90), 23(R\$ 9,00), 24(R\$ 9,00), 27(R\$ 5,00), 28(R\$ 100,00), 31(R\$ 3,00), 33(R\$ 9,00), 38(R\$ 35,00), 39(R\$ 8,80), 41(R\$ 7,00), 42(R\$ 10,00), 43(R\$ 15,00), 44(R\$ 19,00), 45(R\$ 28,00), 46(R\$ 10,00), 47(R\$ 18,00), 48(R\$ 10,00), 49(R\$ 23,00), 50(R\$ 10,00), 52(R\$ 31,00), 53(R\$ 148,00) e 54(R\$ 185,00).

Publique-se na forma da lei. Encaminhe-se:

1. à Equipe de Pregão, para registro da homologação no Sistema de Informação Municipal - SIM;

2. à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - Coordenadoria Setorial de Formalização de Ajustes, para lavratura das Atas de Registro de Preços; e

3. à Secretaria Municipal de Serviços Públicos, para as demais providências, em especial a reserva orçamentária eletrônica no SIM, o cumprimento do disposto nos artigos 8º e 9º do Decreto Municipal nº 19.737/18 e a autorização das respectivas despesas, previamente à emissão das Ordens de Fornecimento às detentoras das Atas.

Campinas, 08 de outubro de 2018

PAULO ZANELLA

Secretário Municipal de Administração

## EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo: PMC 2018.00004521-18

Interessado: Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública

Assunto: Pregão Eletrônico nº 252/2018

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de suporte técnico, manutenção e diagnóstico preventivo do software de inteligência, análise e geração de informação qualificada denominado Sentry e do sistema Sentry-Smartcapture, com disponibilização de mão de obra, materiais e treinamento.

Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, acolhendo o despacho do Sr. Pregoeiro - documento SEI nº 0995402, e do disposto no art. 7º, inciso XXVII, do Decreto Municipal nº 14.218/03, combinado com o art. 3º, inciso II e art. 9º, inciso II, do Decreto Municipal nº 18.099/13 e suas alterações, HOMOLOGO o Pregão Eletrônico nº 252/2018, referente ao objeto em epígrafe, no valor global estimado de R\$ 839.120,00 (oitocentos e trinta e nove mil cento e vinte reais), ofertado pela empresa adjudicatária MULTIWAY COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Publique-se na forma da lei. Encaminhe-se:

1. à Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública, para autorização da despesa nos termos do Decreto Municipal nº 18.099/13 e suas alterações;

2. à Equipe de Pregão, para registro da homologação no Sistema de Informação Municipal - SIM;

3. à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - Coordenadoria Setorial de Formalização de Ajustes, para lavratura do Termo de Contrato; e

4. à Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública, para as demais providências.

Campinas, 08 de outubro de 2018

PAULO ZANELLA

## SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

## DESPACHO AUTORIZATIVO - RESOLUÇÃO N.º 17/2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Despacho expedido pela Sra. Secretária Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos em 08/10/2018

Protocolo n.º 2018/10/31196

Interessado: CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA DO PARQUE ITAJAÍ

## I REGIÃO

Objeto: Celebração do Termo de Fomento - 2018

Considerando terem sido cumpridas todas as etapas, formalidades e exigências da Resolução CMDCA n.º 17/2018, bem como da Lei Federal n.º 13.019/2014 e suas alterações e atendidas às ressalvas contidas no parecer da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, AUTORIZO com fundamento no art. 8º, V do Decreto Municipal n.º 18.099/2013 a celebração do Termo de Fomento entre o Município de Campinas, representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, e a(o) CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA DO PARQUE ITAJAÍ I REGIÃO, inscrita no CNPJ n.º 00.099.339/0001-97, para a execução da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como a consequente despesa de R\$ 6.442,29 (Seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e nove centavos), com vigência de 01 (um) mês, para a integral execução do (s) objeto (s) pactuado (s).

Publique-se. Após, à Coordenadoria Setorial de Formalização de Ajustes - DAJ/ SMAJ para a formalização do termo próprio, na forma do que dispõe o art. 3º do Decreto Municipal n.º 17.424/2011.

Protocolo n.º 2018/10/28135

Interessado: INSTITUTO DE PEDAGOGIA TERAPÊUTICA PROFESSOR NORBERTO DE SOUZA PINTO

Objeto: Celebração do Termo de Fomento - 2018

Considerando terem sido cumpridas todas as etapas, formalidades e exigências da Resolução CMDCA n.º 17/2018, bem como da Lei Federal n.º 13.019/2014 e suas alterações e atendidas às ressalvas contidas no parecer da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, AUTORIZO com fundamento no art. 8º, V do Decreto Municipal n.º 18.099/2013 a celebração do Termo de Fomento entre o Município de Campinas, representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, e a(o) INSTITUTO DE PEDAGOGIA TERAPÊUTICA PROFESSOR NORBERTO DE SOUZA PINTO, inscrita no CNPJ n.º 46.099.891/0001-86, para a execução da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como a consequente despesa de R\$ 4.945,00 (Quatro mil e novecentos e quarenta e cinco reais), com vigência de 07 (sete) meses, para a integral execução do (s) objeto (s) pactuado (s).

Publique-se. Após, à Coordenadoria Setorial de Formalização de Ajustes - DAJ/ SMAJ para a formalização do termo próprio, na forma do que dispõe o art. 3º do Decreto Municipal n.º 17.424/2011.

Campinas, 08 de outubro de 2018

ELIANE JOCELAINE PEREIRA

Secretária Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMPD

### ATOS DO CONSELHO

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência - CMPD no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei 10.316 de 09 de novembro de 1999, que dispõe sobre sua criação, alterada pela Lei 13.052 de 29 de agosto de 2007, convoca todos os Conselheiros Titulares e convida seus Suplentes e interessados para a Reunião Ordinária a realizar-se no dia 10 de Outubro de 2018, às 14:00 na Casa dos Conselhos, Rua Ferreira Penteado, nº 1.331, Centro.

PAUTA:

- 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior
- 2) Formação das comissões internas para acompanhamento das propostas
- 3) Definição da forma de atuação das comissões.
- 4) Informes Gerais

Campinas, 08 de outubro de 2018

MÁRIO CÉSAR MELLO DA SILVA

PRESIDENTE - CMPD

## SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

## DEPARTAMENTO DE ACESSORIA JURÍDICA

### NOTIFICAÇÃO

#### PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Protocolo Administrativo nº 2017/10/39.683

ORGANIZAÇÃO SOCIAL VITALE SAÚDE (IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARIRI)

AVENIDA ANTÔNIO J. DE CARVALHO, Nº 409 - CENTRO

CEP 17.250-000 - BARIRI / SP

A Administração Municipal de Campinas, por intermédio da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, NOTIFICA a ORGANIZAÇÃO SOCIAL VITALE SAÚDE (IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARIRI, inscrita no CNPJ sob o nº 44.690.238/0001-61, na pessoa de seu representante legal, que conforme despacho do Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos, no procedimento administrativo de aplicação de penalidade em epígrafe, em Fl. 1012, decidiu-se pela aplicação da sanção de penalidade de multa de 10% sobre o valor mensal dos serviços contratados e de suspensão temporária do di-

## EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Campinas (Lei N.º 2.819/63) é uma publicação da Prefeitura Municipal de Campinas Site: [www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)

### CONTEÚDO

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das Secretarias e órgãos públicos emissores. Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor. Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para 156 - Serviço de Atendimento ao Cidadão.

### ACERVO

Edições posteriores a 22 de fevereiro de 2002 estão disponíveis para consulta na Internet no seguinte endereço: <http://www.campinas.sp.gov.br/diario-oficial/> Para acessar Suplementos, utilize o seguinte endereço: <http://www.campinas.sp.gov.br/diario-oficial/suplementos.php> Edições anteriores a 22 de fevereiro de 2002 deverão ser pesquisadas junto à Biblioteca Pública Municipal "Professor Ernesto Manoel Zink" (Avenida Benjamin Constant, 1.633, Centro, telefone: 2116-0423)

### CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Esta publicação é Certificada Digitalmente, acesse o guia de Certificação Digital: <http://www.campinas.sp.gov.br/diario-oficial/guia.php>. Caso haja necessidade de cópias autenticadas em papel, contate a IMA, no endereço abaixo.

### IMPRESSA OFICIAL

Edição, Diagramação e Publicação Eletrônica: IMA - Informática de Municípios Associados S/A, responsável pela Imprensa Oficial do Município de Campinas e-mail: [diario.oficial@ima.sp.gov.br](mailto:diario.oficial@ima.sp.gov.br) - site: [www.ima.sp.gov.br](http://www.ima.sp.gov.br) Informações pelo Fone/Fax: (19) 3755-6533 ou na Rua Bernardo de Sousa Campos, 42, Ponte Preta, Campinas/SP.

Recebimento de conteúdo para publicação até as 17 horas do dia anterior.

reito de licitar e impedimento de contratar com o Município por 02 (dois) anos, além da declaração de idoneidade, nos exatos termos do disposto nas cláusulas 11.1, 11.1.2.1, 11.1.2.2, 11.1.3, e 11.1.1.4 do Termo de Contrato de Gestão nº 91/16, e no artigo 87, incisos II, III, e IV da lei nº 8.666/93.

Está facultada à empresa a apresentação de Recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da presente publicação e/ou do recebimento da presente.

Somente após o trânsito em julgado ocorrerá a execução das penalidades eventualmente impostas.

Os autos do protocolado estarão com vista franqueada no Paço Municipal, Avenida Anchieta, 14º andar - Sala 05, Departamento de Assessoria Jurídica, de 9h a 12h, e de 14h a 16h30min, de segunda a sexta-feira.

Campinas, 08 de outubro de 2018  
**ELIZANDRA MARIA MALUF CABRAL**  
 PROCURADORA DO MUNICÍPIO - DIRETORA DO DAJ/SMAJ

#### DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - PROCON

### NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA

*Despacho de Decisão*

Ficam as partes notificadas para, no prazo de 10 dias, tomar ciência da decisão de 1ª Instância dos processos encerrados por acordo entre as partes e/ou inércia do consumidor, com fulcro nos artigos 55, 60 caput, 61, incisos I, II, III, IV, V e parágrafo único, do Decreto Municipal 18.922/2015.

Nº PROCESSO	RECLAMANTE	RECLAMADA(S)
00356/2018/ADM	LAURO DE ALMEIDA	MAGAZINE LUIZA
00457/2018/ADM	MARILENE DE OLIVEIRA DE SOUZA	MAGAZINE LUIZA
00888/2017/ADM	CASSIO MARTINS DE LAZARI	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
01455/2018/ADM	MARIA RITA CABECA ULBRICHT	NISSAN - JUNDIAI / NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA / DAHRUJ NISSAN / DAHRUJ NISSAN
02465/2018/ADM	ADRIANA BRASILEIRO	GRUPO OI - OI MOVEEL S/A
02466/2018/ADM	ADRIANA BRASILEIRO	GRUPO OI - OI MOVEEL SA
02824/2018/ADM	ANTONIO EDVANO AMADOR DE SOUSA	BANCO BMG
02865/2018/ADM	MARISA LOUREIRO DE PADUA OLIVEIRA MARTINS FERNANDES	RENAULT DO BRASIL S/A / AUTOMECCONCORDE
02871/2018/ADM	THAIS PEREIRA VIEIRA ROSA	CURSO BRASIL
02917/2018/ADM	LUCIA HELENA DE GODOY BARONI	MEGA BYTE
02927/2018/ADM	ANA MARIA FISHER	CAIXA SEGURADORA
02951/2018/ADM	EVANDRO GALASSO ROPOLI	CLARO - NET CAMPINAS E EMBRATTEL
02954/2018/ADM	MARCIO ALEXANDRE CARDOSO - 24806731897	CIELO S.A
02961/2018/ADM	GEORGE CARVALHO DE MOURA	BANCO DO BRASIL - OUVIDORIA
02963/2018/ADM	SILVIA HELENA FERREIRA	ASBAPI
02965/2018/ADM	MANUEL BISPO DA SILVA	CLARO - NET CAMPINAS E EMBRATTEL - OPERADORA
02970/2018/ADM	DANIELA MATOS	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - OUVIDORIA MATRIZ
02971/2018/ADM	CRISTIANE MEDRADO DA SILVA	LOJASKD
02977/2018/ADM	MARCELINO LUCINDO DIAS	TCT MOBILE - ALCATEL MOBILE / VIA VAREJO S/A MATRIZ
02982/2018/ADM	MARCIA REGIANE BORGES	VILA REAL VEICULOS 2 - FORTUNATO VEICULOS
02985/2018/ADM	JEANE CAROLINO SANTOS	CPFL
02986/2018/ADM	LAURA DE SOUZA	CRED SYSTEM ADM. DE CARTOES
02988/2018/ADM	EDINEI MELO	GRUPO FAC - ANHANGUERA
02989/2018/ADM	LUIZ SOARES SANTANA	PUNCH CORRETORA DE SEGUROS LTDA
02991/2018/ADM	ANIVALDO TADEU FRANJOTTI CHAGAS	TIM CELULAR - OPERADORA DE TELEFONIA MOVEEL
02992/2018/ADM	CAROLINA FARIA CARVALHO	VIAJANET / AVIANCA
02997/2018/ADM	MARIO SERGIO FRANCO DE MEDEIROS	DELL COMPUTADORES
03000/2018/ADM	MATHEUS TANAKA DE LIMA	GRUPO FAC - ANHANGUERA
03001/2018/ADM	JOSE DE JESUS CAPELLARO	SANASA CAMPINAS
03005/2018/ADM	DANIELA DE OLIVEIRA MARCELINO	ON TELECOM
03006/2018/ADM	MIRIAN NORBERTO DA SILVA	BANCO BRADESCO
03007/2018/ADM	DALVA APARECIDA DA CRUZ ANDRADE	ATRIA VEICULOS
03008/2018/ADM	RENATO SEVERINO TEDESCHI	FABRISPUMA
03010/2018/ADM	MANOEL MESSIAS ALVES DOS SANTOS	CPFL
03012/2018/ADM	ESTER MOREIRA DA CONCEICAO NOVAES	ZURICH MINAS BRASIL / VIA VAREJO S/A
03016/2018/ADM	FRANCIELLI TEODORO	CFC BRASIL
03017/2018/ADM	EDER ANTONIO MARQUES	CLARO - NET CAMPINAS E EMBRATTEL - OPERADORA
03019/2018/ADM	MARCO VINICIUS RODRIGUES DA SILVA	DOUGLAS RODAS E PNEUS PORTE ME
03020/2018/ADM	ANTONIO ANDRESSON LIMA DE ARAUJO	CONSORCIO EMBRACON
03021/2018/ADM	MARIA DAS DORES DA CONCEICAO SANTOS	REAL MAIA
03024/2018/ADM	JUDITH DIMOV	VIVO - GVT- TELEFONICA - OPERADORA DE TELEFONIA
03025/2018/ADM	FLAVIANE ROMANI FERNANDES SVARTMAN	SANASA CAMPINAS
03071/2018/ADM	ORLANDO ALVES BRITTS	MAGAZINE LUIZA
03147/2018/ADM	SILVIA REGINA ALVES FERREIRA	ITAU - BMG CONSIGNADOS

Campinas, 08 de outubro de 2018

**YARA PUPO**  
 Diretora do PROCON

### NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA

*Despacho de Decisão*

Nos termos dos artigos 55, 59 § 2º, 62 e 63 do Decreto Municipal 18.922/2015, ficam as partes NOTIFICADAS para tomar ciência da r. decisão administrativa de 1ª Instância, e querendo, apresentem recurso no prazo de 10 dias.

Nº PROCESSO	RECLAMANTE	RECLAMADA(S)
00416/2018/ADM	VALMIR DE SOUZA MARINHO	CNOVA COMERCIO ELETRONICO
00624/2018/ADM	ANDREIA MIRANDA SILVA	AMERICANAS.COM (B2W VAREJO/DIGITAL) / SHOPTIME.COM/ TV SKY SHOP
00910/2018/ADM	PAULO GOMES DE SOUZA	TIM CELULAR - OPERADORA DE TELEFONIA MOVEEL

01269/2018/ADM	JOSINALDO SANTOS DE SANTANA	RVM PARTICIPAÇÕES LTDA
01454/2018/ADM	CARLINDO HUGUENEY JUNIOR	M2 OBRAS E REFORMAS EM GERAL
01728/2018/ADM	ANTONIA CANDIDA RIBEIRO DOS SANTOS	SANTANDER SA OUVIDORIA
01930/2018/ADM	ARLENE DE FARIA CAMARA MATOS	TIM CELULAR - OPERADORA DE TELEFONIA MOVEEL
02116/2018/ADM	CAROLINA DANIEL CABRAL	CVC VIAGENS /AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
02791/2018/ADM	NOEMI DOS SANTOS VEIGA	TODESCHINI (ARTE COZINHAS) / PLANO PALMEIRAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
02793/2018/ADM	CLEUNIR PASSETI	DSK / BIOMEDIYCUR
02832/2018/ADM	WEVERTON ANTONIO PEREIRA	ACACIA AUTO PECAS / DAYCO POWER TRANSMISSION LTDA
02856/2018/ADM	JOSE DE OLIVEIRA ALVES	SANTANDER SA
02862/2018/ADM	MARINA AIELLO PADILLA	SEM PARAR VIA FACIL
02869/2018/ADM	MARCELA GIZZI	VIA VAREJO S/A MATRIZ
02878/2018/ADM	NAARA CRISTINA VILLARES MATHIAS	HOSPITAL RENASCENCA CAMPINAS
02893/2018/ADM	LEANDRO APARECIDO MARTINS PINTO	CASAS BAHIA P.Q. DAS BANDEIRAS
02918/2018/ADM	DI STEFANO MARIANO	BUDGET RENT A CAR
02948/2018/ADM	FABIO PAGANI	VESTEER TECNOLOGIA
02960/2018/ADM	JOBELINA PEREIRA MARTINS LINO	OTICAS GASSI
03011/2018/ADM	JANAINA PIVA DE OLIVEIRA	MEI
03760/2016/ADM	FERNANDA LOPES PRATALI	PAULISTAO SUPERMERCADOS

Campinas, 08 de outubro de 2018

**YARA PUPO**  
 Diretora do PROCON

### NOTIFICAÇÃO - RECLAMADA

*Despacho da Diretoria*

Nos termos dos artigos 30, inciso II § único e 55, do Decreto Municipal nº 18.922/2015, fica a empresa reclamada notificada para que no PRAZO DE 10 (DEZ DIAS) apresente manifestação com os argumentos de fato e de direito que fundamentem a descaracterização da infração descrita nos autos do Processo Administrativo, sob pena de revelia, nos exatos termos do artigo 44 e incisos, do Decreto Federal 2.181/97.

PROCESSO	RECLAMANTE	RECLAMADA(S)
03146/2018 ADM	VALDIR APARECIDO BONFIM	MANOEL FAGUNDES DE SOUZA NETO
02984/2018 ADM	MANEJO	PRIME CATALOGOS

Campinas, 08 de outubro de 2018

**YARA PUPO**  
 Diretora do PROCON

### SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E DE TURISMO

#### DEPARTAMENTO DE TURISMO

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR

Aos doze dias de setembro de 2018, às 14h30, (quarta-feira), realizou-se na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - situada na Avenida Anchieta, nº 200, 14º andar - Campinas/SP, a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Informes; 2. Eleição do Presidente e vice-presidente do COMTUR; 3. Proposta de elaboração do Regimento Interno; 4. Assuntos gerais. Estiveram presentes: **André Luiz de Camargo von Zuben** representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo (SMDEST); Suplente **Eros de Marconsini e Vizele** - (DeTur-SMDEST); **Alexandra Caprioli dos Santos Fontolan** representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo (DeTur-SMDEST); Suplente **Juliana Midori Asato Tomishima** - (DeTur-SMDEST); **Renato Piva Silva** - representante titular da Secretaria Municipal de Cultura (DeTur-SMDEST); **Vagner dos Santos** representante titular da Secretaria Municipal de Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), suplente **Marcos Roberto Boni**(SVDS); **Mateus Rosa Tognellare** representante titular da Secretaria Municipal de Educação (SME); **Robson dos Santos Caldeira** representante titular da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP); **Tatiana Lia Rocha Vieira** representante titular da Associação das Agências de Viagens Independentes do Interior do Estado de São Paulo (AVIESP), suplente **Jane Rodrigues da Silva** (AVIESP); **Suzi Rosa Camargo** representante titular da Associação Brasileira das Empresas Organizadoras de Eventos (ABEOC-SP); **Antônio Dias** representante titular da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis -SP (ABIH-SP); **Marcene Silva Oliveire** representante suplente da Delegacia Regional de Turismo do Estado de São Paulo; **Vanderlei Costa e Silva** representante titular do Campinas e Região Convention & Visitors Bureau (CRC&VB), Suplente **Rodrigo Bassitt Nogueira Porto** (CRC&VB); **Ana Maria Vieira Fernandes** representante suplente Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas); **Sylvia Helena Furegati** representante titular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); **Sandra Julia Gonçalves Albergaria** representante suplente Universidade Paulista (UNIP); **Juliana Trombeta Reis** representante titular Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac Campinas); **Cláudio Aparecido Vieira** representante suplente Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Campinas). E como convidado, representando a Associação Brasileira de Bares Restaurantes na RMC - Abrasel, **Mateus Mason Adorno, Rudigar de Souza Sampaio**. Do item 1 da Pauta, o Secretário de Desenvolvimento, **André von Zuben** iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e destacando a importância do papel dos conselheiros na condução do Conselho Municipal de Turismo e pediu em seguida para que os conselheiros presentes e visitantes fizessem suas apresentações para que todos se conhecessem. Do item 2) Posteriormente as apresentações, foi explicado pela conselheira **Alexandra** que de acordo com a pauta da reunião, deveria ser feita a eleição da composição para diretoria do Conselho, conforme consta no artigo 5º da Lei nº 15.641 de 29 de junho de 2018, "O presidente, o vice presidente e o secretário serão eleitos pelos membros do Conselho", neste momento foram apresentados pela conselheira **Alexandra**, os nomes postulantes ao cargo, sendo: **Vanderlei Costa e Silva**, presidente do Campinas e Região do Convention & Visitors Bureau como candidato a presidência, **Francis Pedrosa**, que neste ato está sendo representada pela suplente **Ana Maria Fernandes**, conforme lista de presença, representante da PUC Campinas como vice-presidente e

**Alexandra Caprioli dos Santos Fontolan**, representando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo como Secretária. Foi aberta a votação e foi aprovado por unanimidade dos presentes ficando da seguinte forma a composição: a) **Vanderlei Costa e Silva** - presidente; b) **Francis Pedroso** - vice-presidente; c) **Alexandra Caprioli dos Santos Fontolan** - Secretária. **Alexandra** explica de forma diplomática, que a representação do COMTUR ficou composta de forma democrática, conseguindo contemplar a união entre uma das entidades do mercado, uma representação da academia e a representação do poder público. **Vanderlei** agradece a oportunidade e explica que vê muitos interesses comuns entre o trabalho que deverá ser desenvolvido através deste Conselho Municipal de Turismo, destacando sua contribuição por representar uma entidade da sociedade civil, Campinas e Região Convention & Visitors Bureau (CRC&VB) do qual ocupa o cargo de presidente. Do item 3 da pauta, o Secretário **André** explicou ser necessário que seja criado um grupo de trabalho visando o estudo e proposta para criação do Regimento Interno do COMTUR devido à necessidade de sua elaboração e aprovação pelo Conselho, foi aberta a possibilidade de inscrições e se apresentaram: **Ana Maria, Eros, Jane, Vanderlei, Alexandra e Juliana**, acordado ficar para a próxima reunião a apresentação de proposta de regimento interno e em conformidade pela lei, possa ser aprovado no prazo de 120 dias da publicação da lei. A conselheira **Susi** mencionou que existe um modelo do Regimento Interno proposto pela Secretaria de Estado do Turismo e se coloca a disposição para encaminhar o modelo por fazer parte do Conselho Estadual de Turismo. Do item 4 da pauta a secretária **Alexandra** faz a explanação de que esta propondo aos conselheiros a inclusão da **Abrasel RMC - Associação dos Bares e Restaurantes na Região Metropolitana de Campinas**, através de dois profissionais (um titular e um suplente) que seriam admitidos como novos integrantes do Conselho Municipal de Turismo, justificou que quando da criação da lei pelo poder público, a entidade ainda não possuía representação na cidade de Campinas e por esta razão não constou na lei, porém pela relevância e importância do setor como representação feita pela entidade, a participação no conselho se torna imperativa, cita o artigo de lei do COMTUR que no parágrafo 3º do artigo 3º "na ausência de entidades específicas para outros segmentos, as pessoas que os representem poderão ser indicadas por profissionais da respectiva área ou pelo COMTUR, desde que haja aprovação por dois terços dos seus membros, podendo ser reconduzidas por quem as tenha indicado" desta forma foram apresentando os nomes: **Mateus Mason Adorno**, presidente da Abrasel RMC e **Rudigar de Sousa Sampaio**, conselheiro da Abrasel RMC, para que venham a fazer parte integrante e com direito à voz e voto como titular e suplente respectivamente, em seguida colocado em votação junto ao pleno, foi aprovado por unanimidade. Os nomes aprovados nesta reunião serão oportunamente encaminhados ao senhor prefeito Jonas Donizette para que seja realizada a portaria de nomeação, formalizando assim esta inclusão da entidade e seus profissionais representantes. A conselheira **Ana Maria**, da Puc Campinas, fala sobre a importância da presença dos guias de turismo na representação do conselho e em seguida é explicado pela secretária **Alexandra** que a entidade Sindegtur declinou da participação por não possuir representante na região e que será feito um processo de seleção de guias de turismo, já previsto na lei do COMTUR e que será apresentado nas próximas reuniões. A secretária **Alexandra** mencionou a possibilidade de indicação por parte dos membros do COMTUR de outras entidades e/ou profissionais que possam vir a agregar no conselho, ou ainda em situações de discussões e análises específicas que podem ser feitos convites para profissionais que tenham contribuições a dar. O conselheiro **Andre von Zuben** cita sobre a importância do papel ativo do COMTUR e que o município através do Departamento de Turismo estará unindo esforços no sentido de cumprir com todos os pré-requisitos para cadastrar Campinas como Município de Interesse Turístico - MIT, explicando que ainda será finalizado o plano de desenvolvimento turístico de Campinas, que são peças fundamentais para o município poder se habilitar. A secretária **Alexandra** mencionou que está em análise pela Prefeitura a possível parceria com o SENAC visando fazer o Plano de Desenvolvimento Turístico de Campinas que seria desenvolvido em conjunto com o Departamento de Turismo da Prefeitura, o COMTUR e o trade turístico, plano fundamental do processo de credenciamento do município. O conselheiro **Andre von Zuben** fez sugestão colocando em votação a itinerância das reuniões ordinárias, ficando aprovada pelo pleno e durante a reunião, diversos conselheiros se manifestaram favoravelmente a receberem as reuniões em suas sedes e ficou agendada a próxima reunião ordinária para o dia 02 de outubro de 2018, às 14h00, no auditório do edifício onde está situado o Campinas e Região Convention & Visitors Bureau. O conselheiro **Rodrigo Porto** sugeriu a inserção de representatividade do setor esportivo. A secretária **Alexandra** levará a possibilidade de contar com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da Prefeitura Municipal de Campinas ou outra entidade que de fato faça a representação desta categoria, a ser apresentada oportunamente em próximas reuniões. A secretária **Alexandra** informa aos presentes, que por designação do Prefeito Jonas Donizette, está sendo formado um Grupo de Trabalho visando estudar e promover uma reforma da legislação que trata da realização de eventos de toda natureza na cidade, de maneira a fomentar a vinda de mais eventos, já que a cidade é um dos principais destinos nos países para Turismo de Negócios e Eventos. O conselheiro **Antônio Dias** reforça a necessidade de melhoria nas condições de atendimento, sobretudo, dos eventos que gerem bilheteria, assunto que deve ser considerado de urgência para análise. O presidente **Vanderlei** menciona a importância de estimular o turismo por meio de ajustes nas formas de tributação, para ser mais justo e não inibir a atuação da organização de eventos em nossa cidade. Cita que a ocupação hoteleira em média está em 50%, e que com menos burocracia e mais eventos poderíamos ter mais ocupação. A secretária **Alexandra** menciona a importância da continuidade de realizar um trabalho de fomento ao turismo e principalmente captação de novos eventos, pois Campinas se encontra em 5º lugar no ranking da ICCA (International Conference and Convention Association), sendo que no ano anterior a cidade de Campinas ocupava a 10ª posição. Neste sentido, pede que a Conselheira **Furegatti**, representante da Unicamp, possa ajudar o Conselho a fazer a aproximação com a Universidade para que possamos potencializar ainda mais este trabalho de captação. A Conselheira **Sylvia** sugere apresentação dos assuntos aos coordenadores da UNICAMP, e de forma poder viabilizar o processo, irá propor em data oportuna uma reunião com representantes do município, do COMTUR e da universidade. O conselheiro **Antônio Dias** mencionou que em novembro de 2018, Campinas irá sediar um evento dos Conselhos de Enfermagem e deverá receber mais de 6.000 pessoas na cidade, o que deve impactar em toda cadeia hoteleira além dos demais serviços da cidade como alimentação e serviços. A secretária **Alexandra** mencionou da possibilidade do COMTUR colocar em seu planejamento futuro, a confecção de um calendário de eventos, dando mais visibilidade aos presentes do que está ocorrendo na cidade. Foi sugerido também, o envio por email aos conselheiros da programação de eventos de cada mês. O conselheiro **Mateus Mason** sugere que se possa fazer a unificação do calendário do COMTUR, evitando choques de datas. Foi comentado pela secretária **Alexandra** o caso da parceria da ABRASEL com a Prefeitura de Campinas, pedindo que o presidente da entidade explique o que esta sendo feito. **Mateus Mason**, como presidente da entidade, explicou que esta desenvolvendo junto aos seus associados, sugestões para que possa propor diversas

ações para o "Simplifica Campinas" que trata da regularização dos estabelecimentos de bares e restaurantes, propondo inclusive a simplificação na emissão de alvará de funcionamento. A conselheira **Suzi** convida o COMTUR para que possa participar de forma ativa a implementação do Observatório Estadual de Eventos, explica que em reunião ocorrida entre entidades na cidade de São Paulo, ficou determinada a criação de ferramenta que possa auxiliar nos dados referentes aos eventos em cada município e região, explicando o método de captação de dados por meio de uma plataforma gratuita, podendo ser o COMTUR o responsável pela alimentação dos dados locais. A secretária **Alexandra** comenta que existe uma vaga no CONDEPACC pertencente ao COMTUR, que atualmente é ocupada pela servidora de turismo **Adriana Scolfaro** e abre a possibilidade de inscrições aos interessados a ocupar a vaga, que se manifestem. A conselheira **Ana Maria** PUC Campinas, manifestou interesse, por trabalhar na universidade e ter seu mestrado na área de patrimônio e a conselheira **Sylvia** da Unicamp também demonstrou interesse, podendo ser suplente. A secretária **Alexandra** irá apresentar em momento oportuno, a indicação dos nomes junto ao conselho do CONDEPACC. O presidente eleito, representante titular do Campinas e Região do Convention & Visitors Bureau Vanderlei agradece a presença de todos e a confiança depositada nele e se coloca a disposição. Em ato contínuo, foi aberta a palavra aos presentes para que pudessem se manifestar sobre os temas tratados ou outros assuntos e não tendo mais o que discutir, o presidente Vanderlei Costa e Silva deu-se por encerrada a reunião. E eu **Alexandra Caprioli** dos Santos Fontolan, lavrei a presente Ata.

Campinas, 12 de setembro de 2018

**VANDERLEI COSTA E SILVA**  
Presidente do COMTUR

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### PORTARIA SME Nº 56, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

(Republicada por conter alterações)

A Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições de seu cargo, e CONSIDERANDO a Resolução SME Nº 05/2018, de 10 de agosto de 2016, que dispõe sobre a atualização dos dados pessoais e funcionais e classificação dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, e

CONSIDERANDO o Comunicado SME Nº 187/2018, de 20 de setembro de 2018, que dispõe sobre o cronograma das próximas ações do processo de atualização de dados cadastrais para fins de classificação funcional dos servidores da Secretaria Municipal de Educação de Campinas e que subsidiará os atos administrativos para 2019, **RESOLVE:**

Art. 1º - Instituir a Comissão Própria para análise e providências das solicitações de recursos, em segunda instância, concernentes à atualização cadastral e classificação funcional dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, constituída por um supervisor educacional indicado por cada NAED e presidida por membro da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, indicado por seu coordenador.

§1º A Comissão, a que alude o caput do artigo, fica assim constituída:

1. Presidente: Clarice Jaeger Area, matr. 1299042;
2. NAED Sul: Antonio Donizeti Leal, matr. 1080385;
3. NAED Leste: Elaine dos Santos Ribeiro, matr. 1258940;
4. NAED Sudoeste: Carla Regina Gonçalves de Souza, matr. 1196022;
5. NAED Norte: Jose Carlos Lopes Sariego, matr. 1111116;
6. NAED Noroeste: Glaine Chapoval Teresinha, matr. 12221248.

§2º A comissão, a que alude o caput, deverá reunir-se nos dias 08, 09, 10, 11, e 16 de outubro de 2018, das 08:00 às 17:00, em local a ser oportunamente comunicado aos membros acima indicados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 20 de setembro de 2018

**SOLANGE VILLON KOHN PELICER**  
Secretária Municipal de Educação

### EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Processo Administrativo nº PMC.2017.00025733-11

Interessado: Secretaria Municipal de Educação

Assunto: Pregão Eletrônico 244/2017

Objeto: Registro de Preços - Carnes Bovinas, Suínas, Frango, Embutidos e Enlatados.

Diante dos elementos constantes no presente processo administrativo e do disposto no Decreto Municipal nº 18.099/2013 e suas alterações, **AUTORIZO** a despesa em favor das empresas:

- **BOMFRAM ALIMENTOS LTDA**, com fulcro na Ata de Registro de Preços nº 141/2018, no valor de R\$ 171.570,00 (cento e setenta e um mil quinhentos e setenta reais);
- **FRIGORÍFICO VALE DO SAPUCAÍ LTDA**, com fulcro na Ata de Registro de Preços nº 142/2018, no valor de R\$ 446.586,00 (quatrocentos e quarenta e seis mil quinhentos e oitenta e seis reais);
- **IDEAL DISTRIBUIDORA DE CARNES E ALIMENTOS EIRELI - EPP**, com fulcro na Ata de Registro de Preços nº 143/2018, no valor de R\$ 81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais);
- **NS ALIMENTOS LTDA**, com fulcro na Ata de Registro de Preços nº 144/2018, no valor de R\$ 1.403.117,20 (um milhão quatrocentos e três mil cento e dezessete reais e vinte centavos); e
- **JAGUARA ALIMENTOS LTDA EPP**, com fulcro na Ata de Registro de Preços nº 145/2018, no valor de R\$ 1.176.553,68 (um milhão cento e setenta e seis mil quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos).

Publique-se.

Após, encaminhe-se ao Setor de Contabilidade / SME para emissão dos empenhos.

Campinas, 08 de outubro de 2018

**SOLANGE VILLON KOHN PELICER**  
Secretária Municipal de Educação

### FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

(EXCLUSIVO PARA EMPRESAS ME/EPP/COOP)  
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÕES NO EDITAL

Acha-se aberto na

**Fundação Municipal para Educação Comunitária**, com Instrumento Convocatório disponibilizado no Portal da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo ([www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br)) o

**Pregão Eletrônico nº 049/2018-Processo Administrativo nº FUMEC FUMEC 2018.00000134-59OBJETO:Aquisição e serviço de Instalação de Cancela auto-**

mática, conforme especificações constantes do ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA.

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 10/10/2018**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/10/2018-09:00 hs.**

**OFERTA DE COMPRA- OC Nº 824402801002018OC00058.**

Qualquer dúvida ou esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos até site da BEC: ([www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)), através da opção **Edital**

Campinas, 08 de outubro de 2018

**JULIO KATSUHIKO YOSHINO**

Gestor Administrativo Financeiro FUMEC/CEPROCAMP

### PORTARIA FUMEC Nº 166/2018

A Secretária Municipal de Educação e Presidente da Fundação Municipal para a Educação Comunitária - FUMEC, no uso das atribuições de seu cargo, e: CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO FUMEC Nº 07/2015, de 13 de agosto de 2015, que cria o Programa Educação ao Longo da Vida;

CONSIDERANDO o COMUNICADO FUMEC Nº 15/2018, de 28 de setembro de 2018, que trata da abertura de Processo Seletivo Interno que autorizará os Professores Efetivos e Função Atividade da Fundação Municipal para Educação Comunitária - FUMEC, a participar do Processo de Atribuição e Remoção de Classes do Programa Educação Ampliada ao Longo da Vida.

CONSIDERANDO o Processo de Atribuição e Remoção de Classes dos Professores Efetivos e Função Atividade, assim como dos Diretores Educacionais Efetivos da Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC), para o ano letivo de 2019.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear a Comissão de avaliação dos projetos diferenciados que serão de-

envolvidos nos Centros de Convivência e demais espaços educacionais para atendimento a demanda específica de acordo com a Proposta Pedagógica Educacional, que autorizará os Professores Efetivos e Função Atividade da Fundação Municipal para Educação Comunitária - FUMEC, a participação no Processo de Atribuição e Remoção de Classes do Programa Educação Ampliada ao Longo da Vida.

1 - Marinalva Imaculada Cuzin - matrícula: 10298 - Gestora dos Programas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos;

2 - Adriana Maria Corder Molinari - matrícula: 10464 - Orientadora Pedagógica dos Programas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos;

3 - Eliana Maria Oligurski - matrícula 10376 - Apoio Pedagógico a Gestão do Programa de Jovens, Adultos e Idosos;

4 - Ana Paula Lourenço Braz - matrícula: 10466 - Diretora Educacional da FUMEC;

5 - Maria Aparecida dos Santos - matrícula 1088 - Diretora Educacional da FUMEC;

6 - Elizabeth de Jesus Santana - matrícula 10544 - Diretora Educacional da FUMEC;

7 - Alessandra Virginelli Turatto - matrícula 10587 - Diretora Educacional da FUMEC;

8 - Josiane Regina de Souza Buzioli - matrícula 10582 - Diretora Educacional da FUMEC;

9 - Bianca Vitullo Bedin - Gerente do Centro de Convivência Espaço das Vilas;

10 - Gal Soares de Sordi - Gerente do Centro de Convivência Casa dos Sonhos - Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira;

11 - Juliana Mara Padovan Aleixo - Gerente do Centro de Convivência Rosa dos Ventos.

**Art.2º** Comissão a que se refere o artigo 1º deverá concluir seus trabalhos até a data de 16/10/2018.

**Art. 3º** Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Campinas, 05 de outubro de 2018

**SOLANGE VILLON KOHN PELICER**

Secretária Municipal de Educação e Presidente da FUMEC

### COMUNICADO FUMEC/CEPROCAMP Nº 18/2018

A Presidente da Fundação Municipal para Educação Comunitária, no uso das atribuições de seu cargo, COMUNICA a Classificação Geral dos Professores de Educação Profissional e Professores Substitutos de Educação Profissional, em consonância com a Resolução Fumec Nº 04/2017, de 22/08/2017, publicada no DOM de 25/08/2017.

Campinas, 08 de outubro de 2018

**SOLANGE VILLON KOHN PELICER**

Secretária Municipal de Educação e Presidente da FUMEC

CARGO:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL									
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:			SUBEIXO I - ADMINISTRAÇÃO (GESTÃO E NEGÓCIOS).							
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.		
10440	URUBATAN LOPES DA SILVA	508,72	69,55	578,27	0	60	22/09/1951	1		
10442	MISAEEL VICTOR NICOLUCI	497,78	72,32	570,10	0	60	25/01/1954	2		
10430	VILSON ROBERTO DE OLIVEIRA	429,16	60,80	489,96	0	60	03/11/1959	3		
10502	ALENCAR JOSE DE OLIVEIRA SCAFI	340,14	70,22	410,36	0	60	16/09/1958	4		
10447	WAGNER GOMES SEBASTIAO	287,07	67,21	354,28	0	60	18/10/1979	5		
10494	OSMAR ALVES TEIXEIRA	252,60	44,06	296,66	0	30	07/02/1969	6		
10426	FERNANDO SABINO DA SILVA	235,44	60,46	295,90	0	60	11/08/1981	7		
10412	FERNANDO ELIAS BORGES	185,01	66,55	251,56	0	60	01/03/1988	8		
10530	LUCIANA DE PAIVA MEIRA	132,58	0	132,58	0	0	13/09/1977	9		
10432	JULIO PENNA FEDRE	121,70	0	121,70	0	0	03/03/1980	10		
10565	DIEGO SALVIANO DE MATOS	90,20	15,00	105,20	0	15	05/04/1988	11		
CARGO:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL									
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:			SUBEIXO II - ALIMENTOS (TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER).							
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.		
10419	ERIKSEN KOJI MIYASAKI	158,50	72,00	230,50	0	60	11/09/1986	1		
CARGO:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL									
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:			SUBEIXO VI - AMBIENTAL (AMBIENTE E SAÚDE).							
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.		
10418	BRUNO KENZO KAGAWA	158,50	63,96	222,46	0	60	01/02/1991	1		
CARGO:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL									
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:			SUBEIXO VII - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (AMBIENTE E SAÚDE).							
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.		
10420	GUILHERME MASTROROSA	180,72	0	180,72	0	0	10/12/1982	1		
CARGO:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL									
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:			SUBEIXO VIII E IX - QUÍM. BIOL. SANITÁRIA (AMBIENTE E SAÚDE).							
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.		
10433	MARCOS PAULO HIRAYAMA	251,83	60,58	312,41	0	60	23/07/1978	1		
10425	ELLEN POMPEI STEPHAN	235,30	2,46	237,76	0	0	13/06/1986	2		
10545	FABIO NASCIMENTO DA SILVA	178,55	42,00	220,55	0	40	16/01/1985	3		
CARGO:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL									
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:			SUBEIXO X - SEGURANÇA (SEGURANÇA).							
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.		
10448	EDISON BENEDITO LOPES MARCON	260,30	76,78	337,08	0	60	18/08/1956	1		
10414	DENILTON DA SILVA	222,30	69,79	292,09	0	60	02/12/1970	2		
10542	EDVALDO DA COSTA PASSOS JUNIOR	217,92	67,68	285,60	0	60	01/01/1972	3		
10428	LIGIA FRUHVALL LISATCHOK	184,20	62,57	246,77	0	60	09/03/1967	4		
CARGO:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL									
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:			SUBEIXO XI - DESENHO TÉCNICO (SEGURANÇA).							
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.		

10503	REGINALDO ROBERTO DA SILVA	165,14	60,62	225,76	0	60	24/09/1973	1
<b>CARGO:</b>	<b>PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>							
<b>ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:</b>		<b>SUBEIXO XII - INFORMÁTICA (INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO).</b>						
<b>MATRÍCULA</b>	<b>NOME PROFESSOR</b>	<b>PTS TEMPO SERVIÇO</b>	<b>PTS TITULAÇÃO</b>	<b>PTS TOTAL</b>	<b>PTS REG. ATUAL</b>	<b>PTS MAIOR TÍTULO</b>	<b>DATA NASC.</b>	<b>CLASS.</b>
10434	ANA FLAVIA GRESPAN BASSI	424,92	90,1	515,02	0	60	09/08/1968	1
10505	JOSE AUGUSTO POLIZELLO	357,83	68,35	426,18	0	60	29/09/1964	2
10550	MONICA DE MEDEIROS REZENDE	334,25	30,60	364,85	0	30	28/08/1969	3
10431	WESLEY GARCIA SANCHES	285,46	65,51	350,97	0	60	07/01/1986	4
10515	ADRIANA APARECIDA BROTTTO GOMES DA SILVA	281,20	60,36	341,56	0	60	28/09/1972	5
10561	VERA LUCIA PAQUE GALES GUIMARAES	271,79	62,2	333,99	0	60	12/02/1957	6
10496	VALERIA CRISTINA GOMES LEAL	238,39	91,31	329,70	0	60	05/09/1973	7
10424	DENILSON JOSE PEREIRA	193,44	67,75	261,19	0	60	10/12/1986	8
10423	GUSTAVO BARONI STEGER	192,33	60,89	253,22	0	60	10/11/1966	9
10421	RICARDO AUGUSTO BUENO	158,50	61,00	219,50	0	60	27/04/1977	10
10416	RODOLFO DA SILVA SANTOS	158,80	60,36	219,16	0	60	13/05/1989	11
10591	JULIO CESAR DE PAULA	153,18	0,97	154,15	0	0	17/01/1970	12
<b>CARGO:</b>	<b>PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>							
<b>ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:</b>		<b>SUBEIXO XVIII - DIREITO (DIREITO).</b>						
<b>MATRÍCULA</b>	<b>NOME PROFESSOR</b>	<b>PTS TEMPO SERVIÇO</b>	<b>PTS TITULAÇÃO</b>	<b>PTS TOTAL</b>	<b>PTS REG. ATUAL</b>	<b>PTS MAIOR TÍTULO</b>	<b>DATA NASC.</b>	<b>CLASS.</b>
10586	FERNANDA COUTINHO NUNES	37,60	0,66	38,26	0	0	25/04/1981	1
10592	ANA LEILA OLIVEIRA DOS SANTOS	30,60	0,05	30,65	0	0	21/03/1990	2
<b>CARGO:</b>	<b>PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>							
<b>ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:</b>		<b>SUBEIXO XIX - LÍNGUA PORTUGUESA (LETRAS).</b>						
<b>MATRÍCULA</b>	<b>NOME PROFESSOR</b>	<b>PTS TEMPO SERVIÇO</b>	<b>PTS TITULAÇÃO</b>	<b>PTS TOTAL</b>	<b>PTS REG. ATUAL</b>	<b>PTS MAIOR TÍTULO</b>	<b>DATA NASC.</b>	<b>CLASS.</b>
10549	TERESA CANDOLO	252,10	66,16	318,26	0	50	28/03/1968	1
10578	REGISLENE DIAS DE ALMEIDA	246,08	6,50	252,58	0	0	23/03/1981	2
<b>CARGO:</b>	<b>PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>							
<b>ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:</b>		<b>SUBEIXO XX - INGLÊS (LETRAS).</b>						
<b>MATRÍCULA</b>	<b>NOME PROFESSOR</b>	<b>PTS TEMPO SERVIÇO</b>	<b>PTS TITULAÇÃO</b>	<b>PTS TOTAL</b>	<b>PTS REG. ATUAL</b>	<b>PTS MAIOR TÍTULO</b>	<b>DATA NASC.</b>	<b>CLASS.</b>
10566	JULIANA MORAIS BELO	90,60	44,48	135,08	0	40	06/06/1987	1
10544	VANESSA FERREIRA MAGNIN	111,50	0	111,50	0	0	23/07/1987	2
<b>CARGO:</b>	<b>PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>							
<b>ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:</b>		<b>SUBEIXO XXI - MATEMÁTICA/ESTATÍSTICA (CIÊNCIAS EXATAS).</b>						
<b>MATRÍCULA</b>	<b>NOME PROFESSOR</b>	<b>PTS TEMPO SERVIÇO</b>	<b>PTS TITULAÇÃO</b>	<b>PTS TOTAL</b>	<b>PTS REG. ATUAL</b>	<b>PTS MAIOR TÍTULO</b>	<b>DATA NASC.</b>	<b>CLASS.</b>
10453	JAKSON DA CRUZ PEREIRA	228,52	40,42	268,94	0	40	17/05/1981	1
10552	GERALDO PAULO GUIMARAES	218,93	0	218,93	0	0	06/06/1977	2
10584	VANESSA SILVA PEREIRA ARAUJO	37,60	0	37,60	0	0	05/12/1985	3
<b>CARGO:</b>	<b>PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>							
<b>ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:</b>		<b>SUBEIXO XXIII - CIDADANIA E RECURSOS HUMANOS (CIÊNCIAS HUMANAS).</b>						
<b>MATRÍCULA</b>	<b>NOME PROFESSOR</b>	<b>PTS TEMPO SERVIÇO</b>	<b>PTS TITULAÇÃO</b>	<b>PTS TOTAL</b>	<b>PTS REG. ATUAL</b>	<b>PTS MAIOR TÍTULO</b>	<b>DATA NASC.</b>	<b>CLASS.</b>
10441	ANDREA REGINA SAMPAIO PEREIRA	340,85	65,28	406,13	0	60	07/08/1969	1
10589	KARINA HYMNO DE SOUZA	39,05	10,10	49,15	0	10	13/09/1984	2
<b>CARGO:</b>	<b>PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>							
<b>ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:</b>		<b>SUBEIXO XXVI - ENFERMAGEM (AMBIENTE E SAÚDE).</b>						
<b>MATRÍCULA</b>	<b>NOME PROFESSOR</b>	<b>PTS TEMPO SERVIÇO</b>	<b>PTS TITULAÇÃO</b>	<b>PTS TOTAL</b>	<b>PTS REG. ATUAL</b>	<b>PTS MAIOR TÍTULO</b>	<b>DATA NASC.</b>	<b>CLASS.</b>
10495	ALESSANDRA REINATO WOLFF	289,12	54,53	343,65	0	40	04/03/1972	1
10504	SABRINA MOMESSO VIGANO	231,88	44,00	275,88	0	40	18/03/1979	2
10499	JOSICLEIDE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	242,96	27,26	270,22	0	25	17/09/1977	3
10534	ELISABETE GOMES LEAL	255,58	8,05	263,63	0	0	13/04/1969	4
10454	ESTEFANIE SIQUEIRA VIGATO DE OLIVEIRA	189,56	49,00	238,56	0	40	20/07/1989	5
10536	ADRIANA HELENA NECHITA	231,84	0,42	232,26	0	0	14/07/1980	6
10427	GUSTAVO FARIA DE OLIVEIRA	158,30	0	158,30	0	0	23/01/1990	7
<b>CARGO:</b>	<b>PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>							
<b>ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:</b>		<b>SUBEIXO XXVII - LOGÍSTICA (GESTÃO E NEGÓCIOS).</b>						
<b>MATRÍCULA</b>	<b>NOME PROFESSOR</b>	<b>PTS TEMPO SERVIÇO</b>	<b>PTS TITULAÇÃO</b>	<b>PTS TOTAL</b>	<b>PTS REG. ATUAL</b>	<b>PTS MAIOR TÍTULO</b>	<b>DATA NASC.</b>	<b>CLASS.</b>
10528	MOACIR JOSE TEIXEIRA	278,87	54,93	333,80	0	40	03/03/1973	1
10564	PAULA REGINA DA COSTA GAMBA	152,78	0,30	153,08	0	0	12/02/1985	2
10572	LEANDRO MARTINS DA SILVA	88,20	0	88,20	0	0	05/10/1979	3
10590	JONATHAN PAULO FIORI	36,20	10,58	46,78	0	10,00	18/10/1981	4
<b>CARGO:</b>	<b>PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>							
<b>ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:</b>		<b>ÁREA ADMINISTRAÇÃO (GESTÃO E NEGÓCIOS).</b>						
<b>MATRÍCULA</b>	<b>NOME PROFESSOR</b>	<b>PTS TEMPO SERVIÇO</b>	<b>PTS TITULAÇÃO</b>	<b>PTS TOTAL</b>	<b>PTS REG. ATUAL</b>	<b>PTS MAIOR TÍTULO</b>	<b>DATA NASC.</b>	<b>CLASS.</b>
10415	SAUL AFONSO CAMARGO	277,10	60,42	337,52	0	60	26/04/1971	1
10562	WAGNER DA CUNHA ALVARES	144,52	0	144,52	0	0	03/03/1964	2
<b>CARGO:</b>	<b>PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>							

ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:		ÁREA MEIO AMBIENTE (AMBIENTE E SAÚDE).						
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.
10422	CLAUDIA NISHIBE FUREGATTI SPINELLA	394,78	5,13	399,91	0	0	03/10/1966	1
10593	MARILIA RIBEIRO ZANETTI	19,60	29,12	48,72	0	25	24/04/1990	2
CARGO:		PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:		ÁREA SEGURANÇA DO TRABALHO (SEGURANÇA).						
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.
10435	EDVALDO DA COSTA PASSOS JUNIOR	241,52	67,68	309,20	0	60	01/01/1972	1
CARGO:		PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:		ÁREA INFORMÁTICA (INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO).						
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.
10563	WESLEY GARCIA SANCHES	251,86	65,51	317,37	0	60	07/01/1986	1
10417	ALEX SEIITI HAYASHIDA	180,34	31,72	212,06	0	30	26/01/1982	2
CARGO:		PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:		ÁREA ENFERMAGEM (AMBIENTE E SAÚDE).						
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.
10535	CIRLENE DOS SANTOS	292,38	26,42	318,80	0	25	30/11/1968	1
10450	JOSICLEIDE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	250,56	27,50	278,06	0	25	17/09/1977	2
10511	ROSIMERE FARIAS DE MENDONCA FLOREZIANO	248,47	27,58	276,05	0	25	04/02/1974	3
10551	ANA ANGELIK DE SA SILVA	167,03	30,36	197,39	0	30	17/12/1980	4
10523	ERIKA KATE DE OLIVEIRA LIMA	168,43	26,64	195,07	0	25	19/08/1986	5
CARGO:		PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:		ÁREA LOGÍSTICA (GESTÃO E NEGÓCIOS).						
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.
10553	REGIANNE FONTANA	237,07	28,35	265,42	0	25	21/12/1978	1
CARGO:		PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:		ÁREA LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS (LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS).						
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.
10531	MARTA MARIA PAGADIGORRIA RIBEIRO	153,40	50,00	203,40	0	50	07/02/1970	1
10581	ISAQUE SQUARIZI CARRILIO	73,60	0	73,60	0	0	13/06/1985	2
CARGO:		PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:		ÁREA CIÊNCIAS EXATAS (CIÊNCIAS EXATAS).						
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.
10529	ALEXANDRE EMIGDIO DA SILVA	127,50	60,00	187,50	0	60	23/01/1967	1
CARGO:		PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
ÁREA/EIXO TECNOLÓGICO:		ÁREA DIREITO (DIREITO).						
MATRÍCULA	NOME PROFESSOR	PTS TEMPO SERVIÇO	PTS TITULAÇÃO	PTS TOTAL	PTS REG. ATUAL	PTS MAIOR TÍTULO	DATA NASC.	CLASS.
10585	MAURILIO LOPES DE SANTANA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26/07/1979	1.

## SECRETARIA DE FINANÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

## JUNTA DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - JRT

## DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA JRT

Resultado da Análise de Admissibilidade de Recurso Voluntário  
**PROCESSO SEI PMC.2018.00004390-14**

**RECORRENTE: INCORPOREX EMPRENDIMENTOS LTDA.**  
**RECURSO VOLUNTÁRIO PROTOCOLADO n°2018/03/05706(digitalizado)**

**ASSUNTO: IPTU - REVISÃO DO LANÇAMENTO**

**CÓDIGO CARTOGRÁFICO 3424.61.08.0937.00000**

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA - JRT**

O recurso voluntário protocolado sob o n° 2018/03/05706 em 04/09/2018 (0974936) interposto contra a **decisão prolatada pelo Sr. COORDENADOR DA CSA/DRI/SMF publicada em 25/05/2018**, que indeferiu as razões de impugnação e manteve na íntegra o lançamento do IPTU para 2018 por considerá-lo corretamente constituído, pois o aumento do imposto é decorrente de alteração legislativa na Planta Genérica de Valores e por não ter apresentado elementos fáticos ou jurídicos que o invalidem, está impedido de ser admitido para ser julgado em 2ª instância na JRT em face da **intempestividade** constatada pelo cotejo das datas da publicação da decisão no Diário Oficial do Município e de entrega no protocolo geral do recurso interposto, nos termos do artigo 83, inciso I da Lei n°13.104/2007, eis que ultrapassado o prazo de 30 dias para sua apresentação, nos termos do caput do artigo 76 da Lei n°13.104/2007, haja vista o **recurso ter sido protocolado em 04/09/2018 (0974936)** e a **Decisão recorrida publicada no DOM em 25/05/2018, DOC.0954665, iniciando-se a contagem do prazo em 31/05/2018, esgotando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias em 29/06/2018**, a teor do artigo 21, inciso IV e parágrafo único, combinados com o artigo 22, inciso III, todos da Lei n°13.104/2007, que regem o processo administrativo no município de Campinas, diante do exposto, o Recurso Voluntário **NÃO SERÁ ADMITIDO** para ser julgado em 2ª instância administrativa pela JRT. Encaminhe-se, primeiramente, à Secretaria Geral da JRT para publicar a notificação do recorrente acerca do teor desta decisão, em seguida, em atenção as normas extraídas dos parágrafos 2º e 4º do artigo 76 da Lei n°13.104/2007, sejam os autos encaminhados em retorno ao **DRI/SMF** para providências em relação ao crédito tributário.

**EDGAR VALVERDE**

Presidente Da Junta De Recursos Tributário-AFTM matr.45894-5

## DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA JRT

Resultado da Análise de Admissibilidade de Recurso Voluntário  
**PROCESSO SEI PMC.2018.00001897-35**

**RECORRENTE: ANTONIO CASTRO LYRIO DE ALMEIDA**  
**RECURSO VOLUNTÁRIO PROTOCOLADO n°2018/03/05715(digitalizado)**

**ASSUNTO: IPTU - REVISÃO DO LANÇAMENTO**

**CÓDIGO CARTOGRÁFICO 3434.12.16.0277.01001**

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA - JRT**

O recurso voluntário protocolado sob o n° 2018/03/05715 em 04/09/2018 (0975374) interposto contra a **decisão prolatada pelo Sr. COORDENADOR DA CSA/DRI/SMF publicada em 25/01/2018**, que indeferiu as razões de impugnação e manteve na íntegra o lançamento do IPTU para 2018 por considerá-lo corretamente constituído, pois o aumento do imposto é decorrente de alteração legislativa na Planta Genérica de Valores e por não ter apresentado elementos fáticos ou jurídicos que o invalidem, está impedido de ser admitido para ser julgado em 2ª instância na JRT em face da **intempestividade** constatada pelo cotejo das datas da publicação da decisão no Diário Oficial do Município e de entrega no protocolo geral do recurso interposto, nos termos do artigo 83, inciso I da Lei n°13.104/2007, eis que ultrapassado o prazo de 30 dias para sua apresentação, nos termos do caput do artigo 76 da Lei n°13.104/2007, haja vista o **recurso ter sido protocolado em 04/09/2018 (0975374)** e a **Decisão recorrida publicada no DOM em 25/01/2018, DOC.0954679, iniciando-se a contagem do prazo em 29/01/2018, esgotando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias em 28/02/2018**, a teor do artigo 21, inciso IV e parágrafo único, combinados com o artigo 22, inciso III, todos da Lei n°13.104/2007, que regem o processo administrativo no município de Campinas, diante do exposto, o Recurso Voluntário **NÃO SERÁ ADMITIDO** para ser julgado em 2ª instância administrativa pela JRT. Encaminhe-se, primeiramente, à Secretaria Geral da JRT para publicar a notificação do recorrente acerca do teor desta decisão, em seguida, em atenção as normas extraídas dos parágrafos 2º e 4º do artigo 76 da Lei n°13.104/2007, sejam os autos encaminhados em retorno ao **DRI/SMF** para providências em relação ao crédito tributário.

**EDGAR VALVERDE**

Presidente Da Junta De Recursos Tributário-AFTM matr.45894-5



**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA JRT**

*Resultado da Análise de Admissibilidade de Recurso Voluntário*  
**PROCESSO SEI PMC.2018.00004378-10**  
**RECORRENTE: ACLA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.**  
**RECURSO VOLUNTÁRIO PROTOCOLADO nº2018/03/05713(digitalizado)**  
**ASSUNTO: IPTU - REVISÃO DO LANÇAMENTO**  
**CÓDIGO CARTOGRÁFICO 3424.22.21.0688.00000**  
**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA - JRT**

O recurso voluntário protocolado sob o nº 2018/03/05713 em 04/09/2018 (0991440) interposto contra a **decisão prolatada pelo Sr. COORDENADOR DA CSA/DRI/SMF publicada em 25/05/2018**, que indeferiu as razões de impugnação e manteve na íntegra o lançamento do IPTU para 2018 por considerá-lo corretamente constituído, pois o aumento do imposto é decorrente de alteração legislativa na Planta Genérica de Valores e por não ter apresentado elementos fáticos ou jurídicos que o invalidem, está impedido de ser admitido para ser julgado em 2ª instância na JRT em face da **intempestividade** constatada pelo cotejo das datas da publicação da decisão no Diário Oficial do Município e de entrega no protocolo geral do recurso interposto, nos termos do artigo 83, inciso I da Lei nº13.104/2007, eis que ultrapassado o prazo de 30 dias para sua apresentação, nos termos do caput do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, haja vista o **recurso ter sido protocolado em 04/09/2018 (0991440)** e a **Decisão recorrida publicada no <<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1681977095.pdf>>, página 09, em 25/05/2018, iniciando-se a contagem do prazo em 31/05/2018, esgotando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias em 29/06/2018**, a teor do artigo 21, inciso IV e parágrafo único, combinados com o artigo 22, inciso III, todos da Lei nº13.104/2007, que regem o processo administrativo no município de Campinas, diante do exposto, o Recurso Voluntário **NÃO SERÁ ADMITIDO** para ser julgado em 2ª instância administrativa pela JRT. Encaminhe-se, primeiramente, à Secretaria Geral da JRT para publicar a notificação do recorrente acerca do teor desta decisão, em seguida, em atenção as normas extraídas dos parágrafos 2º e 4º do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, sejam os autos encaminhados em retorno ao **DRI/SMF** para providências em relação ao crédito tributário.

**EDGAR VALVERDE**

Presidente Da Junta De Recursos Tributário-AFTM matr.45894-5

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA JRT**

*Resultado da Análise de Admissibilidade de Recurso Voluntário*  
**PROCESSO SEI PMC.2018.00004363-33**  
**RECORRENTE: ACLA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.**  
**RECURSO VOLUNTÁRIO PROTOCOLADO nº2018/03/05710(digitalizado)**  
**ASSUNTO: IPTU - REVISÃO DO LANÇAMENTO**  
**CÓDIGO CARTOGRÁFICO 3262.53.43.0120.00000**  
**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA - JRT**

O recurso voluntário protocolado sob o nº 2018/03/05710 em 04/09/2018 (0991503) interposto contra a **decisão prolatada pelo Sr. COORDENADOR DA CSA/DRI/SMF publicada em 25/05/2018**, que indeferiu as razões de impugnação e manteve na íntegra o lançamento do IPTU para 2018 por considerá-lo corretamente constituído, pois o aumento do imposto é decorrente de alteração legislativa na Planta Genérica de Valores e por não ter apresentado elementos fáticos ou jurídicos que o invalidem, está impedido de ser admitido para ser julgado em 2ª instância na JRT em face da **intempestividade** constatada pelo cotejo das datas da publicação da decisão no Diário Oficial do Município e de entrega no protocolo geral do recurso interposto, nos termos do artigo 83, inciso I da Lei nº13.104/2007, eis que ultrapassado o prazo de 30 dias para sua apresentação, nos termos do caput do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, haja vista o **recurso ter sido protocolado em 04/09/2018 (0991503)** e a **Decisão recorrida publicada no DOM (<<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1681977095.pdf>>), página 09, em 25/05/2018, iniciando-se a contagem do prazo em 31/05/2018, esgotando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias em 29/06/2018**, a teor do artigo 21, inciso IV e parágrafo único, combinados com o artigo 22, inciso III, todos da Lei nº13.104/2007, que regem o processo administrativo no município de Campinas, diante do exposto, o Recurso Voluntário **NÃO SERÁ ADMITIDO** para ser julgado em 2ª instância administrativa pela JRT. Encaminhe-se, primeiramente, à Secretaria Geral da JRT para publicar a notificação do recorrente acerca do teor desta decisão, em seguida, em atenção as normas extraídas dos parágrafos 2º e 4º do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, sejam os autos encaminhados em retorno ao **DRI/SMF** para providências em relação ao crédito tributário.

**EDGAR VALVERDE**

Presidente Da Junta De Recursos Tributário-AFTM matr.45894-5

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA JRT**

*Resultado da Análise de Admissibilidade de Recurso Voluntário*  
**PROCESSO SEI PMC.2018.00004383-87**  
**RECORRENTE: ACLA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.**  
**RECURSO VOLUNTÁRIO PROTOCOLADO nº2018/03/05712(digitalizado)**  
**ASSUNTO: IPTU - REVISÃO DO LANÇAMENTO**  
**CÓDIGO CARTOGRÁFICO 4313.13.95.0001.01076**  
**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA - JRT**

O recurso voluntário protocolado sob o nº 2018/03/05712 em 04/09/2018 (0991474) interposto contra a **decisão prolatada pelo Sr. COORDENADOR DA CSA/DRI/SMF publicada em 08/06/2018**, que indeferiu as razões de impugnação e manteve na íntegra o lançamento do IPTU para 2018 por considerá-lo corretamente constituído, pois o aumento do imposto é decorrente de alteração legislativa na Planta Genérica de Valores e por não ter apresentado elementos fáticos ou jurídicos que o invalidem, está impedido de ser admitido para ser julgado em 2ª instância na JRT em face da **intempestividade** constatada pelo cotejo das datas da publicação da decisão no Diário Oficial do Município e de entrega no protocolo geral do recurso interposto, nos termos do artigo 83, inciso I da Lei nº13.104/2007, eis que ultrapassado o prazo de 30 dias para sua apresentação, nos termos do caput do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, haja vista o **recurso ter sido protocolado em 04/09/2018 (0991474)** e a **Decisão recorrida publicada no DOM (doc.0893913), página 07, em 08/06/2018, iniciando-se a contagem do prazo em 12/06/2018, esgotando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias em 11/07/2018**, a teor do artigo 21, inciso IV e parágrafo único, combinados com o artigo 22, inciso III, todos da Lei nº13.104/2007, que regem o processo administrativo no município de Campinas, diante do exposto, o Recurso Voluntário **NÃO SERÁ ADMITIDO** para ser julgado em 2ª instância administrativa pela JRT. Encaminhe-se, primeiramente, à Secretaria Geral da JRT para publicar a notificação do recorrente acerca do teor desta decisão, em seguida, em atenção as normas extraídas dos parágrafos 2º e 4º do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, sejam os autos encaminhados em retorno ao **DRI/SMF** para providências em relação ao crédito tributário.

**EDGAR VALVERDE**

Presidente Da Junta De Recursos Tributário-AFTM matr.45894-5

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA JRT**

*Resultado da Análise de Admissibilidade de Recurso Voluntário*  
**PROCESSO SEI PMC.2018.00001907-41**  
**RECORRENTE: ACLA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.**  
**RECURSO VOLUNTÁRIO PROTOCOLADO nº2018/03/05705(digitalizado)**  
**ASSUNTO: IPTU - REVISÃO DO LANÇAMENTO**  
**CÓDIGO CARTOGRÁFICO 3434.12.12.0190.01001**  
**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA - JRT**

O recurso voluntário protocolado sob o nº 2018/03/05705 em 04/09/2018 (0991031) interposto contra a **decisão prolatada pelo Sr. COORDENADOR DA CSA/DRI/SMF publicada em 25/01/2018**, que indeferiu as razões de impugnação e manteve na íntegra o lançamento do IPTU para 2018 por considerá-lo corretamente constituído, pois o aumento do imposto é decorrente de alteração legislativa na Planta Genérica de Valores e por não ter apresentado elementos fáticos ou jurídicos que o invalidem, está impedido de ser admitido para ser julgado em 2ª instância na JRT em face da **intempestividade** constatada pelo cotejo das datas da publicação da decisão no Diário Oficial do Município e de entrega no protocolo geral do recurso interposto, nos termos do artigo 83, inciso I da Lei nº13.104/2007, eis que ultrapassado o prazo de 30 dias para sua apresentação, nos termos do caput do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, haja vista o **recurso ter sido protocolado em 04/09/2018 (0991031)** e a **Decisão recorrida publicada no D.O.M. <<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/721094562.pdf>>, página 23, em 25/01/2018, iniciando-se a contagem do prazo em 29/01/2018, esgotando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias em 28/02/2018**, a teor do artigo 21, inciso IV e parágrafo único, combinados com o artigo 22, inciso III, todos da Lei nº13.104/2007, que regem o processo administrativo no município de Campinas, diante do exposto, o Recurso Voluntário **NÃO SERÁ ADMITIDO** para ser julgado em 2ª instância administrativa pela JRT. Encaminhe-se, primeiramente, à Secretaria Geral da JRT para publicar a notificação do recorrente acerca do teor desta decisão, em seguida, em atenção as normas extraídas dos parágrafos 2º e 4º do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, sejam os autos encaminhados em retorno ao **DRI/SMF** para providências em relação ao crédito tributário.

**EDGAR VALVERDE**

Presidente Da Junta De Recursos Tributário-AFTM matr.45894-5

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA JRT**

*Resultado da Análise de Admissibilidade de Recurso Voluntário*  
**PROCESSO SEI PMC.2018.00001931-71**  
**RECORRENTE: ACLA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.**  
**RECURSO VOLUNTÁRIO PROTOCOLADO nº2018/03/05704(digitalizado)**  
**ASSUNTO: IPTU - REVISÃO DO LANÇAMENTO**  
**CÓDIGO CARTOGRÁFICO 3431.62.82.0171.01001**  
**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA - JRT**

O recurso voluntário protocolado sob o nº 2018/03/05704 em 04/09/2018 (0991316) interposto contra a **decisão prolatada pelo Sr. COORDENADOR DA CSA/DRI/SMF publicada em 25/01/2018**, que indeferiu as razões de impugnação e manteve na íntegra o lançamento do IPTU para 2018 por considerá-lo corretamente constituído, pois o aumento do imposto é decorrente de alteração legislativa na Planta Genérica de Valores e por não ter apresentado elementos fáticos ou jurídicos que o invalidem, está impedido de ser admitido para ser julgado em 2ª instância na JRT em face da **intempestividade** constatada pelo cotejo das datas da publicação da decisão no Diário Oficial do Município e de entrega no protocolo geral do recurso interposto, nos termos do artigo 83, inciso I da Lei nº13.104/2007, eis que ultrapassado o prazo de 30 dias para sua apresentação, nos termos do caput do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, haja vista o **recurso ter sido protocolado em 04/09/2018 (0991316)** e a **Decisão recorrida publicada no D.O.M. <<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/721094562.pdf>>, página 23, em 25/01/2018, iniciando-se a contagem do prazo em 29/01/2018, esgotando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias em 28/02/2018**, a teor do artigo 21, inciso IV e parágrafo único, combinados com o artigo 22, inciso III, todos da Lei nº13.104/2007, que regem o processo administrativo no município de Campinas, diante do exposto, o Recurso Voluntário **NÃO SERÁ ADMITIDO** para ser julgado em 2ª instância administrativa pela JRT. Encaminhe-se, primeiramente, à Secretaria Geral da JRT para publicar a notificação do recorrente acerca do teor desta decisão, em seguida, em atenção as normas extraídas dos parágrafos 2º e 4º do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, sejam os autos encaminhados em retorno ao **DRI/SMF** para providências em relação ao crédito tributário.

**EDGAR VALVERDE**

Presidente Da Junta De Recursos Tributário-AFTM matr.45894-5

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA JRT**

*Resultado da Análise de Admissibilidade de Recurso Voluntário*  
**PROCESSO SEI PMC.2018.00001916-32**  
**RECORRENTE: ACLA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.**  
**RECURSO VOLUNTÁRIO PROTOCOLADO nº2018/03/05711(digitalizado)**  
**ASSUNTO: IPTU - REVISÃO DO LANÇAMENTO**  
**CÓDIGO CARTOGRÁFICO 3431.62.82.0183.01001**  
**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA - JRT**

O recurso voluntário protocolado sob o nº 2018/03/05711 em 04/09/2018 (0991377) interposto contra a **decisão prolatada pelo Sr. COORDENADOR DA CSA/DRI/SMF publicada em 25/01/2018**, que indeferiu as razões de impugnação e manteve na íntegra o lançamento do IPTU para 2018 por considerá-lo corretamente constituído, pois o aumento do imposto é decorrente de alteração legislativa na Planta Genérica de Valores e por não ter apresentado elementos fáticos ou jurídicos que o invalidem, está impedido de ser admitido para ser julgado em 2ª instância na JRT em face da **intempestividade** constatada pelo cotejo das datas da publicação da decisão no Diário Oficial do Município e de entrega no protocolo geral do recurso interposto, nos termos do artigo 83, inciso I da Lei nº13.104/2007, eis que ultrapassado o prazo de 30 dias para sua apresentação, nos termos do caput do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, haja vista o **recurso ter sido protocolado em 04/09/2018 (0991377)** e a **Decisão recorrida publicada no D.O.M. <<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/721094562.pdf>>, página 23, em 25/01/2018, iniciando-se a contagem do prazo em 29/01/2018, esgotando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias em 28/02/2018**, a teor do artigo 21, inciso IV e parágrafo único, combinados com o artigo 22, inciso III, todos da Lei nº13.104/2007, que regem o processo administrativo no município de Campinas, diante do exposto, o Recurso Voluntário **NÃO SERÁ ADMITIDO** para ser julgado em 2ª instância administrativa pela JRT. Encaminhe-se, primeiramente, à Secretaria Geral da JRT para publicar a notificação do recorrente acerca do teor desta decisão, em seguida, em atenção as normas extraídas dos parágrafos 2º e 4º do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, sejam os autos encaminhados em retorno ao **DRI/SMF** para providências em relação ao crédito tributário.

**EDGAR VALVERDE**

Presidente Da Junta De Recursos Tributário-AFTM matr.45894-5



**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA JRT**

Resultado da Análise de Admissibilidade de Recurso Voluntário  
**PROCESSO SEI PMC.2018.00001912-17**

**RECORRENTE: ACLA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.**  
**RECURSO VOLUNTÁRIO PROTOCOLADO nº2018/03/05709(digitalizado)**  
**ASSUNTO: IPTU - REVISÃO DO LANÇAMENTO**  
**CÓDIGO CARTOGRAFICO 3431.62.82.0194.01001**

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA - JRT**

O recurso voluntário protocolado sob o nº 2018/03/05709 em 04/09/2018 (0991463) interposto contra a **decisão prolatada pelo Sr. COORDENADOR DA CSA/DRI/SMF publicada em 25/01/2018**, que indeferiu as razões de impugnação e manteve na íntegra o lançamento do IPTU para 2018 por considerá-lo corretamente constituído, pois o aumento do imposto é decorrente de alteração legislativa na Planta Genérica de Valores e por não ter apresentado elementos fáticos ou jurídicos que o invalidem, está impedido de ser admitido para ser julgado em 2ª instância na JRT em face da **intempestividade** constatada pelo cotejo das datas da publicação da decisão no Diário Oficial do Município e de entrega no protocolo geral do recurso interposto, nos termos do artigo 83, inciso I da Lei nº13.104/2007, eis que ultrapassado o prazo de 30 dias para sua apresentação, nos termos do caput do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, haja vista o **recurso ter sido protocolado em 04/09/2018 (0991463)** e a **Decisão recorrida publicada no D.O.M. <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/721094562.pdf>, página 23, em 25/01/2018, iniciando-se a contagem do prazo em 29/01/2018, esgotando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias em 28/02/2018**, a teor do artigo 21, inciso IV e parágrafo único, combinados com o artigo 22, inciso III, todos da Lei nº13.104/2007, que regem o processo administrativo no município de Campinas, diante do exposto, o Recurso Voluntário **NÃO SERÁ ADMITIDO** para ser julgado em 2ª instância administrativa pela JRT. Encaminhe-se, primeiramente, à Secretaria Geral da JRT para publicar a notificação do recorrente acerca do teor desta decisão, em seguida, em atenção as normas extraídas dos parágrafos 2º e 4º do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, sejam os autos encaminhados em retorno ao **DRI/SMF** para providências em relação ao crédito tributário.

**EDGAR VALVERDE**

Presidente Da Junta De Recursos Tributário-AFTM matr.45894-5

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA JRT**

Resultado da Análise de Admissibilidade de Recurso Voluntário  
**PROCESSO SEI PMC.2018.00001923-61**

**RECORRENTE: ACLA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.**  
**RECURSO VOLUNTÁRIO PROTOCOLADO nº2018/03/05708(digitalizado)**  
**ASSUNTO: IPTU - REVISÃO DO LANÇAMENTO**  
**CÓDIGO CARTOGRAFICO 3423.54.86.0219.01001**

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA - JRT**

O recurso voluntário protocolado sob o nº 2018/03/05708 em 04/09/2018 (0991454) interposto contra a **decisão prolatada pelo Sr. COORDENADOR DA CSA/DRI/SMF publicada em 29/01/2018**, que indeferiu as razões de impugnação e manteve na íntegra o lançamento do IPTU para 2018 por considerá-lo corretamente constituído, pois o aumento do imposto é decorrente de alteração legislativa na Planta Genérica de Valores e por não ter apresentado elementos fáticos ou jurídicos que o invalidem, está impedido de ser admitido para ser julgado em 2ª instância na JRT em face da **intempestividade** constatada pelo cotejo das datas da publicação da decisão no Diário Oficial do Município e de entrega no protocolo geral do recurso interposto, nos termos do artigo 83, inciso I da Lei nº13.104/2007, eis que ultrapassado o prazo de 30 dias para sua apresentação, nos termos do caput do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, haja vista o **recurso ter sido protocolado em 04/09/2018 (0991454)** e a **Decisão recorrida publicada no D.O.M. <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/2009403733.pdf>, página 17, em 29/01/2018, iniciando-se a contagem do prazo em 02/02/2018, esgotando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias em 05/03/2018**, a teor do artigo 21, inciso IV e parágrafo único, combinados com o artigo 22, inciso III, todos da Lei nº13.104/2007, que regem o processo administrativo no município de Campinas, diante do exposto, o Recurso Voluntário **NÃO SERÁ ADMITIDO** para ser julgado em 2ª instância administrativa pela JRT. Encaminhe-se, primeiramente, à Secretaria Geral da JRT para publicar a notificação do recorrente acerca do teor desta decisão, em seguida, em atenção as normas extraídas dos parágrafos 2º e 4º do artigo 76 da Lei nº13.104/2007, sejam os autos encaminhados em retorno ao **DRI/SMF** para providências em relação ao crédito tributário.

**EDGAR VALVERDE**

Presidente Da Junta De Recursos Tributário-AFTM matr.45894-5

**- DEPARTAMENTO DE RECEITAS IMOBILIÁRIAS - DRI****COORDENADORIA SETORIAL DE FISCALIZAÇÃO****IMOBILIÁRIA****NOTIFICAÇÃO FISCAL****PROTOCOLO: 2014/11/19525**

INTERESSADO: ALLYSSON BRANDÃO DE CASTRO

CODIGO CARTOGRAFICO:3423.44.76.0093/0086.01001

FAVOR APRESENTAR CÓPIA DA MATRÍCULA ATUALIZADA(EMITIDA NOS ÚLTIMOS 365 DIAS) EXPEDIDA PELO CARTÓRIO DE REGISTRO A QUE JURISDICIONADO O IMÓVEL PARA QUE SEJA EFETUADA A ANEXAÇÃO DO LOTE 10 COM 201,68M2 AO LOTE 11 COM 380,41M2 QUE ORIGINARÁ O LOTE 10(UNIF) COM 582,09 M2 , CONFORME ARTIGO 21 DA LEI 1111/01 E ARTIGO 36 A 39 DO DECRETO 16274/08.

PROTOCOLIZAR OS DOCUMENTOS MEDIANTE REQUERIMENTO NO PROTOCOLO GERAL, TERREO GUICHE Nº 01, SOLICITANDO QUE SEJA JUNTADO AO PROTOCOLO Nº 2014/11/19525 OU ENVIAR PARA JOSE.GENTIL@CAMPINAS.SP.GOV.BR.

O PRAZO PARA ATENDIMENTO DESTA SERÁ DE 05 DIAS ÚTEIS A CONTAR DA PRESENTE PUBLICAÇÃO.

E.T. JÁ FOI SOLICITADO POR EMAIL AO ENGº FERNANDO ROSSI JACOBUCCI (FRJARQ@GMAIL.COM) EM 11/09/2018 E ATÉ A PRESENTE DATA NÃO FOI ATENDIDO. TRATA-SE PORTANTO DA 2ª NOTIFICAÇÃO.

Campinas, 08 de outubro de 2018  
**JOSÉ CARLOS GENTIL - MATR. 63157-4**  
 AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO

**DEPARTAMENTO DE RECEITAS MOBILIÁRIAS - DRM****COORDENADORIA SETORIAL DE PROGRAMAÇÃO FISCAL E ADMINISTRAÇÃO****Protocolo nº: 2018.00034273-86****Interessado: BIOQUIMIS LABORATÓRIO DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA****IM nº: 73867-0****Assunto: Cancelamento de NFSe**

Pelo que consta do protocolo em pauta e de acordo com o artigo 4º da Instrução Normativa DRM nº 003/2018, **DEIXO DE CONHECER DO PEDIDO DE CANCELAMENTO DA NFSe nº8932, emitida em 22/09/2017, tendo em vista que o pedido**

**de cancelamento foi protocolado após o prazo previsto, nos termos do artigo 10, § 4º, da IN DRM/SMF nº 004/2009, acrescido pela Instrução Normativa SMR nº 003/2012.**

**Protocolo nº: 2018.00033724-68****Interessado: KLIMTEC TECNOLÓGICA LTDA****IM nº: 59525-0****Assunto: Cancelamento de NFSe**

Pelo que consta do protocolo em pauta e de acordo com o artigo 4º da Instrução Normativa DRM nº 003/2018, **DEIXO DE CONHECER DO PEDIDO DE CANCELAMENTO DA NFSe nº7905, emitida em 09/03/2018**, tendo em vista que o pedido de cancelamento foi protocolado após o prazo previsto, nos termos do artigo 10, § 4º, da IN DRM/SMF nº 004/2009, acrescido pela Instrução Normativa SMR nº 003/2012.

**MARISLANE VIEIRA SANTOS**

AFTM - COORDENADORA DA CSPFA/DRM/SMF

**COORDENADORIA SETORIAL DE CADASTRO MOBILIÁRIO****Protocolo: 2015/03/30343****Contribuinte: Lima e Nascimento Fotocópias Ltda ME****IM: 113.119-2****Assunto: Solicitação de encerramento retroativo de I.M.**

Considerando que não foi adotado pelo contribuinte o procedimento para encerramento de inscrição mobiliária, estabelecido na IN 004/2004 DRM/SF, acolho a manifestação fiscal às fls. 16 (verso e anverso) e, nos termos dos artigos 66 da Lei Municipal nº 13.104/2007 e 72 do Decreto Municipal nº 15.356/2005, **NÃO CONHEÇO** do presente requerimento, com base no art. 83, III da Lei Municipal nº 13.104/2007.

**CESAR C. DE ASSUMPCÃO**

AFTM - COORDENADORA DA CSCM/DRM/SMF

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

**DEPARTAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

**DEFER INCORRETOS E NECESSITAR DE ESCLARECIMENTO OU DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO. EM ATENDIMENTO AO ART. 35 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 09 DE 23/12/2003, INDEFIRO O PROTOCOLO 2018/99/503. PARA CONTINUIDADE DA ANÁLISE DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO PLEITEADA, DEVERÁ SER PROTOCOLIZADO NOVO PEDIDO JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 18.757/2015 EM ATENDIMENTO ÀS ORDENS DE SERVIÇO SEMURB Nº 03/2015 E 01/2016.**  
 PROT.18/99/503 JOSÉ CARLOS S. DE ALMEIDA

NA DATA DE 29/08/2018 O INTERESSADO FOI COMUNICADO ATRAVÉS DE DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO (E E-MAIL EM 28/08/2018) A RESPEITO DO PROCESSO APRESENTAR ELEMENTOS INCOMPLETOS OU INCORRETOS E NECESSITAR DE ESCLARECIMENTO OU DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO. EM ATENDIMENTO AO ART. 35 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 09 DE 23/12/2003, INDEFIRO O PROTOCOLO 2018/99/433. PARA CONTINUIDADE DA ANÁLISE DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO PLEITEADA, DEVERÁ SER PROTOCOLIZADO NOVO PEDIDO JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 18.757/2015 EM ATENDIMENTO ÀS ORDENS DE SERVIÇO SEMURB Nº 03/2015 E 01/2016.  
 PROT.18/99/433 WILLIANS ALVES DO AMARAL

NA DATA DE 17/07/2018 O INTERESSADO FOI COMUNICADO ATRAVÉS DE DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO (E E-MAIL EM 10/07/2018) A RESPEITO DO PROCESSO APRESENTAR ELEMENTOS INCOMPLETOS OU INCORRETOS E NECESSITAR DE ESCLARECIMENTO OU DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO. EM ATENDIMENTO AO ART. 35 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 09 DE 23/12/2003, INDEFIRO O PROTOCOLO 2016/99/166. PARA CONTINUIDADE DA ANÁLISE DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO PLEITEADA, DEVERÁ SER PROTOCOLIZADO NOVO PEDIDO JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 18.757/2015 EM ATENDIMENTO ÀS ORDENS DE SERVIÇO SEMURB Nº 03/2015 E 01/2016.  
 PROT.16/99/166 VLADEMIR ANTONIO

**FACE AO TEMPO DECORRIDO, INDEFIRO O PROTOCOLO COM BASE NO ARTIGO 35 DA LEI COMPLEMENTAR Nº09/2003. PARA CONTINUIDADE DA ANÁLISE DE PROJETO DE AMPLIAÇÃO E REGULARIZAÇÃO PLEITEADA, DEVERÁ SER PROTOCOLIZADO NOVO PEDIDO JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº18.757/2015 EM ATENDIMENTO ÀS ORDENS DE SERVIÇO SEMURB Nº 03/2015 E 01/2016.**  
 PROT.18/11/5602 LEONARDO O. MIRANDA - PROT.17/11/16228 MARCO AURELIO RODRIGUES - PROT.14/11/16949 EDITORA ATOMO LTDA EPP - PROT.17/11/1950 EDSON VON ZUBEN - PROT.17/11/7775 ADVANDIR URIAS DA SILVA

**FACE AO TEMPO DECORRIDO, INDEFIRO O PROTOCOLO COM BASE NO ARTIGO 35 DA LEI COMPLEMENTAR Nº09/2003. PARA CONTINUIDADE DA ANÁLISE DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO PLEITEADA, DEVERÁ SER PROTOCOLIZADO NOVO PEDIDO ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº18.757/2015 EM ATENDIMENTO ÀS ORDENS DE SERVIÇO SMU Nº 01/2016.**  
 PROT.17/11/10504 MARINEIDE GONCALVES DA SILVA

**FACE AO TEMPO DECORRIDO, INDEFIRO O PROTOCOLO COM BASE NO ARTIGO 35 DA LEI COMPLEMENTAR Nº09/2003. PARA CONTINUIDADE DA ANÁLISE DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO PLEITEADA, DEVERÁ SER PROTOCOLIZADO NOVO PEDIDO JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº18.757/2015 EM ATENDIMENTO ÀS ORDENS DE SERVIÇO SEMURB Nº 03/2015 E 01/2016.**  
 PROT.18/11/30 JUVENAL DE SOUZA PINTO NETO

**FACE AO TEMPO DECORRIDO, INDEFIRO O PROTOCOLO COM BASE NO ARTIGO 35 DA LEI COMPLEMENTAR Nº09/2003. PARA CONTINUIDADE DA ANÁLISE DE PROJETO DE REGULARIZAÇÃO PLEITEADA, DEVERÁ SER PROTOCOLIZADO NOVO PEDIDO JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº18.757/2015 EM ATENDIMENTO ÀS ORDENS DE SERVIÇO SEMURB Nº 03/2015 E 01/2016.**  
 PROT.17/11/18030 ELCIO LUIS SANTANA

**COMPAREÇAM OS INTERESSADOS**  
 PROT.18/11/7594 IGOR DA SILVA PARRO - PROT.18/11/7739 JOSÉ ADOLFO QUEIROZ - PROT.18/11/107620 VALE VERDE EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES LTDA - PROT.18/11/12485 MARCELO GORAIEB - PROT.17/11/10041 EDISON HARUYOSHI HARIMA - PROT.18/11/9003 EDUARDO REN NAKASHIMA - PROT.18/11/12166 MÔNICA E. ALMEIDA - PROT.17/11/14293 ROBSON ROMATSU - PROT.18/11/7747 JOSÉ ANTONIO ALVES - PROT.18/11/7418 ROBERTO ABIB JUNIOR - PROT.18/11/12536 JOSE AP. ABATE - PROT.18/11/4173 JOSE VITOR DE PADUA - PROT.18/11/7269 JOÃO MARTELI - PROT.18/11/8817 F. SALIM & CIA LTDA - PROT.18/11/11665 APARECIDO GARCIA GOUVEIA - PROT.18/11/12544 LEANDRO LUCON - PROT.18/11/12687 LUIZ FERNANDO M. BACCIN - PROT.18/11/12452 RODRIGO MARINS P. SILOTO - PROT.18/11/9407 OSVALDO VIOLA - PROT.18/11/12246 MURILO PEREIRA BUENO - PROT.17/11/16299 JULIO CESAR LACERDA

**CONCEDIDO PRAZO DE 60 DIAS**  
 PROT.18/11/12230 MAURICIO COELHO DE MORAIS - PROT.18/11/10805 FERNANDO ROSSI JACOBUCCI  
 Campinas, 08 de outubro de 2018

**ENGº SÔNIA MARIA DE PAULA BARRENHA**  
 DIRETORIA DEPTº DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

**DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO****DEFERIDOS**

PROT.18/11/10523 JN FERNANDES &amp; FERNANDES LTDA ME

**INDEFERIDOS**

PROT.17/11/17965 TECHNOMODAR. PROFISSIONAIS LTDA EPP - PROT.18/11/10789 TIAGO HENRIQUE SANTOS - PROT.17/11/12204 FLA ESTACIONAMENTOS LTDA - PROT.18/11/11058 CRISTIANO DIAS DA SILVA - PROT.13/11/15853 PANIFICADORA NOVA DIAMANTE DE CAMPINAS LTDA EPP

**COMPAREÇAM OS INTERESSADOS**

PROT.18/11/11779 THE BLACK BEEF CAMP. RESTAURANTES LTDA - PROT.18/11/12295 COSTA & FERREIRA PLACAS LTDA - PROT.17/11/17994 PASTELARIA LANCHON. E REST. REILON LTDA ME - PROT.

**COMPAREÇA O INTERESSADO NO PRAZO DE 03 DIAS**

PROT.12/17/1419 A. AMBIENTES LOC. DE ART. P/ F. E DECORAÇÃO LTDA ME - INTIMAÇÃO Nº 21185

**COMPAREÇA O INTERESSADO NO PRAZO DE 05 DIAS**

PROT.18/11/6770 FAUSTO CIONE COPPI (EDIEL SIQUEIRA DE ANDRADE) - INTIMAÇÃO Nº 21202PROT.17/11/13712 CARLOS E. SORGI DA COSTA - INTIMAÇÃO Nº 20597

**COMPAREÇA O INTERESSADO NO PRAZO DE 15 DIAS**

PROT.92/06/6855 ABRAMIDES ENGENHARIA LTDA (CONDOMÍNIO EDIF. CARAVELAS) - A.I.M. Nº 3564

**COMPAREÇA O INTERESSADO NO PRAZO DE 30 DIAS**

PROT.15/11/2520 MONIQUE AGATA BINI (M. AGATA BINI COM. DE ROUPAS ME) - A.I.M. Nº 673  
PROT.17/11/13712 CARLOS E. SORGI DA COSTA - A.I.M. Nº 3678  
PROT.12/17/1419 A. AMBIENTES LOC. DE ART. P/ F. E DECORAÇÃO LTDA ME - A.I.M. Nº 29916  
Campinas, 08 de outubro de 2018

**ENG.º. MOACIR J. M. MARTINS**  
DIRETORIA DPTº DE CONTROLE URBANO

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**INDEFIRO O RECURSO DO INTERESSADO SR. ANDRÉ DOMINGUES, CONTINUANDO ASSIM, SUSPENSA/CANCELADA A INSCRIÇÃO DO MESMO COMO PROFISSIONAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, EM DECORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES COMETIDAS.**

PROT.18/11/10226 ANDRÉ DOMINGUES

Campinas, 08 de outubro de 2018

**ENG.º. CARLOS AUGUSTO SANTORO**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

**SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS

**EXPEDIENTE DESPACHADO PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS.**

*Autorizo o cancelamento da Licença-Prêmio da servidora abaixo relacionada:*

Nome: Lucia Aparecida Xavier

Protocolo: 1043139/2003

Agendamento: 01/10/2018

Inicialmente publicada em: 28/09/2018

**ELIZABETE FILIPINI**

Secretária Municipal de Recursos Humanos

**EXPEDIENTE DESPACHADO PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS.**

*Com base nas informações e demais elementos que instruem os protocolos, defiro 30 (trinta) dias de licença - prêmio aos requerentes relacionados abaixo, para que sejam usufruídas a partir das datas consignadas:*

NOME	PRONTUARIO	PROTOCOLO	DATA INICIO
JOAO BATISTA COSTA OLIVEIRA	90749-9	0054804/2001	10/09/2018
MARCELO CRISTIANO PINTO	105854-1	1047995/2006	01/10/2018
MARCELO MENDES NAKAYAMA	125629-7	1018153/2018	15/10/2018
MARCELO ROSSI REDORAT	29302-4	007598 /2001	06/08/2018
MARCELO SALTORI	43686-0	1033827/2007	01/10/2018
MARCIA APARECIDA SANCHES	34162-2	6000463/2004	01/10/2018
MARCIA SCOLFARO CARVALHO	98976-2	0067606/2001	01/10/2018
MARCIO ANTONIO BERNARDES	27923-4	0048935/2002	01/10/2018
MARIA ANGELA BIANCONI PEREIRA	91918-7	4001616/1997	02/10/2018
MARIA BREVES MOREIRA	96102-7	6000625/1998	01/10/2018
MARIA GORETE ALVES MOREIRA	110927-8	5000840/2009	01/10/2018
MARIA GRACIA IAFIOLI GOMES	43924-0	0044867/2001	02/10/2018
MARIA SONIA LIMA BALBINO	87466-3	0043920/2001	01/10/2018
MARIANA BATISTA	121677-5	1062777/2015	01/10/2018
MARILENE NASCIMENTO DA SILVA	103842-7	5000020/2006	01/10/2018
MATUSALEM PARACELSO SILVA	105222-5	1026883/2006	01/10/2018
MAURO REIS DE REZENDE	34369-2	1026084/2003	01/10/2018
REGINA CELIA DE MORAES	105019-2	5000926/2006	01/08/2018
MICHELE MONTAGNER	124032-3	6001248/2017	01/10/2018
REGINA FLORA CARVALHO VIEIRA	108329-5	5001848/2007	01/10/2018
RENATO FERRAZ GIL	94429-7	0011837/2001	08/10/2018
RICARDO GONCALVES DIAS	105961-0	1032021/2007	01/10/2018
RITA DE OLIVEIRA	95133-1	0045867/2000	01/10/2018
ROBERTO CARLOS PESSOA MENDES	55557-6	0067116/2000	15/10/2018
ROSANGELA ADRIANA S CARRASCO	124770-0	3001728/2017	01/10/2018
ROSELI ASCENCIO SANTOS	106851-2	6000567/2007	01/10/2018
ROSELEY RODRIGUES VIANNA	111363-1	6001582/2009	01/10/2018
SHEILA ADRIANA B CAMILLO	119679-0	1014995/2014	01/10/2018

**ELIZABETE FILIPINI**

Secretária Municipal de Recursos Humanos

**PORTARIAS ASSINADAS PELO SENHOR PREFEITO****PORTARIA N.º 90905/2018**

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campinas, usando das atribuições de seu cargo e, pelo presente,

**RESOLVE**

Nomear a partir de 09/10/2018, o Sr. WAGNER DA VEIGA COSTA, RG 293633319, para exercer o cargo em comissão de Assessor Setorial nível IX, junto ao Gabinete do Prefeito.

**COMUNICADO EGDS - PROGRAMAÇÃO**

*A Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor apresenta programação para Outubro*

**PALESTRAS:****Mitos e Fatos sobre Drogas**

**Objetivo:** Orientar os participantes sobre o uso de substâncias psicoativas, as novas drogas existentes e os fluxos de atendimento aos dependentes, assim como esclarecer as informa-

ções falsas (Fake News) que circulam na rede sobre esse tema. **Conteúdo:** Principais drogas lícitas e ilícitas, mecanismos de dependência, níveis de prevenção ao uso problemático de drogas, as novas substâncias psicoativas, tratamento e redução de danos.

**Instrutora:** SILVIA DE OLIVEIRA SANTOS CAZENAVE - Doutora em Toxicologia e Mestre em Análise Toxicológica FCF/USP; Professora Titular de Toxicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Perito Criminal Toxicologista do Instituto de Criminalística de Campinas; Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) gestão 2014-2016. Especialista em Drogas de abuso com título conferido pela ONU (Organização das Nações Unidas - Divisão de Narcóticos). Vice-Presidente do Conselho Municipal de Entorpecentes e Coordenadora de Prevenção ao uso de drogas do Município de Campinas.

**Público Alvo:** Servidores Públicos Municipais

**Data:** 19/10/18 - 6ª feira

**Horário:** 9h as 11h

**Carga Horária:** 2 horas

**LOCAL:** Salão Vermelho - Paço Municipal

**Por uma Vida Melhor!**

**Objetivo:** Demonstrar que ao olharmos a nossa vida de outras formas, temos a possibilidade de realizar pequenas mudanças diárias, que nos levarão a uma vida melhor.

**Conteúdo:** Quais são seus sonhos na vida? -O que significa para você ter uma vida melhor: -Mais amor, compreensão, harmonia e afeto? -Confiar em si mesmo, na capacidade de realizar seus sonhos? -Sentir-se valorizado e reconhecido por colegas, amigos e familiares? -Reflexões sobre aspectos que limitam sua vida. -Para obter os resultados que se deseja, muitas vezes é necessário mudar a forma de se pensar a vida -Pequenas mudanças de hábitos que podem trazer resultados extraordinários.

**Instrutor:** MAURICIO DELGADO - Graduação em Engenharia de Minas pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1993). -Pós Graduação em Gestão Pública pela Unisal - Campinas (2007) -Formação em - Leader Training (Ammy Unique - 2003) - Liderar (Sebrae - 2008) - Poder Consciente (Ammy Unique - 2011) - Seminário Liderança e Coaching (Polozzi Coaching - 2017) - Formação em coaching (Polozzi Coaching - 2018)

**Público Alvo:** Servidores Públicos Municipais

**Data:** 26/10/18 - 6ª feira

**Horário:** 9h as 11h30

**Carga Horária:** 2 horas e meia

**LOCAL:** Plenário da Câmara Municipal de Campinas, entrada pela Av. Roberto Mange, 66

**Cursos:****Reiki ao alcance de todos básico**

**Objetivo :** Apresentar a ferramenta Reiki para que os servidores possam aplicá-la para promoção do bem-estar físico, mental e emocional em suas unidades de trabalho, serviços comunitários e autoaplicação, visando a saúde integral e a prevenção de doenças.

**Conteúdo:** 1. O que é Reiki 2. A origem do Reiki 3. A energia REIKI ou Energia Vital 4. Princípios do Reiki 5. Meridianos 6. Emoções X Doenças 7. Chacras 8. Sintonização 9. Posições: aplicação da técnica em si mesmo e nos outros

**Instrutora:** IRACI DE JESUS NERY - Bacharel e Licenciatura em Enfermagem pela FCM Unicamp; Especialização em Saúde Pública pela São Camilo; Acupunturista e Professora de Yoga; Mestrado de Reiki Terapeuta em Floral

**Público Alvo:** Servidores públicos municipais que atuem com a população na formação de grupos, preferencialmente das áreas da Saúde, Educação e Assistência Social. Haverá uma pré avaliação das inscrições para o preenchimento das vagas.

**Datas:** 22,30 de outubro e 6 de novembro

**Horário:** das 8h30 as 11h30

**Carga Horária:** 9 horas

**Local:** Camprev centro - Rua General Osório , 1031, 17º andar, Centro.

**Exercícios Sistêmicos**

**Objetivo :** A técnica consiste em utilizar representantes que desempenham papéis do campo familiar do participante e permitem a identificação das dinâmicas que estão presentes em sua vida. É uma poderosa ferramenta de autoconhecimento e cura interior. Constelações Familiares são um método terapêutico desenvolvido pelo psicoterapeuta alemão Bert Hellinger; a partir de uma abordagem fenomenológica e sistêmica, Hellinger descobriu que existem dinâmicas inconscientes herdadas de nosso campo familiar que influenciam de forma determinante a maneira como nos relacionamos com outras pessoas, nossa saúde e nossos projetos profissionais.

**Conteúdo:** 1 - Explicação teórica do método e dos conceitos envolvidos: campo morfogenético, pensamento sistêmico, representação, espelhamento. 2 - Sob orientação do facilitador, realização de exercícios em duplas e trios, para percepção da formação do campo e da arte de representação e espelhamento.

**Instrutor:** MARCELO LEANDRO DE CAMPOS - Mestrado em Historia na Pucc de Campinas, trabalhou na Prefeitura de Campinas ate 2014, ministrou vários cursos na EGDS como instrutor voluntario, formado em COCHING

**Público Alvo:** Servidores Públicos da Administração Direta, que tenham afinidade com a proposta e/ou buscam por autoconhecimento.

**Data:** 25 de outubro

**Horário:** das 9h as 11h

**Carga Horária:** 2 horas

**Local:** SESI - Avenida das Amoreiras 450 - Pq. Itália

**Atenção:** Os cursos acontecem nos locais indicados, mudamos de endereço, portanto, não mais serão realizados na Avenida Aquidabã, 505.

**Inscrições:** <https://cursosegds.campinas.sp.gov.br> **Informações:** 19 3235-2226

**E-mail:** [egds.secretaria@campinas.sp.gov.br](mailto:egds.secretaria@campinas.sp.gov.br)

**Lembre-se da inscrição consciente: após ter realizado sua inscrição, caso não possa participar, favor avisar a equipe da EGDS com dois dias de antecedência do início do curso, prazo necessário para que a vaga seja ofertada a outros servidores em lista de espera. Assim você também evitará bloqueios para futuras inscrições.**

**Programação de Turmas Exclusivas (não abertas para inscrições):**

**XI Curso de Formação de Agentes de Proteção e Defesa Civil**

**Data:** 17/08 a 26/10

**Instrutores:** Marisa Córdoba Amarantes, Eliana Sundfeld, Gisleine Lupi, Sidnei Furtado Fernandes, Deuziane Ribeiro, Valdira Mota e outros.

**Excelência no Atendimento ao Cidadão**

**Data:** 03/10 a 24/10

**Instrutoras:** Beatriz Fiad, Eliana Sundfeld e Gisleine Lupi

**Comportamento Assertivo: Acerte o Alvo**

**Data:** 24/10

**Instrutora:** Eliana Sundfeld

**Excelência no Atendimento ao Cidadão**

Data: 07/11 a 28/11

Instrutoras: Beatriz Fiad, Eliana Sundfeld e Giseline Lupi

Comportamento Assertivo: Acerte o Alvo

Data: 28/11

Instrutora: Eliana Sundfeld

Caso haja interesse em turmas fechadas(exclusivas para sua equipe), entrar em contato com a EGDS.

Informações: 3235-2226/ 3235-2218

E-mail: rh.egds@campinas.sp.gov.br

Campinas, 08 de outubro de 2018  
**MARISA CORDOBA AMARANTES**  
 Coordenadora da EGDS  
**AIRTON APARECIDO SALVADOR**  
 Diretor do Departamento de Recursos Humanos

**SECRETARIA DE SAÚDE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SR. SECRETÁRIO DE SAÚDE EM 08 DE OUTUBRO DE 2018****AUTORIZAÇÃO DE DESPESA**

**Processo Administrativo PMC.2017.00029516-00 - Interessado:** Secretaria Municipal de Saúde - SMS - **Pregão Eletrônico nº 112/18 - Objeto:** Registro de Preço de Materiais de consumo do setor de manutenção. Diante dos elementos constantes no presente processo administrativos e do disposto no art. 8º inciso V do Decreto Municipal nº 18.099/13, **AUTORIZO**, a despesa total de **R\$ 140.665,30** (Cento e quarenta mil, seiscentos e sessenta e cinco reais ) a favor das empresas abaixo relacionadas nos valores indicados:

- **FERGAVI COMERCIAL LTDA - EPP**, no valor total de **R\$ 49.426,80** (quarenta e nove mil, quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), para fornecimento dos lotes 09,11,19,20,24,25,29,31,32,33,36,37,38,39,58,59,60 e 61, Ata Registro de Preços nº 351/2018.

- **GR COMÉRCIO EIRELLI - ME.**, no valor total de **R\$ 3.018,00** ( três mil e dezoito reais), para o fornecimento dos lotes 26 e 30, Ata Registro de Preços nº 352/2018

- **LICITARE PRODUTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA-EPP.**, no valor total de **R\$ 63.935,00** (sessenta e três mil, novecentos e trinta e cinco reais), para o fornecimento dos lotes 01,02,03,04,05,14,15,16,17 e 18 Ata Registro de Preços nº 353/2018;

- **REDE ELÉTRICA BRASIL LTDA - EPP.**, no valor total de **R\$ 24.285,50** (vinte e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), para o fornecimento dos lotes 06,08,43,44,46,47,48,50,51,52,53,54,55 e 56 Ata Registro de Preços nº 354/2018;

Campinas, 08 de outubro de 2018  
**CARMINO ANTONIO DE SOUZA**  
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

**SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**EXPEDIENTE DESPACHADO (RETIFICAÇÃO) PELO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS****AUTORIZAÇÃO DE DESPESA**

**Processo Administrativo n.º PMC - 2018.00000192-28 - Interessado:** SMSP - **Pregão Eletrônico n.º 063/2018 - Objeto:** Registro de Preços de madeira.

**Onde se lê:** Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e do Decreto Municipal nº 18.099/13, **AUTORIZO**, a despesa a favor da empresa **D'A FAZENDA MADEIRAS LTDA - ME**, no valor de **R\$ 513.146,00** (quinhentos e treze mil cento e quarenta e seis reais) para fornecimento dos materiais referentes aos itens 05, 06, 07, 08, 10, 11 e 12 da Ata nº 210/2018

**Leia-se:** Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e do Decreto Municipal nº 18.099/13, **AUTORIZO**, a despesa a favor da empresa **D'A FAZENDA MADEIRAS LTDA - ME**, no valor de **R\$ 106.562,00** (cento e seis mil quinhentos e sessenta e dois reais) para fornecimento dos materiais referentes aos itens 05, 06, 07, 08, 10, 11 e 12 da Ata nº 210/2018

**ERNESTO DIMAS PAULELLA**  
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**GABINETE DO SENHOR SECRETÁRIO****NOTIFICAÇÃO DE COMPARECIMENTO**

Protocolo: 2015/10/47017

Interessado: SOCIEDADE AMIGOS DO BAIRRO JARDIM NOVA AMÉRICA E ADJACÊNCIAS

Fica o (a) requerente ciente que deverá comparecer perante a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, situada na Rodovia Professor Zeferino Vaz, Nº 1.602 - Setor de Expediente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta, para tomar ciência das informações e esclarecimentos contidos no referido protocolo.

Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, sem o comparecimento do (a) requerente solicitante, o processo administrativo em tela, será remetido ao arquivo.

Campinas, 08 de outubro de 2018

**EDITAL DE AUTO INFRAÇÃO E MULTA REINCIDENTE - LIMPEZA DE TERRENO****COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE TERRENOS - COFIT**

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições e tendo constatado que os proprietários/possuidores de terrenos localizados neste município não atenderam as notificações para execução de limpeza nos terrenos abaixo relacionados dentro dos prazos legais, vem pelo presente edital notificá-los dos Autos de Infração e Multa lavrados conforme Lei 11.455/02. É facultado aos proprietários a interposição de defesa, por escrito, no prazo máximo de 08 (oito) dias a contar da presente publicação sob pena de lançamento do valor não quitado em Dívida Ativa.

COMPROMISSÁRIO	"CÓD. CARTOGRAFICO"	AIM	BAIRRO	LOTE	PROTOCOLO
"ESPOLIO DE BORIS RASKIN"	3263.33.67.1193.00000	19072	"PARQUE SAO QUIRINO"	70	2015/156/1700
"LUIZ TADEU DE OLIVEIRA"	3234.51.79.0108.00000	19163	"JARDIM NOVO BARAO GERALDO"	54	2016/156/5322

"PEDRO GOMES DE MORAES"	3451.51.79.0216.00000	19099	"VILA AEROPORTO 2ª GLEBA"	32	2016/156/961
-------------------------	-----------------------	-------	---------------------------	----	--------------

Campinas, 04 de outubro de 2018  
**ERNESTO DIMAS PAULELLA**  
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA PAVIMENTAR O PASSEIO****COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE TERRENOS - COFIT**

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições e tendo constatado que os proprietários/possuidores de terrenos localizados neste município, não atenderam as notificações para pavimentação do passeio nos terrenos abaixo relacionados, nos respectivos prazos legais, vem pelo presente Edital, notificá-los dos Autos de Infração e Multa lavrados conforme Lei Complementar 09/03. É facultada aos proprietários a interposição de defesa, por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da presente data, sob pena do lançamento do valor não quitado em Dívida Ativa e posterior cobrança judicial.

COMPROMISSÁRIO	"CÓD. CARTOGRAFICO"	AIM	BAIRRO	LOTE	PROTOCOLO
"ESPOLIO DE MIGUEL GOMES VASCONCELOS"	3414.11.87.0088.01001	18874	"JD CHAPADA"	10	2017/156/4539
"FIT RESIDENCIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (CONSTRUTORA TENDA S/A)"	3441.62.64.0001	19095	"BOM SUCESSO"	1-A-GL	2015/156/7925

Campinas, 04 de outubro de 2018  
**ERNESTO DIMAS PAULELLA**  
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA CONSTRUÇÃO DE MURO E/OU ALAMBRADO****COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE TERRENOS - COFIT**

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições e tendo constatado que os proprietários/possuidores de terrenos localizados neste município, não atenderam as notificações para a execução de muro ou alambrado nos terrenos abaixo relacionados nos respectivos prazos legais, vem pelo presente Edital notificá-los dos Autos de Infração e Multa lavrados conforme Lei 11.455/02. É facultada aos proprietários a interposição de defesa, por escrito, no prazo máximo de 08 (oito) dias a contar da presente data, sob pena do lançamento do valor não quitado em Dívida Ativa e posterior cobrança judicial.

COMPROMISSÁRIO	"CÓD. CARTOGRAFICO"	AIM	BAIRRO	LOTE	PROTOCOLO
"PEDRO GOMES DE MORAES"	3451.51.79.0216.00000	19100	"VILA AEROPORTO 2ª GLEBA"	32	2016/156/961

Campinas, 04 de outubro de 2018  
**ERNESTO DIMAS PAULELLA**  
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA REPARO DO PASSEIO****COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE TERRENOS - COFIT**

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições e tendo constatado que os proprietários/possuidores dos terrenos abaixo relacionados e localizados neste município, não atenderam as notificações para reparo do passeio nos respectivos prazos legais, vem por meio deste Edital notificá-los dos Autos de Infração e Multa lavrados conforme Lei Complementar 09/2003. É facultado aos proprietários a interposição de defesa, por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar desta publicação sob pena do lançamento do valor não quitado em Dívida Ativa e posterior cobrança judicial.

COMPROMISSÁRIO	"CÓD. CARTOGRAFICO"	AIM	BAIRRO	LOTE	PROTOCOLO
"ESPOLIO DE ERNESTO FERREIRA"	3441.22.76.0189	19085	"JARDIM PRO-ENCA"	4	2018/156/3301
"ESPOLIO DE MARGARIDA OLIVEIRA PEDRO"	3423.63.30.0158	19091	"VILA LEMOS"	4	2018/156/3643
"MESBLA SA"	3412.33.76.0187	19149	"VILLA VALVER-DE"	14-UNI	2018/156/1136

Campinas, 04 de outubro de 2018  
**ERNESTO DIMAS PAULELLA**  
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA LIMPEZA DE TERRENO****COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE TERRENOS - COFIT**

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições e tendo constatado que os proprietários/possuidores de terrenos localizados neste município, não atenderam as notificações para a execução da limpeza dos terrenos abaixo relacionados nos respectivos prazos legais, vem pelo presente Edital notificá-los dos Autos de Infração e Multa lavrados conforme Lei 11.455/02. É facultada aos proprietários a interposição de defesa, por escrito, no prazo máximo de 08 (oito) dias a contar da presente data, sob pena do lançamento do valor não quitado em Dívida Ativa e posterior cobrança judicial.

COMPROMISSÁRIO	"CÓD. CARTOGRAFICO"	AIM	BAIRRO	LOTE	PROTOCOLO
"MARIA DEUSDETE FRAZAO PALANDRANI"	4112.63.07.0198	19162	"CHACARAS GARGANTILHA"	1	2018/156/3369

Campinas, 04 de outubro de 2018  
**ERNESTO DIMAS PAULELLA**  
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**SECRETARIA DE TRANSPORTES**

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

**CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - CMTT****CONVOCAÇÃO**

O Presidente do Conselho Municipal de Trânsito e Transportes no uso das suas atribuições informa que a 75ª Reunião Ordinária do Conselho, será realizada no dia 18/10/18 (quinta-feira) às 18h30, na sede da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas - Emdec, localizada à Rua Dr. Salles Oliveira, nº 1028 - Vila Industrial, onde será discutida a seguinte pauta:

- Aprovação da Ata Anterior;
- Avanços no Edital da Nova Concessão do Transporte Público;
- Evolução das Obras do BRT;
- Informes dos Conselheiros;

Campinas, 08 de outubro de 2018  
**WALTER ROCHA OLIVEIRA**  
 Presidente do CMTT

## SECRETARIA DO VERDE, MEIO AMB. E DESENV. SUSTENTÁVEL

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE, MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Protocolo: 2016-10-16117**

**Interessado: Associação de Educação do Homem de Amanhã**

Venho por meio deste, **COMUNICAR** V. Sa. que Termo de compromisso Ambiental (nº 016/16-BAV) referente a inscrição de área no verde, necessita de assinatura. Convoco o comparecimento do interessado ou representante legal no prazo de 30 dias úteis para assinatura do documento.

Campinas, 08 de outubro de 2018  
**DRA. MARIANA FERREIRA CISOTTO**  
 Coordenadora do Verde - Matrícula: 127.934-3

### LICENCIAMENTO AMBIENTAL

*Comunique-se*

**Solicitação LAO: 2018000793**

**Interessado: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A**

Documentação Incompleta. Para prosseguimento da análise do processo supracitado deverá ser anexado no Sistema Licenciamento Ambiental OnLine (LAO), no prazo de 20 dias corridos, a partir da data desta publicação:

1. Matrícula atualizada em até 180 (cento e oitenta) dias;
2. Contrato Social, Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica e comprovante de endereço, no caso de pessoas jurídicas;
3. Cópia do RG e do CPF do representante legal nomeado por instrumento de procuração particular com reconhecimento de firma por autenticidade ou semelhança (Modelo - ANEXO VI-II);

Os documentos solicitados devem ser inserido no campo de "Documentação complementar". Para eventuais dúvidas, entrar em contato através do e-mail luiz.fonseca@campinas.sp.gov.br

Campinas, 08 de outubro de 2018  
**LUIZ FERNANDO SOARES FONSECA**  
 Engenheiro Agrônomo

### LICENCIAMENTO AMBIENTAL

*Comunique-se*

**Solicitação LAO: 2018000799**

**Interessado: Philipe Maróstica**

Em atendimento de sua solicitação número 2018000799, foi efetuada análise da documentação entregue. Segue relação dos documentos faltantes que deverão ser anexados ao LAO, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, a partir da data de publicação:

- O volume que consta na aba movimentação de terra, bem como do projeto de terraplenagem deve ultrapassar 100 m<sup>3</sup>, para poder licenciar;
- Procuração com firma reconhecida;
- Declaração de empréstimo do volume que ainda será necessário (com valor superior a 10 m<sup>3</sup>);
- Comprovante de endereço em nome de Philipe;
- Projeto de Terraplenagem deve conter mais perfis, longitudinais e transversais, e locação de taludes;
- Projeto de drenagem deve ser igual ao item 10, do Anexo III-SG-A, do Decreto 18.705/2015;
- ART do projeto simplificado.

Dúvidas, entrar em contato com a Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável através do e-mail rafaela.lancone@campinas.sp.gov.br

Campinas, 08 de outubro de 2018  
**RAFAELA BONFANTE LANÇONE**  
 COORDENADORA DO SUPORTE GEOLÓGICO

### DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DE MANEJO E DOS PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DA TERRA DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAMPINAS 25/07/2018**

Aos vinte e cinco dias de julho de 2018 com início às 18 horas e 40 minutos, nas dependências do Salão Social anexo à Subprefeitura de Joaquim Egídio, sito na rua José Inácio, nº 14. Joaquim Egídio, Campinas/SP, a Andrea Struchel, Supervisora Departamental da SVDS, deu início à Audiência Pública do Plano de Manejo e dos Parâmetros de Uso e Ocupação da Terra da APA de Campinas, em continuação à Audiência Pública ocorrida em 25 de junho de 2018, e após as saudações iniciais passou a palavra ao Secretário Municipal da SVDS, Rogério Menezes para desempenhar a função de Presidente. Primeiramente o Secretário apresentou seus cumprimentos aos presentes e na sequência destacou a ampla divulgação que houve sobre a realização dessa Audiência Pública em continuação à anterior para a participação da sociedade. Todavia, com base no art. 7º, inciso XII dos respectivos Termos do Regulamento publicados no DOM logo após a realização da audiência anterior, delegou a Presidência da Mesa Técnica à Andrea Struchel e convidou para secretariar os registros e elaboração da Ata o servidor da SVDS Carlos Alberto Gregio de Oliveira. Ato contínuo informou que estavam autorizadas as gravações e filmagens da Audiência. Esclareceu também que por se tratar de uma Audiência em continuação, inicialmente seria feita uma apresentação com as respostas aos questionamentos recebidos na Audiência anterior e por e-mail, e em seguida seria formada a Mesa e iniciados os debates com a plateia, e ainda informou que todas as perguntas realizadas na primeira Audiência foram publicadas com as respectivas respostas dos técnicos da SVDS no DOM de 25 de junho de 2018. Com a palavra a drª Andrea explicou o Regulamento da Audiência e formou a Mesa Técnica com parte do grupo técnico que elaborou o Plano de Manejo: drª Angela Guirao, diretora do Departamento do Verde e Desenvolvimento Sustentável da SVDS, a drª Mariana Cisotto, geógrafa, Coordenadora Setorial do verde, do Departamento do Verde e Desenvolvimento Sustentável, a drª Sueli Thomaziello, geógrafa do Departamento do Verde e Desenvolvimento Sustentável, o engenheiro civil da SVDS Gustavo

D'Estefano, o dr. Thomás Barella da Fundação José Pedro de Oliveira, e a coordenadora técnica do Plano de Manejo Alethea Borsari Peraro, ecóloga da SVDS. Finalizando sua fala, a drª Andrea ressaltou que o Plano de Manejo foi trabalhado pela Prefeitura Municipal de Campinas, coordenado pela SVDS, e com a participação de várias Secretarias Municipais, Autarquias e Fundações, tendo sido iniciado aos 6 de junho de 2016, tendo havido quatro reuniões setoriais institucionais, quatro oficinas, dezessete reuniões temáticas e setoriais. Com a participação da empresa Walm Engenharia Tecnologia Ambiental, que foi a vencedora do processo licitatório da Prefeitura Municipal de Campinas, iniciou-se um segundo ciclo de participação comunitária, de início com a realização aos 25 de junho de 2018 da primeira Audiência Pública, tendo ocorrido quatro plantões de dúvidas, duas reuniões específicas com a Secretaria de Habitação/COHAB, outras duas reuniões foram feitas com representantes da área rural da APA, e mais duas reuniões com o CONGEAPA. Após foi apresentado um vídeo tratando sobre a APA, que é definida como uma Unidade de Conservação de acordo com o SNUC, e o Plano de Manejo. Após a drª Angela teve a palavra e esclareceu que diante da grande quantidade de perguntas formuladas na Audiência anterior, algumas respostas não puderam ser apreciadas naquela oportunidade, motivo pelo qual iriam ser respondidas no dia de hoje. Então apresentou três slides a respeito da APA. Informou que a empresa Walm trabalhou num projeto básico elaborado em conjunto com o CONGEAPA através da Câmara Técnica do Plano de Manejo. A primeira etapa teve o objetivo de realizar um diagnóstico socioambiental com análises do meio físico, do meio biótico, do meio socioeconômico e ainda a realização de quatro oficinas participativas. Após iniciou-se a fase de planejamento integrado, com uma avaliação estratégica, o zoneamento, uma matriz de planejamento tendo em vista que o Plano de Manejo deve ser revisado a cada cinco anos, e a definição do Plano de Gestão. Na etapa final temos os seis volumes do Plano de Manejo e um Resumo Executivo com uma síntese do Plano de Manejo. Durante todas as etapas foram gerados diversos mapas por meio de geoprocessamento, foi criado um banco de dados espacializados com muitas informações, que também faz parte do Plano de Manejo, além de um Plano de Comunicação. Com relação ao zoneamento ele definiu cinco zonas. A primeira é a Zona de Conservação da Biodiversidade, área está voltada para a conservação dos recursos naturais, contendo os principais fragmentos de vegetação para conectividade e formação de corredores ecológicos. Depois temos a Zona de Conservação Geoambiental caracterizada pela fragilidade física do solo. A Zona de Proteção de Mananciais onde está localizada a captação no rio Atibaia de 95% da água que serve o município de Campinas, e existem diversas nascentes que abastecem os mananciais. A quarta é a Zona de Manejo Sustentável é a menos restritiva que incide na zona rural, com baixa fragilidade física e baixa presença de fragmentos prioritários. A quinta é a Zona de Ocupação Controlada onde estão localizadas áreas do perímetro urbano nos termos da legislação vigente. Os trabalhos realizados resultaram em nove Programas: 1) Programa de Conservação e Recuperação da Biodiversidade, 2) Programa de Conservação e Recuperação dos Recursos Hídricos, 3) Programa da Gestão Cultural, Histórico e Arqueológico, 4) Programa Educação Ambiental e Educomunicação, 5) Programa de Turismo Sustentável, 6) Programa de Gestão das Atividades Rurais, 7) Programa de Saneamento Básico, 8) Programa de Infraestrutura de Transportes e 9) Programa de Habitação Social. A drª Angela então explicou as questões legais sobre a elaboração do Plano de Manejo, composto por três documentos, quais sejam, o Plano de Manejo por Portaria, a Lei do Uso de Ocupação do Solo Urbano e o Regramento da Área Rural, e em paralelo a alteração da Lei 10.850/2001. Em continuidade a drª Angela passou a responder as perguntas formuladas na primeira Audiência e as demais formuladas posteriormente durante o intervalo entre as duas Audiências. Finalizadas as respostas, a srª Andrea Struchel efetivou a formação da mesa das autoridades, convidando o Secretário da SVDS Rogério Menezes e o Secretário Municipal de Habitação e Presidente da COHAB Samuel Rossillo. Com a palavra o Secretário Rossillo esclareceu que a participação da SEHAB/COHAB nesse Plano de Manejo se dá em decorrência de que um terço da população de Campinas habita em áreas invadidas, áreas irregulares e desprovidas de Matrícula nos Cartórios de Registros de Imóveis, ou seja, cerca de 100 mil famílias, 400 mil pessoas. Disse que o Poder Público ao longo dos últimos 40 anos não cuidou de enfrentar o problema através da oferta de terrenos e moradias para essa população, e assim várias leis foram descumpridas causando o enorme problema das invasões. Por isso, o Plano de Manejo corre o risco de não dar certo caso não haja a busca pelo equilíbrio entre atender a necessidade de moradia das pessoas e a proteção ambiental. O Secretário Rossillo enfatizou que pela ótica da SEHAB o Plano de Manejo precisa ser adequado. Ele afirmou que a população deseja pagar pela aquisição da propriedade e não de invadir áreas, mas que em dez anos do Programa Minha Casa Minha Vida em Campinas foram construídas menos de 20 mil casas no total, sendo cerca de apenas 10 mil para pessoas de renda mais baixa. Disse também que foi aprovada uma lei por unanimidade pela Câmara Municipal que possibilitou a regularização de residências e lotes urbanizados de endereço social de mais de 20 mil unidades em apenas 6 meses. O Secretário frisou que para cada novo empreendimento aprovado atualmente em Campinas, é exigido que seja analisado conforme se fosse uma nova cidade a ser criada, devendo haver a previsão de trabalho, comércio, serviços, lazer, saúde, educação, e que o mesmo princípio deve ser aplicado na região de Sousa e Joaquim Egídio. Afirmou que cerca de 90% dos trabalhadores dessas duas regiões não conseguem mais residir devido ao alto preço dos imóveis. Informou que na COHAB atualmente existem 3.500 famílias necessitando de moradia na região Leste, onde estão inseridos os Distritos de Sousa e Joaquim Egídio, ponderou que esse número pode ainda ser maior visto que a COHAB estava desacreditada por não ter oferta para atender a grande demanda, mas com os trabalhos feitos recentemente certamente haverá um aumento de inscrições. Ele frisou que a ideia da SEHAB/COHAB é ofertar as moradias nessas áreas a aqueles que já trabalham nesses locais, do contrário apenas pessoas ricas poderão viver nesses dois Distritos, denominando-os "Principado de Mônaco de Sousa e Joaquim Egídio". Pediu a compreensão e aprovação dos participantes para ampliação muito pequena da área da APA para urbanização, algo em torno de 7 km<sup>2</sup>, onde de aproveitamento efetivo restam apenas 2 km<sup>2</sup>, destacando que a APA tem 223 km<sup>2</sup>, permitindo a colocação de 3 mil famílias. Ele enfatizou que a SEHAB é contra a verticalização na APA. Finalizou pedindo o acolhimento de sua proposta de ampliação da área urbana da APA para construção de moradias populares, pois ela traz o equilíbrio necessário para proteger a APA de futuras invasões diante da necessidade dos trabalhadores daquela região morarem próximos aos locais de trabalho. A seguir a drª Andrea Struchel concedeu a palavra ao Secretário Rogério Menezes que inicialmente agradeceu aos mais de 70 técnicos que participaram dos trabalhos para elaboração do Plano de Manejo por dois anos e a todos os demais participantes, enaltecendo o valor do tempo que cada um está dedicando a fim de promover o interesse coletivo. O Secretário registrou que os pedidos feitos pela população na Audiência anterior foram atendidos, pois foi disponibilizado o prazo de um mês para apresentação de novas perguntas, foi marcada a presente Audiência em continuação. Relatou também algumas discussões difíceis, como a da proposta de setorização das propriedades do PUOT Rural que foi alvo de muitas críticas, o desejo de serem asfaltadas todas as estradas rurais, e embora não tenha sido plenamente aprovado, aconteceram

muitos avanços nessa questão, com a definição de critérios claros a esse respeito. O Secretário disse que a proposta da APROAPA da questão do pró-diviso, da utilização de mecanismos para dinamizar essa questão, e que está convicto que o Plano de Manejo elaborado não é apenas uma peça de preservação ambiental havendo sim um forte avanço no aspecto econômico, houve incentivo ao turismo em toda a APA, sendo extinto o ZTUR, haverá geração de empregos, teremos as agroindústrias dentro do limite de setorização da propriedade apresentado pela APROAPA, e ainda falta ouvir as propostas da sociedade ainda nessa Audiência, tais como as propostas do SECOVI a respeito da dinamização da atual área urbana para investimento em novos empreendimentos. Dirigindo-se ao Secretário Rossilho disse que a proposta da SEHAB/COHAB vai ser bem analisada pela equipe técnica buscando sempre atender ao interesse coletivo. Encerrada sua fala a dr<sup>a</sup> Andrea desfez a Mesa das Autoridades e refez a Mesa Técnica e explicou as regras para participação dos presentes para manifestação, sendo três minutos para cada pessoa, definindo o limite de cinco participantes em cada bloco. O sr. Carlos Alexandre Marcelo foi o primeiro a se manifestar e disse que falava em nome da Câmara Técnica de Planejamento do COMDEMA, e que particularmente concorda com as colocações apresentadas pelo Secretário Rossilho, e que os demais membros da citada Câmara Técnica também concordam com o posicionamento da SEHAB a respeito da construção de moradias populares na APA para atender à população que trabalha naquela região. O sr. Marcelo Coluccini apresentou a sugestão em relação à proposta dos loteamentos onde foi elaborada uma tabela prevendo a obrigatoriedade de todo novo loteamento tenha uma divisão de tamanho do lote, e que do ponto de vista do mercado é complicado travar esse tipo de divisão pois atualmente é muito difícil haver, dentro de um mesmo loteamento, lotes de 180 m<sup>2</sup>, 360 m<sup>2</sup>, 520 m<sup>2</sup>, acima de 720 m<sup>2</sup>. Deixou a sugestão para que isso seja revisado, permitindo que existam loteamentos exclusivamente de lotes com as medidas citadas a título de exemplo, e ainda que a densidade seja controlada através da ocupação da gleba, definindo o percentual máximo de ocupação. Após a sr<sup>a</sup>. Mércia teve a palavra e relatou que participou dos trabalhos com a equipe técnica por dois anos e que o Plano de Manejo diz respeito a uma Unidade de Conservação e não a uma área urbana. Disse que a equipe técnica tem sofrido fortes pressões pelos poderes instituídos para transformar a área rural em áreas para atender o mercado imobiliário. Destacou que a APA deve ser protegida para proteger os recursos hídricos e permitir o abastecimento de água para a população campineira e não para serem construídos condomínios e loteamentos. Ressaltou muito a questão das vias de acesso, que independente de serem de terra, asfalto ou de drenagem porosa, devem haver passagens de fauna exclusivamente para essa finalidade, dimensionadas de forma adequada para todos os tipos de animais. Citou que a av. Mackenzie impede a travessia das onças pardas e que irá encaminhar um texto por escrito e por e-mail para ser analisado pela Mesa e equipe técnica. Frisou a importância da fiscalização específica sobre o cumprimento dessas novas regras previstas no Plano de Manejo e ainda sugeriu o uso das verbas advindas das compensações ambientais para poder implantar os programas do Plano de Manejo. Questionou a força legal do Plano de Manejo se ele foi criado através de Portaria. Por final sugeriu que a revisão do Plano de Manejo ocorra após dois anos e não nos cinco anos previstos. Então a palavra foi dada à sr<sup>a</sup> Marcela Moreira, coordenadora do Instituto Voz Ativa. Inicialmente ela perguntou sobre a força jurídica do Plano de Manejo uma vez sua promulgação através de Portaria do sr. Prefeito, defendendo que ele seja criado por força de lei a ser aprovada pela Câmara dos Vereadores, nos moldes do que existe em outras cidades. Também registrou sua preocupação com a alteração da Presidência do CONGEAPA por representantes da Sociedade Civil passando a ser indicada pela Prefeitura de Campinas. Mencionou também que não é verdade a alegação da Prefeitura aos moradores do Recanto dos Dourados e Chácaras Gargantilha no sentido do CONGEAPA ter se posicionado contra a implantação de asfalto no trajeto da linha do ônibus, afirmando que o CONGEAPA aprovou a pavimentação com bloquetes mas a Prefeitura nada fez. Criticou a possibilidade de serem permitidas as construções de moradias populares na APA para após haver flexibilizações para autorizar a construção de condomínios de luxo. Perguntou também quanto já foi investido na APA para pagamento de serviços ambientais. Afirmando que o Banco de Área Verdes (BAV) da SVDS cria dificuldades para os proprietários de terras inscreverem suas respectivas áreas, tendo de ir buscar auxílio na Prefeitura de Jaguariúna e indagar sobre o funcionamento do BAV. Depois a palavra foi dada ao sr. Rodolpho Schmidt, diretor técnico da APROAPA, que disse que havia feito duras críticas ao trabalho e a equipe de técnicos na Audiência anterior, mas que nesse intervalo entre as Audiências teve amplo acesso junto a SVDS, sendo ouvidas as suas propostas, entretanto com muita demora para obter as respostas. Disse que ao longo do tempo houve um êxodo rural na região e que agora se faz necessário resgatar a produção rural, garantindo a geração de novos postos de trabalhos com a possibilidade dos trabalhadores morarem no local, e que haja mais segurança local. Também afirmou que não houve tempo suficiente para se analisar e testar as propostas do grupo de trabalho do Plano de Manejo. Perguntou se vai ser disponibilizado tempo para analisarem as propostas internalizadas no PUOT. Com relação à pavimentação alegou que a APROAPA é a favor tendo em vista que existem muitas estradas na APA e não há recursos financeiros para pavimentar todas elas, o que vai fazer com que apenas poucas sejam efetivamente pavimentadas, não causando um impacto negativo na APA. Pediu uma atenção à questão de abelhas, defendendo que não pode ser proibida a produção de mel na APA. A seguir a sr<sup>a</sup> Andrea Struchel respondeu aos questionamentos sobre a interpretação da legislação vigente, em específico à questão da sr<sup>a</sup> Mércia e da sr<sup>a</sup> Marcela Moreira a respeito da força legal de uma Portaria instituindo o Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação. Disse que foi um debate exaustivo entre os técnicos da SVDS, da Walm, da Fundação José Pedro de Oliveira. Destacou que o art. 225 da Constituição Federal garante a criação de Unidades de Conservação por qualquer meio legal, mas a redução de sua área só pode se dar através de um instrumento legal de hierarquia superior. Frisou que foi seguida a legislação federal ao se definir a criação por Portaria, inclusive citou um precedente jurídico local onde o Ministério Público Federal ajuizou ação para a elaboração do Plano de Manejo da Área de Interesse Ecológico da Mantia de Santa Genebra através de Portaria. Continuando, explicou que a Presidência do CONGEAPA tem que ser presidida pelo representante do Órgão Gestor responsável por sua Administração de acordo com a Lei 9985/2000, art. 15, parágrafo 5º. Após passou a palavra para a dr<sup>a</sup> Ângela Guirao que por sua vez passou a palavra para o sr. Paulo Ricardo Egydio Neto que abordou o questionamento sobre o Banco de Áreas Verdes (BAV) e o pagamento de serviços ambientais. Ele esclareceu que o BAV não dificulta a inscrição, sendo desejo da SVDS que os proprietários inscrevam suas áreas a fim de dar vazão aos plantios compensatórios, bastando a apresentação da escritura do imóvel, de um croqui da área e o preenchimento de um formulário. Já sobre o pagamento por serviços ambientais relatou que existem dois milhões de reais disponíveis para o pagamento aos proprietários, o Programa está sendo regulamentado pelo Conselho Diretor do PSA com representantes de nove Secretarias Municipais, havendo seis propriedades já cadastradas. Informou que o Edital foi publicado relativamente há pouco tempo, e que o Programa prevê o pagamento não só para os casos de recuperação das áreas de preservação ambiental mas também para o saneamento ambiental da propriedade, e conservação do solo. Após a

dr<sup>a</sup> Ângela passou a responder aos questionamentos do sr. Rodolpho Schmidt. Disse que a apicultura só é proibida na Zona de Ocupação Controlada (ZOC) da área urbana, mas ela é permitida na Zona de Manejo Sustentável e admissível nas demais zonas. Em relação à pavimentação foi dito que não é proibida a pavimentação mas sim há recomendações se determinada CAM deve ou não ser pavimentada. Em relação ao questionamento do sr. Marcelo Coluccini a respeito do tamanho dos lotes disse que serão consideradas e analisadas as ponderações enviadas por ele. Na sequência a sr. Andrea prorrogou a duração da Audiência para até as 22:00 horas e iniciou as inscrições para o segundo bloco de perguntas. O sr. "Cido" teve a palavra como representante da Associação Movimento de Moradia e Cidadania e elogiou os trabalhos dos técnicos, da SVDS e da COHAB. Defende a aprovação de moradias na APA seguindo a legislação e de maneira sustentável para proteger o meio ambiente. Após a palavra foi dada à engenheira Cláudia Esmeriz que fez agradecimentos à dr<sup>a</sup> Dionete Santin, Martha Matosinho e ao sr. José Carlos Perdigão pelo apoio prestados por eles. Após o sr. "Daniel" teve a palavra. Ele abordou a questão do exíguo prazo dado à sociedade civil para análise dos trabalhos do grupo, pediu um tempo adicional, além desses 30 dias já concedidos a partir da Audiência anterior. Com relação à pavimentação das estradas rurais disse que não pretende a aprovação do asfaltamento, mas sim que não seja feita a recomendação pela não pavimentação com fundamento em estudos superficiais, deve ser feita a recomendação de uma análise detalhada de cada CAM. Como sua última pergunta disse que com relação a apicultura a apresentação dos slides o deixou em dúvida quanto a permissão em certas áreas. A dr<sup>a</sup> Andrea Struchel então passou a palavra para a sr<sup>a</sup> Suzana que afirmou que a recomendação exposta no Plano de Manejo para não asfaltar estradas rurais é um crime ambiental. Destacou sua opinião de que se as estradas fossem asfaltadas haveriam linhas de ônibus servindo o transporte público. Relatou que foi muito boa a conversa com o dr. Vitorelli do Ministério Público Federal e questionou o conflito com a norma federal que permite áreas de 20 mil metros quadrados com a proposta municipal de áreas com 40 mil metros quadrados. Solicitou uma prorrogação de mais quinze dias para que sejam avaliadas as propostas do Plano de Manejo. O sr. Rodolpho Schmidt pediu a palavra e também pediu mais tempo para fazerem testes concretos nas propriedades rurais. Retomando a palavra, a dr<sup>a</sup> Andrea Struchel destacou que os trabalhos de elaboração do Plano de Manejo já duram dois anos, e que o PUOT foi disponibilizado para toda a sociedade em dezembro de 2017 onde desde então foram feitos muitos diálogos e reuniões com a sociedade civil, não sendo justo alegarem que não foi dado tempo razoável para análise e considerações. Em seguida consultou o Secretário Rogério Menezes sobre a dilatação do prazo pleiteada, e este concedeu mais quinze dias para elaboração dos testes práticos e apresentação protocolada por escrito de eventuais manifestações sobre o PUOT, mas que as discussões do restante do Plano de Manejo se encerram nesta Audiência. Abordando a mencionada reunião com o Ministério Público Federal, a dr<sup>a</sup> Andrea informou que esteve presente, inclusive em reuniões com o GAEMA, com o Ministério Público Estadual, e que realmente o Procurador de República dr. Vitorelli criticou a proposta do Plano de Manejo de haver áreas com glebas de 20 mil metros quadrados e outras com 40 mil metros quadrados, pois na opinião dele deveriam ser de tamanhos ainda maiores, além disso, deixou claro ser a favor da proibição de mineração na APA, e de ser contra a construção de ecovilas. Após a palavra foi dada à dr<sup>a</sup> Mariana Cisotto afirmou que a empresa Walm foi contratada com a missão de fazer um projeto básico específico sobre o programa de transporte nas estradas rurais, o que foi feito por dois funcionários altamente capacitados nessa área, e que o resultado para um Plano de Manejo foi feito adequadamente, sendo certo que os detalhes que foram suscitados pelo sr. Daniel e sr<sup>a</sup> Suzana devem ser feitos em estudos técnicos específicos que fogem ao escopo do Plano de Manejo. Esclareceu que após as diretrizes técnicas ambientais apresentadas no Plano de Manejo se faz necessária a elaboração de Plano de Infraestrutura de Transporte da APA e após é preciso ainda fazer a elaboração dos projetos executivos para a pavimentação das estradas. Citou como as cinco prioridades: 1) Pavimentar a avenida Antônio Ignácio Pupo; 2) melhorias na CAM 367 com a estabilidade de drenagem e construção de taludes; 3) construir a ligação da região Sul, Sousas, Joaquim Egídio e com a região da AR 14; 4) transformar a SP-81 em uma Estrada-parque e 5) Criar um circuito de ciclovias nas estradas. Às 21h59 a sr<sup>a</sup> Andrea Struchel encerrou os trabalhos dessa Audiência e a Ata foi por mim Carlos Alberto Gregio de Oliveira regularmente redigida.

Campinas, 25 de julho de 2018

#### RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DE MANEJO E DOS PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DA TERRA DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAMPINAS REALIZADA EM 25/07/2018

##### Filipetas

**Instituição:** Aproapa

**Questionamento:** O levantamento e análise das estradas rurais (CAM) é reconhecida superficial, carecendo de estudos de engenharia com parâmetros técnicos objetivos. Solicitamos um adendo com a recomendação de estudo detalhado e apropriado e 30 dias de prazo adicional para levantar dados primários e dados básicos levantados pela Walm para propor algo apropriado.

**Resposta:** O levantamento e análise das estradas rurais foi realizada por especialistas contratados vencedores de processo administrativo licitatório por técnica e preço, tendo sido avaliados por currículo de especialistas na área ambiental específica. Os especialistas do contrato foram Hélio Kinast Cruz Secco, Biólogo, Mestre em Ecologia Aplicada com ênfase em Ecologia de Estradas, tendo participado de projetos de pesquisa pelo Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas (CBEE) e Mônica Aleixo Lopes Dias, Bacharel em Engenharia Civil, Especialista em Engenharia de Barragens, Especialista em gestão de projetos e Mestre em Geotecnia.

Conforme previsto no termo de referência para o contrato do Plano de Manejo foram realizados e apresentados os dados de campo, cruzamento com o sistema de informação geográfica, com dados do meio físico, biótico e antropogênico e ainda o diagnóstico de demanda levantada nas oficinas. Ademais, foi realizado um estudo não superficial, mas sim bastante científico e completo, de modo a pautar tanto o diagnóstico quanto o prognóstico que deu origem ao estudo.

Cabe atenção ao fato de que o Programa de infraestrutura de transportes possui os objetivos específicos listados abaixo, que prevêem estudos como projetos executivos, em uma escala de maior detalhe que um planejamento proposto em Plano de Manejo de Unidade de Conservação.

Objetivos específicos do Programa de infraestrutura de transportes:

1. Articulação dos segmentos sociais responsáveis/interessados na elaboração do Plano de Infraestrutura de Transporte da APA de Campinas;
2. Buscar a elaboração de projetos executivos para pavimentação das estradas;
3. Buscar a implantação de sistemas de drenagem, controle de erosão e revestimento das estradas (tipos de pavimento), com critérios adequados por trecho;
4. Definição de passagens de fauna e estratégias de melhoria da conectividade entre fragmentos florestais;
5. Buscar a implantação de mecanismos de redução de velocidade visando evitar o atropelamento de fauna



6. Buscar a instalação de ciclovias

7. Potencialização das atividades econômicas na APA de Campinas através da implantação e adequação de infraestruturas viárias.

Anote-se, também, que os estudos elaborados pela empresa contratada, por meio de especialistas também angariou a contribuição de vários técnicos da Prefeitura de Campinas, envolvendo engenheiros e arquitetos, com destaque aos seguintes órgãos municipais: Deplan/Seplurb, Seinfra e SSP.

Resta ainda lembrar que além da ampla leitura técnica, a temática foi objeto da Oficina de Planejamento, da Reunião Temática de Infraestrutura e de duas Audiências Públicas.

Não obstante, evidentemente que, por ter sido escolhido o modelo adaptativo de gestão, estudos específicos e complementares, posteriores ao Plano de manejo são pertinentes à forma de gestão.

**Instituição:** Aproapa

**Questionamento:** Uma série de conteúdos e respostas foi disponibilizado na data desta audiência (25/07) e as minutas do Plano de Manejo não. Solicitamos prazo adicional para formulação de contrapropostas e que seja compatível com a realidade de disponibilidade de tempo do cidadão.

**Resposta:**Primeiramente, é importante esclarecer que não se trata de minuta de plano de manejo. O Plano de Manejo é o instrumento de gestão de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável como é o caso da Área de Proteção Ambiental - APA de Campinas e não simplesmente uma minuta de instrumento normativo. Esse documento deverá orientar toda a gestão da APA e qualquer ato normativo que venha a ser elaborado para a unidade de conservação deverá ser orientado estritamente por seu conteúdo. As alterações resultantes das audiências públicas serão incorporadas ao documento, somente após o término definitivo da leitura comunitária, para a versão final do documento. As respostas dadas aos questionamentos apresentados durante e após a Audiência (sessão de 25/06) foram publicadas no Diário Oficial, no dia 24/07 (<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1323901102.pdf>) e enviadas, por email, no dia 25/07, especificamente ao autor do questionamento. Esse prazo foi exatamente o necessário para que as respostas fossem concluídas, uma vez que algumas questões estavam sendo analisadas ou aguardando manifestação da própria Aproapa até a tarde daquele dia.

Conforme solicitado pela Aproapa e acordado na Audiência (sessão de 25/07) foi concedido o prazo de 15 dias, portanto até 08/08/2018, para a finalização do Parâmetros de Uso e Ocupação da Terra - Puot Rural, sendo que para o restante do Plano de Manejo fica encerrado o processo de leitura comunitária em 25/07, às 22h, hora de encerramento da referida audiência.

**Instituição:** Aproapa

**Questionamento:** Apicultura: não se pode usurpar do produtor rural esta opção importante, que é desempenhada em todo território, para garantir renda e sustento.

**Resposta:**De início, gostaríamos de chamar a atenção para a terminologia "usurpar". Antes de manejar tal assertiva, recomenda-se uma leitura cuidadosa do conteúdo do Plano de Manejo disponibilizado no site (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/conservacao-da-natureza.php?plano-manejo>) sob o nome "Zoneamento Retificado" e, fisicamente, na SubPrefeitura de Sosas, na SubPrefeitura de Joaquim Egídio, na Estação Ambiental, na AR-14, na Associação de Bairro do Carlos Gomes e no Congeapa. Pelo trabalho apresentado, a atividade de apicultura não foi proibida em toda a parte rural da APA. Tão somente restou proibida apenas na ZOC (Zona de Ocupação Controlada - dentro do perímetro urbano) por se tratar de área urbana, onde a atividade não é compatível com os usos e ocupações existentes, dada a espécie da abelha (*Apis mellifera*), por seu risco de acidentes com humanos. E se manteve admissível em todas as demais zonas rurais por se tratar de uma espécie (exótica) que após cruzamentos acidentais com outras espécies de abelhas resultou em uma espécie com características que a favorecem na competição com abelhas nativas. Fato este, cientificamente comprovado, que afeta diretamente sobre a biodiversidade, podendo causar a redução irreversível de populações de espécies nativas e consequentemente, afetar a polinização em ambientes florestais, importante serviço ecossistêmico.

Frise-se que nas zonas localizadas em área rural, a atividade é admissível, e assim como vem acontecendo em diversos outros locais do estado e do país, solicita-se que no caso de ocorrer essa atividade, sejam observados alguns fatores. São considerados importantes, a espécie a ser utilizada, o tamanho da produção, a distância de fragmentos florestais em relação ao local de criação, a área de vida da espécie, as espécies nativas que habitam a área e a pressão que a espécie em uso exerce sobre as nativas, dentre outros fatores, que possam vir a ser considerados importantes pela comissão que deverá autorizar a atividade.

**CONTRIBUIÇÕES ENTREGUES EM PAPEL DURANTE A AUDIÊNCIA**

**Instituição:** Impas

PLANO DE MANEJO DA APA CAMPINAS, AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 25.06.18 AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 25.07.18

"A terra passou para as mãos dos especuladores com a facilidade com que um rio corre para o mar, com a diferença que a terra não evapora das mãos imobiliárias e não chove de volta [...]; antes, fica aprisionada entre muros altíssimos, indezível à própria vista, impenetrável à passagem, atentando contra a liberdade".

Maria Cláudia França Tese de Fernandes, Ana Maria Vieira.

F391m A mercantilização da natureza e as novas territorialidades nos Distritos de Sosas e Joaquim Egídio (Campinas-SP / Ana Maria Vieira Fernandes-Campinas SP.: [s.n.], 2009.

SOLICITAMOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS QUE:

1- TENDO EM VISTA A FALTA DE EXPLICAÇÃO BIOLÓGICA, GEOLÓGICA, BOTÂNICA E ZOOLOGIA PLAUSÍVEL PARA PROTEGER A MARGEM DIREITA DO ATIBAIA E NÃO A SUA MARGEM ESQUERDA, SOLICITAMOS QUE SEJA CRIADA UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA MACROZONA 2 UTILIZANDO DADOS DE ASPECTOS BIÓTICOS PARA SUA DELIMITAÇÃO, INCLUSIVE ANTIGOS CORREDORES DE CIRCULAÇÃO DE MAMÍFEROS TERRESTRES.

**Resposta:**O item Premissas e Diretrizes Teóricas do Programa de Conservação e Recuperação da Biodiversidade, aborda essa questão, enfatizando a importância da região da Macrozona 2, e finaliza com o seguinte texto:

"Por fim, recomenda-se que seja iniciado imediatamente o processo de estudo para a definição de novas estratégias de proteção dessa área, como por exemplo, a criação de novas unidades de conservação, assim como indicou o Plano Municipal do Verde (2016)"

Assim, o solicitado está de acordo com o Plano de Manejo.

No entanto, dado que essa demanda surgiu não somente agora, mas em reuniões do GTA quando se discutia o zoneamento, será acrescido item específico sobre o tema no item Objetivo Específico 03: Incremento da qualidade, quantidade e conectividade da vegetação nativa e habitat onde foi inserida uma nova linha de ação:

-Criação de novas unidades de conservação

A partir da leitura comunitária, foi levantada uma questão que já havia sido apontada

em alguns momentos da elaboração do Plano de Manejo, mas fora de contexto. Trata-se da proteção da Macrozona 2, como já explicado anteriormente sobre sua importância.

Nesse sentido, ao analisar a definição dos limites da APA de Campinas, percebe-se que o principal fragmento - Ribeirão Cachoeira - encontra-se perto da borda e que outro fragmento importante - Mata da Fazenda São Vicente - não está inserido na APA. É importante colocar também que os fragmentos da Fazenda Espírito Santo - Macuco também estão no limite da UC, sofrendo as pressões do entorno assim como os outros fragmentos citados.

Assim, é importante a realização de estudo para criação de uma nova APA adjacente à APA de Campinas, ou sua ampliação, de forma que forneça maior proteção a esses fragmentos.

Outro estudo que deve ser realizado é quanto à criação de unidades de conservação de proteção integral, ou estímulo à criação de RPPN nos fragmentos Ribeirão Cachoeira, Espírito Santo - Macuco e São Vicente.

2- QUE SE AMPLIE A DIMENSÃO DOS FRAGMENTOS FLORESTAIS, INCENTIVANDO ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS JUNTO AOS PROPRIETÁRIOS A RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO DE APP E REABILITAÇÃO DE ÁREAS DE NASCENTES E DEMAIS CURSOS D'ÁGUA OU LAGOS E LAGOS ( ampliar pagamento por serviços ambientais da PREFEITURA)

**Resposta:**No Objetivo Específico 03: Incremento da qualidade, quantidade e conectividade da vegetação nativa e habitat, há uma ação específica para aumento da cobertura vegetal:

Ação: Realizar atividades de plantio e restauração

Tendo como meta a ocupação mínima de 30% do território da APA por cobertura vegetal natural, a implementação de ações de plantio e restauração, especialmente em áreas legalmente protegidas, é uma das atividades prioritárias dentro deste PCRB. Assim, recomenda-se que áreas com incidência de APP, Reserva Legal e Patrimônios Naturais Tombados sejam priorizadas quanto ao plantio e restauração.

O Programa de Conservação e Recuperação dos Recursos Hídricos conta também com ações voltadas à recuperação de nascentes, aproveitando programas já existentes, como o Programa "Adote uma Nascente" e PSA.

Nessa linha, a Lei nº 15.046, de 23 de julho de 2015 institui o PSA que visa oferecer pagamento a diversos serviços ambientais. No momento, apenas o PSA-água foi regulamentado, mas futuramente será expandido para outros serviços.

3- QUE SEJA FORNECIDO AO INSTITUTO IMPAS MAPAS EM ESCALA 1:20 MIL DOS RECURSOS HÍDRICOS E VEGETAÇÃO, GEORREFERENCIADO DE CADA NASCENTE EXISTENTE NA APA ATUALMENTE, COMO FORMA DE POSSIBILITAR A FISCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE E DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR AUXILIANDO O ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VISEM CRIAR MECANISMOS PARA O FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA A POPULAÇÃO DE CAMPINAS, DE FORMA PERENE, AO LONGO DOS PRÓXIMOS 50 ANOS. IMPEDINDO CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

**Resposta:**A solicitação do fornecimento de um mapa não cabe para constar no plano de manejo. Não obstante, é possível acessar a informação solicitada por meio do portal Geoambiental no seguinte endereço: <https://geoambiental.campinas.sp.gov.br/>

É possível fazer o mapa com escala de 1:20.000 ou até melhor, conforme a preferência do acessante do portal

4- QUE A PMC ASSUMA O COMPROMISSO DE INCLUIR NO PROGRAMA DE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS MECANISMOS PARA PROMOVER DE FORMA SUSTENTÁVEL E PERENE, A EXISTÊNCIA DE CORREDORES ECOLÓGICOS LIGANDO TODOS OS FRAGMENTOS VEGETAIS E APPS EXISTENTES ATUALMENTE NA APA, ALÉM DOS CITADOS NOS MAPAS QUE COMPÕEM O PLANO DE MANEJO ATUAL E ESTIMULE A SUA AMPLIAÇÃO.

ISSO DEVE VIABILIZADO APÓS COLETAS DE DADOS RECENTES DE FAUNA E VEGETAÇÃO, TENDO EM VISTA QUE ESSA ATIVIDADE NÃO FOI REALIZADA QUANDO DA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO, QUE FOI BASEADO EM DADOS SECUNDÁRIOS PORTANTO QUE NÃO REFLETEM A SITUAÇÃO ATUAL DESSES ASPECTOS BIÓTICOS.

**Resposta:**O pagamento por serviço ambiental promovido pelo estabelecimento de corredores ecológicos pode ser absorvido no âmbito do inciso III - conservação da sociobiodiversidade, do seu art. 1º, da Lei nº 15.046/15.

O Plano de Manejo prevê plantios prioritários nas áreas apontadas como corredor ecológico. Além disso, existem mais de 3000 fragmentos na APA, assim, não é possível assumir o compromisso, neste momento, de conectar a sua totalidade, visto que o Plano de Manejo tem um horizonte de revisão a cada 5 anos, ou seja, é inviável a conexão de todos os fragmentos em 5 anos.

O atual escopo é o foco nos principais corredores citados no Plano, o que já exigirá um grande trabalho, principalmente na articulação com os proprietários rurais para que deem anuência para plantios.

Por se tratar de uma APA, não foi solicitado um extenso levantamento de fauna ou flora, pois são muitos fragmentos com área extensa em uma região bastante estudada. Assim, foi priorizado utilizar o recurso em outras partes do plano, pois seria muito caro adquirir esse tipo de levantamento, podendo inviabilizar a contratação. No entanto, o Programa de Conservação e Recuperação da Biodiversidade tem ações de levantamento de fauna e flora detalhados, que subsidiarão a revisão do plano de manejo, bem como os processos de tomada de decisão.

5 - INSTITUIR UMA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO ESPECÍFICA EM PARCERIA COM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR ATUANTES NA ÁREA DA APA FORMA A IMPLANTAR O REGRAMENTO ESTABELECIDO NO REFERIDO PLANO DE MANEJO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

**Resposta:**O poder de polícia da fiscalização não pode ser delegado ao terceiro setor, por ser ato eminentemente do poder público. De toda sorte, contamos com todos os auxílios ao monitoramento e à fiscalização por meio de denúncias, mas a fiscalização propriamente dita deve ser efetuada por um único órgão, pois há questão de homogeneização nas aplicações de penalidades. O ideal seria aumentar o corpo de fiscalização da SVDS, tendo um fiscal destacado para a região ou para as unidades de conservação. Outras formas de parceria também serão estudadas conforme aponta o plano de manejo.

Sobre esse tema, no Modelo de Governança, o item 3.2.3 - Fiscalização e Segurança da APA de Campinas aponta práticas e atividades, dentre as quais está:

-Estabelecer uma dinâmica sinérgica de trabalho, conforme apresentado na Figura 1-3, onde a Vertente Compartilhada e Adaptativa, representada aqui pela Equipe Técnica Especialista da APA, trabalha em parceria com a Vertente Institucional, representada aqui pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental da SVDS e Guarda Civil Ambiental, dentro da lógica adaptativa.

6 - QUE A PM DE CAMPINAS IMPLEMENTE A REAVALIAÇÃO CONTÍNUA E SISTEMÁTICA DO REGRAMENTO ESTABELECIDO. BASEANDO-SE PRINCIPALMENTE NO TOCANTE A COLETA DE DADOS ATUALIZADOS DE FAUNA

## E VEGETAÇÃO.

**Resposta:** O Plano de Manejo foi construído com a premissa de ser uma gestão compartilhada e adaptativa. Assim, a ideia é exatamente essa, baseado em um monitoramento contínuo, não apenas na fauna e flora, mas também das necessidades, demandas e de acertos que vão sendo identificadas para serem corrigidas paulatinamente

7 - APOIAR FINANCIAMENTE, AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR, ATRAVÉS DOS VÁRIOS RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, NAS AÇÕES DE PESQUISA EM FAUNA E VEGETAÇÃO SOBRE=

1 - LEVANTAMENTO ATUALIZADO DE FAUNA E VEGETAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE SUAS ÁREAS DE OCORRÊNCIA

2 - MONITORAMENTO DE ANIMAIS SILVESTRES E DESLOCAMENTO NOS DIFERENTES HABITATS

3 - IDENTIFICAÇÃO, LEVANTAMENTO E ÁREAS DE OCORRÊNCIA DAS ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORES, ACOMPANHANDO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DE FORMA A MINIMIZAR OS RISCOS ADVINDOS DO DIAGNÓSTICO BASE COM DADOS SECUNDÁRIOS

**Resposta:** O Plano de Manejo prevê ações de levantamento e monitoramento de fauna e das espécies exóticas invasoras. A gestão compartilhada parte da premissa que outras instituições poderão implantar programas do plano de manejo. Para utilizar recurso de compensação ou do Proamb, há um regramento próprio a ser seguido que extrapola a competência do plano de manejo.

8- IMPEDIR COM AUTORIDADE LEGISLATIVA AS NOVAS FORMAS DE LOTEAMENTO QUE SE ESTABELECE AO LONGO DE RODOVIAS E QUE DISPENSAM A CRIAÇÃO DE RESERVA LEGAL COMO AQUELE PERMITIDO NA AV. MACKENZIE. (LEI LEMA)

**Resposta:** A Reserva Legal aplica-se apenas à área rural, nos termos do Código Florestal em vigor. Nesse sentido, o Plano de Manejo reforça a obrigatoriedade de sua averbação e não permite loteamentos urbanos na área rural.

9- PROMOVER COM A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, A FIXAÇÃO DO PROPRIETÁRIO RURAL QUE JÁ ESTEJA ESTABELECIDO NA ÁREA, COM INCENTIVOS, ISENÇÕES FISCAIS, SUBSÍDIOS PÚBLICO-MUNICIPAL, ABERTURAS DE CANAIS DE COMÉRCIO, ETC VISANDO ESTIMULAR A APOIAR PRODUÇÃO DE BENS DE FORMA SUSTENTÁVEL E QUE DIVULGUEM O NOME DA APA, COMO ÁREA MODELO PARA METODOLOGIAS INOVADORAS DE CULTIVO SUSTENTÁVEL E CRIAÇÃO DE ESPÉCIES COMERCIALMENTE RENTÁVEIS.

**Resposta:** O Plano de Manejo estabeleceu o Programa de Gestão das Atividades Rurais que tem como objetivo geral fortalecer o desempenho e a atratividade das atividades rurais em território da APA, sempre em busca da promoção de práticas agrossilvopastoris sustentáveis. Para isso define uma série de ações para alcançar esse objetivo, estando de acordo com o proposto aqui neste item.

**Instituição: Associação Santa Floresta**

1. Incluir no Plano de Manejo a proteção dos remanescentes de mata nativa, a saber:

- Proibir o corte raso e o bosqueamento no interior da mata;
- Proibição de tela de alambrado na envoltória e no interior da mata;
- Criação de aceiro a fim de evitar propagação de incêndio na mata;
- Criação de mecanismo a fim de evitar efeito de borda;
- Proibição de intervenções na mata sem o devido suporte e autorização dos departamentos responsáveis.

**Resposta**

**1.a.** Na tabela de normativas do zoneamento consta a seguinte normativa que é admissível ou proibida a depender da zona: "Supressão, fragmentação, corte ou degradação de maciço de vegetação nativa em qualquer estágio de regeneração".

Assim, o corte raso já está proibido nas zonas mais restritivas, sendo admissível em alguns casos na Zona de Ocupação Controlada - ZOC e na Zona de Manejo Sustentável - ZMS.

Para impedir a ação do bosqueamento essa normativa será alterada para: "Supressão, fragmentação, corte, bosqueamento ou degradação de maciço de vegetação nativa em qualquer estágio de regeneração"

**1.b.** Na tabela de normativas do zoneamento consta as proibições:

"Murar ou alambiar divisas de propriedades rurais, ou murar área interna de propriedades isolando fragmentos florestais e APP".

"Murar ou alambiar propriedades sem o respeito às APPs e outras áreas verdes de conectividade, e sem isolar e impedir os corredores naturais e passagem de fauna seguindo o Decreto Municipal 19142/16".

**1.c.** A criação de aceiros cercam a mata e dificultam sua expansão por meio da regeneração natural. Apesar do benefício da proteção contra o fogo, foi observado que, na APA, muitos fragmentos aumentaram de tamanho ao longo dos anos, o que não teria ocorrido se tivesse aceiro.

**1.d.** O plantio de indivíduos arbóreos no entorno das matas, assim como os aceiros, cercam a mata e dificultam sua expansão por meio da regeneração natural, e não garantem a eliminação do efeito de borda. Assim, não foi e não será previsto esse tipo de manejo para ser realizado sistematicamente em todos os fragmentos. No entanto, o Programa de Conservação e Recuperação da Biodiversidade propõe ações de manejo que visam atingir o objetivo específico de incremento da qualidade e quantidade de vegetação nativa, que vai no sentido do proposto no questionamento apresentado.

**1.e.** O Plano de Manejo prevê o estabelecimento de regramentos específicos para intervenções nos fragmentos florestais, tais como supressão, manejo agroflorestal e uso turístico. Foram ainda aprimoradas duas normativas, conforme sugerido nos itens a e b, sobre bosqueamento e cercamento. No entanto, a restrição de "qualquer intervenção" é genérica e englobaria questões como uso agroflorestal, que é permitido, de forma que a norma seria contraditória.

**CONTRIBUIÇÕES DA APROAPA ENCAMINHADAS EM 08/08/18 SOBRE O PUOT RURAL, CONFORME PRAZO DETERMINADO NA AUDIÊNCIA**

Ilustríssimo Senhor Secretário da Secretaria do Verde e Desenvolvimento Sustentável da cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A APROAPA - Associação dos Proprietários Rurais da APA de Campinas, com sede na Rua Heitor Penteado, nº 956, Joaquim Egidio, Campinas (SP), através de sua presidente copiada em anexo, vem respeitosamente perante Ilustríssima presença, apresentar sua MANIFESTAÇÃO contrária acerca da minuta do PUOT Rural a nos direcionado na data de 25/07/2018, nos termos seguintes:

Termos em que, com os votos de estima e consideração, aguarda acatamento.

Campinas, 08 de agosto de 2018.

Susanna Margreta Von Bulow Ulson Cardoso - ?Presidente da APROAPA

**MANIFESTAÇÃO DA APROAPA SOBRE O PUOT E PLANO DE MANEJO**

O entendimento da APROAPA é de que a municipalidade pode complementar as legislações existentes, de regramento da atividade rural (Estatuto da Terra), bem como a ambiental (código florestal), desenvolvendo instrumentos de proteção ambiental e criando condições de manutenção e incentivo não apenas das atividades agrícolas tradicionais, como também de atividades econômicas admissíveis na área rural

(agroindústria, hotelaria, turismo, gastronomia, eventos, pesquisa, desenvolvimento, educação, saúde, bem estar, esportes entre outras).

Entretanto a APROAPA entende que a municipalidade não pode restringir qualquer utilização rural da propriedade privada, devendo apenas buscar o regramento de áreas inseridas dentro da APA com finalidade diversa a produção rural tradicional (Consideradas admissíveis no Plano de Manejo), restando assim resguardado o direito constitucional de proteção à utilização da propriedade privada, onde o proprietário continuará gozando, usufruindo, dispondo e desenvolvendo os frutos de seu bem, exercendo a função social da propriedade, gerando emprego, renda e desenvolvimentos sócio-econômico na região.

Posto isso, entendemos que, para o desenvolvimento de um estudo de utilização de forma diversa, em que pese os esforços e dedicação empenhados por esta associação, não foi possível estabelecer parâmetros e regras minimamente aceitáveis para a gama de possibilidades e complexidade das questões envolvidas, tanto no aspecto ambiental, técnico e jurídico/legal. Entretanto, constatamos a necessidade de complementação/retificação dos seguintes pontos:

1. A recomendação de não se pavimentar CAMs como a 367, Lydia Abdalla entre outras, ignora completamente antigas demandas e necessidades da população rural local, bem como a perda de solo, assoreamento de cursos d'água, barramentos e brejos. A APROAPA, novamente, solicita que a SVDS inclua no plano de manejo, no mínimo, a recomendação de que se faça um estudo mais detalhado levando em conta exclusivamente fatores de riscos ambientais antes de recomendar a não-pavimentação. Este deve ser um critério técnico e não o de "dificultar o acesso" para "impedir o adensamento". A possibilidade de pavimentação pela iniciativa privada pode ser uma alternativa viável desde que haja a recomendação do Plano de Manejo para que essa prática conservacionista ocorra.

2. A APROAPA acredita que a área impermeabilizada total precise ser de, no mínimo, 12,5% da área da propriedade e ainda assim não consegue garantir que pequenas propriedades sejam capazes de desempenhar suas funções rurais).

3. Estabelecimento de Servidão entre propriedades. É fundamental que se possa estabelecer servidão entre matrículas de imóveis localizados dentro da APA, de áreas não impermeabilizadas perenemente na forma de Reserva Legal, somando assim áreas em polígonos de propriedades distintas para obtenção de coeficiente de impermeabilização. Esta ferramenta permite compartilhar oportunidades econômicas para propriedades localizadas em Zonas distintas dentro da APA.

4. APROAPA insiste pela manutenção da "fração mínima de parcelamento de 2 módulos rurais". Em que se entenda que figuras de loteamentos possam ser indesejadas, não se pode limitar dessa forma as possibilidades de desmembramento em casos como o de um inventário ou mesmo para que o proprietário possa se capitalizar e investir em sua propriedade.

5. Quanto ao uso tolerado, deve ser criado um programa de regularização dos empreendimentos em atividade, mesmo que estes não tenham ainda obtido uma licença, certidão ou afins para garantir que os empreendimentos terão seu alvará de funcionamento eventualmente garantido.

6. A APROAPA registra que não recebeu comunicado ou minuta atualizada do plano de manejo e portanto não pode constatar se seus pleitos anteriores foram acatados ou como foram acatados. Também, no caso de várias atividades rurais que foram classificadas como "admissíveis" não foram estabelecidos ou divulgados os critérios e parâmetros para tal, de modo que só nos resta um posicionamento contrário a isso, novamente solicitando que essas atividades rurais (apicultura, por exemplo) sejam permitidas indistintamente em toda a área rural da APA e que programas de incentivo para criação e substituição gradativa de outras espécies sejam criados garantindo, assim, a atividade econômica dos produtores em questão.

7. A APROAPA registra também que as respostas dadas aos questionamentos feitos durante as audiências públicas foram superficiais e sem embasamento claro, a saber:

a. Por que não há previsão de indenizações ou contrapartidas a proibições e limitações? Os proprietários rurais não podem suportar sozinhos o custo do bem comum. Há de se prever contrapartidas ou o que está sendo realizado é uma expropriação.

b. Proibição de hospital veterinário: não foram demonstrados motivos suficientes para proibir um hospital de traumas ou de cirurgias do aparelho digestivo (em decorrência de cólicas, por exemplo) de grandes animais.

c. Ao levar um animal para tratar um trauma, por exemplo, trata-se de uma emergência em que o animal poderá ser transportado sem a emissão de Guia de Transporte de Animais (GTA).

Essa guia é oriunda de regulamentação do Ministério da Agricultura, em que exige uma série de certificações e exames, resguardando que o animal não possui doença contagiosa, para realização de transporte seguro.

Ou seja, uma vaca com brucelose pode chegar ao hospital para realização de cirurgia em decorrência de uma fratura e o proprietário não saber que o animal está doente, sendo um risco aos demais animais da fauna local.

8. O documento referente ao PUOT a seguir representa nossos melhores esforços, dadas as imensas limitações de tempo, recurso e prazo exíguo, para alcançar termos e parâmetros adequados à realidade socioeconômica da região, sendo baseado na proposta anterior da SVDS. Devido às referidas limitações acreditamos que ainda existem pontos que exigem atenção.

Versão do PUOT com as contribuições da APROAPA sobre o documento disponibilizado pela SVDS.

(em anexo segue documento Word com a Versão do PUOT destacando, com controle de alterações, as contribuições da APROAPA sobre o documento disponibilizado pela SVDS)

**4.2 PUOT RURAL**

O Plano de Manejo, por meio do PUOT Rural, apresenta os primeiros Parâmetros de Uso e Ocupação da Terra (PUOT), para as quatro Zonas Ambientais rurais, descritas a seguir e apresentada na Figura 1.

Zona de Conservação da Biodiversidade (ZCB) - corresponde aos espaços que abrangem os maiores e mais conservados fragmentos de Floresta Estacional Semidecidual (FES) da APA de Campinas, com potencial de atuação como fonte de biodiversidade.

Zona de Conservação Geoambiental (ZCG) - abrange os terrenos de alta fragilidade ambiental, com características limitantes a ocupação e potencial incidência de movimentos de massa e processos erosivos. Também fazem parte da ZCG fragmentos de grande importância para a biodiversidade, e que não foram incorporados pela Zona de Conservação da Biodiversidade.

Zona de Proteção de Manancial (ZPM) - compreende a porção sul da APA, cujos terrenos apresentam alta fragilidade ambiental, forte pressão a ocupação e importância para a proteção de manancial hídrico.

Zona de Manejo Sustentável (ZMS) - compreendem as porções territoriais da APA cujos terrenos apresentam baixa fragilidade ambiental e menor declividade. Áreas cujo uso da terra atual caracterizam-se pela predominância de campos antrópicos e pastagens, portanto, territórios alterados pelos ciclos econômicos que incidiram no mesmo ao longo dos anos.



Figura 1: Zonas Ambientais da APA de Campinas inseridas no território rural

#### 4.2.1 Da Definição dos Parâmetros

Parâmetros Gerais válidos para todas as Zonas:

Edificações:

?Construções com no máximo dois pavimentos para abrigar os diversos fins permitidos na zona rural da APA de Campinas, como os especificados neste regramento, inclusive os destinados a moradia.

?Proibição do uso do subsolo;

?Devem ser priorizadas às implantações dos empreendimentos admissíveis (item 4.2.2) em estruturas já existentes nas propriedades rurais da APA de Campinas

Setorização:

Buscando ordenar o solo dentro da propriedade rural em consonância com o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Constituição Federal e o desenvolvimento sustentável necessário para o meio rural, foram estabelecidos parâmetros com uma lógica de setorização da propriedade rural. Esta organização facilita o planejamento e a análise de viabilidade da implantação dos empreendimentos admissíveis no território rural da APA de Campinas, e embasa a manifestação do Órgão Gestor para emissão da Certidão de Uso do Solo, que poderá ser usada para obtenção de demais aprovações, como alvarás e licenças ambientais pertinentes à atividade.

A setorização delimita onde estão, ou serão, estabelecidas as atividades de preservação ambiental, produção econômica e habitação dentro da propriedade ou empreendimento rural. Uma vez delimitada os diferentes setores dentro da propriedade ou empreendimento rural devem ser quantificadas, em cada setor, as intervenções existentes e pretendidas que gerem impermeabilização solo.

Entende-se por impermeabilização do solo as intervenções que possuam ou prevejam piso pavimentado com estrutura que não permita a infiltração de água no solo. Não são contabilizados como impermeabilização, pisos drenantes, estufas agrícolas e coberturas de proteção para criação animal que não possuam sob a cobertura piso perenemente pavimentado.

Os setores não precisam ser alocados de forma contínua dentro da propriedade, podendo existir, por exemplo, um setor produtivo alocado em dois ou mais polígonos distintos dentro da propriedade ou empreendimento rural.

O projeto da propriedade com o empreendimento rural desejado deverá respeitar os parâmetros do Plano de manejo da APA, além dos critérios de setorização, apresentados a seguir:

#### 3.1. SETOR DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - SEPA

a) Porcentagem máxima de ocupação pelo setor dentro da propriedade: 100%

b) Porcentagem mínima de ocupação pelo setor dentro da propriedade: 20%

c) Finalidade: Locais destinados a conservação e conexão dos ambientes naturais para conservação da fauna e flora nativa com proteção dos recursos hídricos. Possibilidade de implantação de projetos prevendo recuperação, manejo sustentável e serviços ambientais que favoreçam a manutenção de ambientes naturais distintos ou a regeneração das florestas para a formação de estágios mais avançados de sucessão buscando o equilíbrio das cadeias alimentares.

d) Uso da Terra: Neste Setor a Terra deve ser coberto por Vegetação Nativa em seus diferentes estágios, podendo incluir APP e Reserva legal. É permitida a associação com espécies exóticas, nos moldes de Sistemas Agroflorestais, desde que por um tempo determinado e com a finalidade principal de favorecer a recuperação dos ambientes naturais.

e) Interferências livres: Práticas de manejo florestal que favoreçam a recuperação dos ambientes naturais.

f) Interferências admissíveis: Práticas previstas em projeto de manejo sustentável.

g) Construções admissíveis: Neste Setor é permitida a construção de benfeitorias para as seguintes finalidades: Trilhas, Acessos, Pontes, Obras de Saneamento, Obras de Escoamento pluvial, Passagens de Fauna, e geração de energia (Pequenas usinas hidrelétricas), seguindo o regramento estabelecido pelas leis municipais, estaduais e federais. \*Na modalidade de Propriedade Rural Compartilhada - "Condomínio Rural Pro-Diviso", cujo modelo e regramento se encontra em construção dentro do município, este setor deve ser alocado como área comum a todas as unidade, respeitando sempre a fração mínima da propriedade rural estabelecida para cada matrícula. Neste Setor (SEPA) não é permitido o estabelecimento de unidades privativas, é permitido apenas o estabelecimento como áreas comuns da propriedade.

#### 3.1.1. SETOR DE PRODUÇÃO RURAL - SEPRO

a) Porcentagem máxima de ocupação pelo setor dentro da propriedade: 80%

b) Porcentagem mínima de ocupação pelo setor dentro da propriedade: 20%

c) Finalidade: Locais destinados à produção rural, ao beneficiamento de produtos naturais, ao turismo rural, as atividades com finalidade econômica admissíveis na área rural e a prestação de outros serviços ambientais a coletividade.

d) Uso da Terra: Agricultura, Fruticultura, Produção Animal, Produção Florestal, Serviços Ambientais, Áreas de Hipismo em apoio a atividades de turismo, Infraestrutura para Agroindústria e apoio a produção rural (produção vegetal, produção animal, destilarias, vinícolas, cozinha artesanal, produção de fibras naturais, compostagem em pequena escala como atividade de apoio a agricultura, beneficiamento e embalagem de produtos artesanais, serraria, agricultura protegida, energias renováveis e outros serviços e atividades de apoio à produção rural consideradas como admissíveis no plano de manejo da APA de Campinas).

e) Interferências livres: Preparo de solo, Atividades de plantio e colheita, Reforma de pastagem, Roçada, Capina, Terraceamento, Construção de cercas, Construção e reforma de aceiros, Construção e reforma de drenos, Execução e reforma de carreadores, Execução e reforma de Tanques escavados, Reforma de pequenos barramentos (até 100.000 m<sup>2</sup>), Jardinagem e Manutenção predial.

f) Construções Admissíveis (contabiliza impermeabilização): Neste setor, respeitando a porcentagem de ocupação estabelecida, é permitida a construção de benfeitorias para as seguintes finalidades: Galpão, Terreiros, Cilos, Moinhos, Canais impermeáveis, Pátios impermeáveis, Alambiques, Estufas, Estábulo, Pocilgas, Chiqueiros, Pequenos Barramentos, Estruturas necessárias para apoio a produções vegetais ou animais, Vias Pavimentadas, obras de apoio a produção e beneficiamento de produtos naturais, Pousadas, Hotel, Centro de Visitação, Comércio Local, Infraestrutura de ensino, Restaurantes. Neste setor quando houver atividade admissível com presença de trabalhadores ou visitantes é obrigatória existência de infraestrutura de saneamento equivalente, devendo ser composta minimamente por fossas sépticas ou biodigestores. Dependendo da complexidade da ocupação, deve prever instalação de pequena estação de tratamento de esgoto.

\*Neste setor não contabilizam como impermeabilização na propriedade ou empreendimento estruturas que não possuam impermeabilização permanente de solo (piso pavimentado) sendo; as estufas agrícolas; as estruturas para criação animal protegida; as placas solares; os carreadores ou vias de acesso.

\*Na modalidade de Propriedade Rural Compartilhada - "Condomínio Rural Pro-Diviso" este setor só pode ser alocado como área comum a todas as unidades, respeitando sempre a fração mínima da propriedade rural estabelecida no município para cada

matrícula. Neste Setor (SEPRO) não é permitido o estabelecimento de unidades privativas.

#### 3.1.2. SETOR DE HABITAÇÃO - SEHA

a) Porcentagem máxima de ocupação pelo setor dentro da propriedade: 10%

b) Porcentagem mínima de ocupação pelo setor dentro da propriedade: 0%

c) Finalidade: Locais destinados ao uso social como moradia. Neste setor é obrigatória a existência de infraestrutura de saneamento, devendo ser composta minimamente por fossas sépticas ou biodigestores. Dependendo da complexidade da ocupação, deve prever a construção de estação de tratamento de esgoto.

d) Uso da Terra: Residências (Sede), Residências (Colônia), Vias de Acesso Pavimentada ou não, Jardins, Áreas de Lazer, Portarias, Quadras esportivas, Isolamentos.

e) Interferências livres: Jardinagem, e manutenção predial.

f) Construções permitidas: Neste setor, respeitando as porcentagens e coeficientes de impermeabilização estabelecidas, são permitidos; Edificações com até 2 pavimentos, Calçamentos, Vias de acesso, Estacionamentos, Jardins, Áreas de esporte e lazer e outras infraestruturas necessárias para a moradia e o convívio social de proprietários e colaboradores.

\* Na modalidade de Propriedade Rural Compartilhada - "Condomínio Rural Pro-Diviso" as áreas privativas de cada unidade condominial devem ser alocadas exclusivamente dentro dos Setores de Habitação - SEHAB do condomínio. Nestes setores, além das áreas privativas, também podem ser alocadas áreas comuns das unidades condominiais (áreas comuns de convívio social e lazer).

\* Na modalidade de Propriedade Rural Compartilhada o estatuto da associação dos proprietários rural deverá definir de forma clara e perpétua, baseando-se no limite estabelecido para o Setor de Uso Social, os limites de impermeabilização máximos permitidos para cada unidade privativa existentes dentro das SEHAB, para que assim os condôminos tenham possibilidades equânimes de construção em suas áreas privativas, sem ultrapassar o limite de impermeabilização total da propriedade ou empreendimento rural.

Taxa de Impermeabilização: Como regra geral, válida para todas as Zonas dentro da APA de Campinas, a porcentagem de impermeabilização total permitida é de 12,5% da área total da propriedade ou empreendimento rural. Este coeficiente deve ser calculado baseando-se na área total da propriedade ou empreendimento rural, e na soma das áreas impermeabilizadas de todos os setores da propriedade ou empreendimento rural. É obrigatório, objetivando mitigar os efeitos das impermeabilizações existentes ou pretendidas, definir e implantar práticas de retenção, retardamento, contenção de sólidos, infiltração e uso de águas pluviais na propriedade, objetivando intensificar com qualidade a infiltração de águas pluviais no solo. A implementação destas práticas deve ser condicionada, como mitigação, as intervenções específicas pleiteadas para implantação ou regularização dentro da propriedade ou empreendimento rural.

Estabelecimento de Servidão entre propriedades. É possível estabelecer servidão entre matrículas de imóveis localizados dentro da APA, de áreas não impermeabilizadas perenemente na forma de Reserva Legal, somando assim áreas em polígonos de propriedades distintas para obtenção de coeficiente de impermeabilização. Esta ferramenta permite compartilhar oportunidades econômicas para propriedades localizadas em Zonas distintas dentro da APA.

#### 4.2.2 Atividades Admissíveis em Áreas Rurais

As atividades elencadas como admissíveis no Plano de Manejo da APA poderão ser licenciadas, pelo Órgão Gestor da APA de Campinas, desde que atendidas os parâmetros e critérios definidos no Plano de Manejo e neste PUOT. As atividades e infraestruturas admissíveis, que tenham por finalidade a geração de renda para a propriedade ou empreendimento rural, salvo as infraestruturas vinculadas a habitação, devem ser alocadas e contabilizadas dentro dos setores de produção - SEPRO, da propriedade ou empreendimento rural.

#### 4.2.3 Análise das Atividades Admissíveis

Compete a SVDS e ao órgão gestor analisar as solicitações de certidão de uso do solo e licenças, quando de sua responsabilidade, para as atividades supracitadas através de Parecer Técnico Conclusivo, abarcando no mínimo o atendimento aos parâmetros e critérios elencados neste Plano de Manejo para a atividade e zoneamento em questão, além do atendimento aos percentuais relativos a setorização da propriedade.

Convém ressaltar que a análise supracitada através de Parecer Técnico Conclusivo aplica-se apenas às propriedades interessadas em implantar empreendimentos/atividades consideradas admissíveis no item 4.2.2. Nestes casos, a SVDS e o Órgão Gestor analisarão a propriedade como um todo, podendo solicitar informações e documentos complementares, além dos elencados a seguir:

1. Inscrição no CAR;
2. Comprovante de pagamento do ITR e CCIR;
3. Planimétrico da propriedade para cadastramento, assinado por responsável técnico, contendo:

a) APP e Reserva Legal em atendimento a legislação vigente;

b) Projeto de restauração iniciado que comprove a adequação das áreas de APP e reserva legal;

c) Setorização da propriedade na qual:

- proporções dos setores estejam conforme definido no PUOT;

- Projeto de adequação das áreas de APP e reserva legal ou comprovação da mesma;

- proporção do setor produtivo que indique os cultivos, ciclos e formas de produção;

- proporção do setor produtivo que indique as atividades consideradas admissíveis destacando o sistema de saneamento adotado para o atendimento dos resíduos gerados.

- proporção do setor de habitação, que indique: a) sistema de saneamento adotado para o atendimento dos resíduos gerados; b) análise de viabilidade do viário existente e, quando necessário, o projeto da adequabilidade que será implantado (contendo passagens de fauna, redutor de velocidade, sistema de sinalização);

5. Descrição das fontes de água a serem utilizadas, podendo, dependendo do caso, ser solicitado estudos de quantidade e qualidade destas;

6. Descrição dos sistemas de drenagem, armazenamento, infiltração e escoamento pluvial;

7. Descrição geral dos processos e formas de funcionamento das atividades pretendidas;

#### 4.2.4 Desmembramento e transferência de titularidade de imóveis rurais

Uma das problemáticas trazidas na elaboração do Plano de manejo trata-se da regulamentação do parcelamento do solo rural.

Conforme já explicitado no documento "Zoneamento" do plano de manejo, o Parcelamento do Solo em Área Rural, basicamente, é fracionamento territorial.

De acordo com o artigo 65 do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), o imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural.

§ 1º Em caso de sucessão causa mortis e nas partilhas judiciais ou amigáveis, não se poderão dividir imóveis em áreas inferiores às da dimensão do módulo de propriedade rural.

§ 2º Os herdeiros ou os legatários, que adquirirem por sucessão o domínio de imóveis rurais, não poderão dividir-os em outros de dimensão inferior ao módulo de proprie-

dade rural.

Ou seja, de acordo com a legislação vigente e determinado neste Plano de Manejo, fica proibido o registro em cartório de áreas inferiores à fração mínima de parcelamento. Para todas as Zonas a fração mínima de parcelamento é de 20.000 m<sup>2</sup> (2 hectares).

Qualquer alteração da dominialidade do imóvel rural localizado na APA deve possuir manifestação prévia favorável do órgão gestor da APA. Quando houver a solicitação de parcelamentos rurais, o órgão gestor deverá exigir um plano de produtividade agrícola, com estudo de viabilidade econômica, a fim de evitar a formação de novos núcleos urbanos. Na avaliação, baseado no estudo de setorização da propriedade ou empreendimento rural será incluída a avaliação da condição de preservação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, bem como destinação do esgotamento de efluentes e resíduos gerados e a comprovação da origem da água para abastecimento. Todo desmembramento de propriedade deve obrigatoriamente possuir o georreferenciamento da área remanescente e da área desmembrada, seguindo as recomendações técnicas do INCRA para o georreferenciamento de imóveis rurais.

Considerando que no processo de construção participativa do Plano de Manejo da APA identificou-se a necessidade da construção de um novo modelo de associação condominial, "pro diviso" que permita a gestão compartilhada da propriedade visando a viabilidade econômica e a conservação de uma paisagem contínua, deverão ser avaliadas as questões legais e jurídicas deste modelo, devendo ser construído entendimento unânime entre o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Cartórios de Registro de Imóveis e a Pasta Jurídica da Prefeitura Municipal. É certo que a construção deste modelo não exclui outras possibilidades e modelos de desenvolvimento rural, existentes ou possíveis.

**Resposta:**Primeiramente é importante reforçar que trata-se de uma Área de Proteção Ambiental, ou seja, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável em conformidade com a Lei Federal 9.985/01. De acordo o § 2º do art. 15 da referida Lei, desde que respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

Ademais, mesmo se o território em análise não fosse uma unidade de conservação da natureza, ainda assim deveria se submeter ao princípio da função social da propriedade urbana e rural, insculpida tanto na nossa Constituição Federal de 1988, quanto no Estatuto da Cidade e, em sendo o Município de Campinas inserido em região metropolitana, ao Estatuto da Metrópole.

Também é importante ressaltar que durante o processo de elaboração do Plano de Manejo, foi solicitado de maneira intensiva a necessidade de regramento para as propriedades rurais, inclusive por representantes da APROAPA. Ocorre que, em sendo o Poder Público o órgão regulador, não pode privilegiar somente a função econômica, mas sim o tripé do desenvolvimento sustentável, no qual a premissa ambiental se faz presente.

Assim, o intuito não é restringir as atividades rurais, mas regrear as atividades, em especial aquelas de uso urbano na área rural, como agroindústria, hotel e restaurante, por exemplo. Pode-se observar que atividades como agricultura e pecuária, por exemplo, são permitidas. No entanto, é preciso lembrar novamente que trata-se de uma APA, de forma que algumas atividades como silvicultura e apicultura poderão ser desenvolvidas, mas precisarão observar algumas questões por se tratarem de atividades com potencial impactante maior.

Ao longo de todo o processo, foi relatada a dificuldade do desenvolvimento de outras atividades dada a falta de regramento. Dessa forma, o Plano de Manejo tem como um de seus objetivos trazer esse regramento para viabilizar o desenvolvimento dessas atividades. Trata-se de um regramento novo e, portanto, deve ser conduzido com cautela. Ademais, o plano de manejo tem a premissa de ser adaptativo, ou seja, haverá monitoramento para verificar se a norma está adequada ou não, podendo, inclusive, ser passível de revisão futura.

Sobre as colocações enumeradas temos:

1. Cabe ressaltar que as contribuições e questionamentos sobre o restante do Plano de Manejo se encerraram na segunda audiência, em 25 de julho, ficando apenas o PUOT passível de contribuições até o dia 08 de agosto. O tema pavimentação não é objeto do PUOT, mas sim do Plano de Manejo, razão pela qual as possibilidades de contribuição externa chegaram a termo na citada 2ª audiência do Plano de Manejo.

Não obstante tal fato e a título de responder a demanda colocada na missiva, é importante apontar também que as estradas de terra não são as únicas causadoras dos problemas de assoreamento. Nesse sentido, durante todo o processo de elaboração do plano de manejo foi verificado que há pastos degradados que contribuem muito para esse problema, exemplificando.

E de se anotar, inclusive, que foi realizado estudo técnico considerando a fragilidade física, a ecologia de estradas, a ecologia de paisagem, a demanda da sociedade, as considerações do Deplan/SEPLURB, resultando em recomendações quanto à pavimentação das estradas da APA. Trata-se de uma área rural de APA, de forma que não é esperado que haja pavimentação de todas as estradas. O motivo para não pavimentação não se resumem a dificultar acesso para impedir adensamento, pode-se citar também aumento da velocidade de veículos, podendo causar atropelamento de fauna, alteração da temperatura do solo, podendo queimar a pata de animais que queiram atravessar ou até mesmo impedindo a travessia, por causa da temperatura, para algumas CAM, rota de fuga de pedágio, sendo que nesses casos não cabe ao município autorizar a pavimentação, como também não compete apenas ao município tal regramento quando se trata de CAM que leva a outro município.

Não é apenas o Plano de Manejo, promovido pela SVDS, que deverá determinar em absoluto a questão da pavimentação. Há outros órgãos competentes que se relacionam com o assunto, como Seplurb, Seinfra, Emdec, Subprefeituras e Concessionárias de forma que o plano de manejo traz recomendação, diferentemente da Lei Municipal nº 10.850/01 que trazia proibição ou determinação da utilização de determinado pavimento.

E de se aduzir que o Plano de Manejo não impede a elaboração do estudo citado. No entanto, o plano já realizou um estudo específico anteriormente e, qualquer órgão, instituição, associação é livre para fazer novo estudo e apresentar aos órgãos competentes.

2. Conforme já apresentado, esta nova versão dobrou a possibilidade de impermeabilização da propriedade rural, passando de 5 para até 10%.

Os 10% propostos pela SVDS visam evitar a urbanização das propriedades rurais, além de considerar a importância da infiltração de água no solo e a conseqüente recarga dos aquíferos. Os 10% também estão em consonância com os critérios de análise de urbanização (Fator Área) utilizado pela Prefeitura de Campinas, para atenuação da aplicação de imposto nas glebas situadas no perímetro urbana, conforme artigo 16b da Lei Municipal nº 11.111/01.

3. A servidão ambiental já está regrada pelo Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº 12.651/12) em seu artigo 78º, da qual não se aplica para potenciais de impermeabilização das propriedades rurais.

4. As contribuições e questionamentos sobre o restante do Plano de Manejo se en-

cerraram na segunda audiência, em 25 de julho, ficando apenas o PUOT passível de contribuições até o dia 08 de agosto. A fração mínima de parcelamento não é objeto do PUOT, mas do conteúdo do Plano de Manejo. O município tem a prerrogativa de definição da fração mínima de parcelamento, além destes valores terem sido tratados junto ao Ministério Público Federal. Não obstante, o plano de manejo tem a premissa de ser adaptativo, ou seja, caso a fração mínima de parcelamento de 4ha seja inadequada, poderá ser apresentado estudo específico relacionado à para produtividade da terra e vocação agrícola, visando para além da prosperidade econômica, a garantia da segurança alimentar.

5. As contribuições e questionamentos sobre o restante do Plano de Manejo se encerraram na segunda audiência, em 25 de julho, ficando apenas o PUOT passível de contribuições até o dia 08 de agosto. O uso tolerado não é objeto do PUOT. No entanto, cabe anotar que haverá um processo de transição para analisar os casos que estão em processo de regularização, mas não é possível afirmar que todas as atividades irregulares deverão permanecer, pois algumas podem ser incompatíveis, impactantes e não se deve anistiar beneficiando aqueles que agiram irregularmente, como por exemplo, aberturas de loteamentos clandestinos na área rural não serão passíveis de regularização.

6. As respostas dos pleitos anteriores foram publicadas no Diário Oficial Municipal em 24 de julho (<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1323901102.pdf>) e apresentadas na Audiência de 25 de julho de 2018.

As atividades menos impactantes como melipolicultura e agricultura orgânica, por exemplo, já estão classificadas como incentivadas. No entanto, é preciso lembrar que trata-se de uma APA, de forma que algumas atividades como silvicultura e apicultura poderão ser desenvolvidas, mas precisarão observar algumas questões por se tratarem de atividades com potencial impactante maior, por isso são admissíveis. Em momentos anteriores do processo participativo não foi questionado quais os parâmetros para as atividades admissíveis, sendo que estes serão desenvolvidos no contexto do manejo adaptativo, analisando-se o projeto. Não obstante, aduzimos que o intuito é que se permita a realização dessas atividades da melhor forma possível, compatibilizando a atividade com os recursos naturais, de forma que também não inviabilize economicamente.

7. Não obstante as respostas tenham sido fornecidas na Audiência Pública realizada no dia 25/07/2018, bem como publicadas no DOM de 24 de julho, segue abaixo maiores esclarecimentos, para que o princípio da informação e publicidade sejam amplamente observados:

De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000, poderão ser estabelecidas normas e limitações administrativas de cunho ambiental para a utilização de uma propriedade privada em APA.

*Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (Regulamento)*

*§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.*

*§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.*

*§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.*

*§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.*

*§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.*

Ressalta-se que o plano de manejo da APA não proíbe atividades rurais para áreas localizadas no perímetro da zona rural, assim como não impede usos urbanos para as localizadas no perímetro urbano. Mas, proíbe parcelamentos urbanos em área rural, conforme dita legislação em vigor. Porém, assim como compete a um plano de manejo, ele estabelece recomendações ou restrições para aquelas atividades potencialmente impactantes que possam afetar a biodiversidade ou a qualidade e quantidade dos recursos hídricos ou seu patrimônio natural e cultural, no cumprimento legal de atender aos objetivos de criação da APA de Campinas.

Por outro lado, o plano de manejo da APA de Campinas, atendendo a solicitações de seus moradores, estabelece parâmetros de usos para os ambientes urbanos e rurais no intuito de viabilizar a implantação de novas atividades econômicas na APA, em harmonia com os objetivos da Unidade de Conservação, que anteriormente eram impossíveis de serem regularizadas.

Importa reforçar que não há restrições de usos rurais para as áreas rurais, bem como de usos urbanos para aquelas urbanas. Não há impedimento de atividades, apenas regulamentações quanto a forma de desenvolvê-la, com o único objetivo de compatibilizar esses usos com a conservação do meio ambiente, condição *sine qua non* de uma unidade de uso sustentável. Portanto, essa sentença a respeito da necessidade de indenização está equivocada. A missão de gestão da APA, construída conjuntamente aos seus moradores, é a de viabilizar a melhoria da qualidade de vida através da valorização, proteção e fortalecimento do patrimônio natural e sociocultural, garantindo as funções ecológicas, a conservação da biodiversidade e a produção de água.

8. Os estudos referentes aos Parâmetros de Uso e Ocupação da Terra, tanto para a área rural quanto para a área urbana iniciaram-se em 20 de outubro de 2017, na Oficina de Zoneamento, finalizando-se na Audiência de 25 de julho de 2018, estendendo-se ainda por mais 15 dias, conforme solicitado pela APROAPA e possibilitado em audiência pública.

Ou seja, o tempo para construção coletiva foi de 9 meses, não configurando-se como um prazo exíguo. Nesse período foram realizadas 01 oficina aberta à população sobre o PUOT Rural no dia 19 de abril de 2018, 4 reuniões exclusivas com a APROAPA (16 de maio, 03 de julho, 18 de julho, 06 de agosto de 2018), 2 audiências públicas (25 de junho e 25 de julho de 2018), atendimento de representantes da APROAPA em 2 dos 4 plantões tira-dúvidas (13 e 17 de julho de 2018), análise dos protocolo 17/10/41655, trocas de e-mail e telefonemas, além de documento de elaboração do Puot estar compartilhado online com membros da Aproapa, permitindo uma construção longa e coletiva.

Vale a pena ressaltar que de todas as contribuições apresentadas pela área rural, cerca de 70% foram acolhidas, com destaque à (1) exclusão na análise por porte dos empreendimentos admissíveis e avaliação por setorização, adotando inclusive, a mesma divisão e nomenclatura; (2) exclusão das restrições dos Empreendimentos Admissíveis pela sua localização, ou seja, pelo Zoneamento Ambiental; (3) Aumento da porcentagem para permissão de impermeabilização da propriedade; (4) ampliação do teto

para Área Construída; (5) inserida a possibilidade de estudos específicos, inclusive jurídicos sobre o modelo de Propriedade Rural Compartilhada - "Condomínio Rural Pro-Diviso"; (6) substituição do Levantamento Planialtimétrico para Planimétrico. Em relação às alterações propostas pela APROAPA no documento do PUOT Rural (2ª Versão), temos a informar:

Primeiramente, cabe ressaltar que trata-se da segunda versão que foi desenvolvida visando atender os anseios e propostas manifestadas na 1ª e 2ª Audiência Pública, incluindo as propostas da APROAPA.

Portanto esta segunda versão do PUOT Rural, atendeu na íntegra, as seguintes propostas:

Exclusão da análise por Porte dos Empreendimentos Admissíveis (1ª Versão do PUOT Rural);

Avaliação da propriedade como um todo e Setorização da mesma para análise dos Empreendimentos Admissíveis;

Exclusão das restrições dos Empreendimentos Admissíveis pela sua localização, ou seja, pelo Zoneamento Ambiental;

Aumento da porcentagem para permissão de impermeabilização da propriedade (1ª Versão do PUOT Rural, até 5% da área total da propriedade);

Ampliação do teto para Área Construída (1ª Versão do PUOT Rural, dependendo do empreendimento poderia chegar a 2.500 m²)

Neste contexto, segue uma análise geral das alterações propostas pela APROAPA no documento final do PUOT Rural:

1) Teto de 10.000 m² (4 vezes maior que a proposta da 1ª Versão) para empreendimentos admissíveis, não aplicado para as demais benfeitorias existentes e necessárias às propriedades rurais.

2) Propriedade Rural Compartilhada - "Condomínio Rural Pro-Diviso".

Conforme alinhamento com o Ministério Público Federal, evitou-se a inserção de elementos que possam configurar parcelamento, desdobro ou fracionamento das propriedades rurais para fins urbanos.

Visando atender esta demanda e garantir discussões futuras, que necessitam de aprofundamento e estudos específicos, o item 4.2.4 do PUOT Rural, abordou a possibilidade de avaliação deste modelo considerando os aspectos legais e jurídicos, devendo entretanto consultar os Ministérios Públicos Federal e Estadual, Cartórios de Registro de Imóveis e a Pasta Jurídica da Prefeitura Municipal.

3) Como regra geral, válida para todas as Zonas dentro da APA de Campinas, a porcentagem de impermeabilização total permitida é de 12,5% da área total da propriedade. Conforme já apresentado, esta nova versão dobrou a possibilidade de impermeabilização da propriedade rural, passando de 5 para até 10%.

Os 10% propostos pela SVDS visam evitar a urbanização das propriedades rurais, além de considerar a importância da infiltração de água no solo e a consequente recarga dos aquíferos. Os 10% também estão em consonância com os critérios de análise de urbanização (Fator Área) utilizado pela Prefeitura de Campinas, para atenuação da aplicação de imposto nas glebas situadas no perímetro urbana, conforme artigo 16b da Lei Municipal nº 11.111/01.

4) Estabelecimento de Servidão entre propriedades.

A servidão ambiental já está regrada pelo Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº 12.651/12) em seu artigo 78º, da qual não se aplica para potenciais de impermeabilização das propriedades rurais.

5) Para não gerar dúvidas e conflitos as atividades admissíveis devem estar todas listadas e regradas apenas no plano de manejo.

Considerando que o objetivo do PUOT Rural é regrar os parâmetros para uso e ocupação da terra para as atividades urbanas em áreas rurais, não faz sentido o documento em questão não apresentar e caracterizar estes empreendimentos/atividades.

6) Substituição do Levantamento Planialtimétrico para Planimétrico, considerando os documentos obrigatórios para setorização e análise da Admissão de Empreendimentos na área rural da APA.

Proposta aceita e alterado no Documento do PUOT Rural.

7) Para todas as Zonas a fração mínima de parcelamento é de 20.000 m² (2 hectares).

A fração mínima de parcelamento não é objeto do PUOT, mas do conteúdo do Plano de Manejo. O município tem a prerrogativa de definição da fração mínima de parcelamento, além destes valores terem sido tratados junto ao Ministério Público Federal. Não obstante, o plano de manejo tem a premissa de ser adaptativo, ou seja, caso a fração mínima de parcelamento de 4ha seja inadequada, poderá ser apresentado estudo específico relacionado à produtividade da terra e vocação agrícola, visando para além da prosperidade econômica, a garantia da segurança alimentar.

Campinas, 08 de outubro de 2018

**DRA. MARIANA FERREIRA CISOTTO**

Coordenadora do Verde - Matrícula: 127.934-3

**ÂNGELA CRUZ GUIRAO**

Diretora do Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável

**ROGÉRIO MENEZES**

Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

## CONSELHO DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

### ERRATA, PUBLICAÇÃO DE 08/10/2018

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CADASTRAMENTO DE ENTIDADES PARA COMPOR O CONSELHO DE CONTROLE E REGULAÇÃO DA ARES - PCJ

Ficam as entidades interessadas, regularmente constituídas e representativas dos segmentos abaixo indicados CONVOCADAS a se cadastrarem na Secretaria Executiva do Conselho de Controle e Regulação da ARES - PCJ, no período de 08 de outubro de 2018 a 09 de novembro 2018 para poderem participar do processo de escolha de seus representantes para o mandato de 2018 a 2020, nos termos do Decreto Municipal nº 17.775 de 22 de Novembro de 2012 e Resolução Ares-PCJ nº 01, de 21 de novembro de 2011.

- Os interessados deverão apresentar seus respectivos requerimentos cadastrais junto ao PROTOCOLO GERAL da Prefeitura Municipal de Campinas na Anchieta nº 200 - (Paço Municipal), andar térreo, no horário de 08h00 às 17h00 de segunda à sexta-feira, regularmente endereçados à Secretaria Executiva do ARES - PCJ, lotada na Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais da SVDS, no 19º andar do Paço Municipal, com os seguintes documentos:

1. Cópia do Estatuto Social ou Ato Constitutivo regularmente registrado em Cartório, com registro há pelo menos 05 (cinco) anos, além de possuir dentre seus objetivos estatutários, atuação na área de saneamento básico;

2. Cópia da Ata da Assembleia que elegeu a Diretoria em vigor, com duração do mandato, ou outro documento comprobatório de eleição da atual diretoria, regularmente registrado em Cartório competente;

3. Carta assinada pelo representante legal da entidade nomeando representant-

te para participar da Assembleia de eleição, podendo essa nomeação constar do próprio requerimento de cadastramento;

4. As entidades interessadas deverão informar, ainda, endereço completo, telefone(s) e e-mail para regulares contatos.

Participarão do cadastro as seguintes representações:

- Representante de entidades técnicas e representante de organizações da sociedade civil, ambos relacionados ao setor de saneamento básico.

O Conselho de Regulação e Controle Social do Município foi criado pelo Decreto nº 17.775 de 22 de Novembro de 2012 para atuar como mecanismo consultivo no âmbito da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ. Os representantes cujas documentações apresentadas estiverem de acordo com este edital, poderão participar da eleição para as vagas atendendo convocação da Secretaria Executiva do Conselho via e-mail e Diário Oficial do Município.

#### Cronograma

10/08/2018	Segunda-feira: Publicação do Edital de Convocação para Cadastro das Entidades
11/09/2018	Sexta-feira: Último dia para inscrição das entidades.
19/11/2018	Segunda- Feira Publicação das entidades deferidas e indeferidas pela Secretária Executiva, com justificativa no caso de INDEFERIMENTO.
19/11/2018	Segunda-feira: Início de prazo de apresentação de RECURSO pelas entidades indeferidas.
23/11/2018	Sexta-feira: Último dia de apresentação de recurso pelas entidades indeferidas.
30/11/2018	Publicação dos recursos deferidos e indeferidos, com justificativa no caso de indeferimento.
12/10/2018	Publicação de portaria de nomeação do Conselho

Campinas, 08 de outubro de 2018

**MARCOS ROBERTO BONI**

Presidente do Conselho de Regulação e Controle Social ARES/PCJ /Campinas

## SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E AUTARQUIAS

### EMDEC

EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS S/A

### AVISO DE LICITAÇÃO

A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A - Rua Dr. Salles Oliveira, nº 1.028, Vila Industrial, Campinas/SP, comunica que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 031/2018, protocolo nº 115/2015 - **Contratação de empresa fornecedora de refeições, almoço para atendimento aos reeducandos.** O edital poderá ser obtido através de download do site da EMDEC, no endereço [www.emdec.com.br](http://www.emdec.com.br) (clicando no link "Licitações" e em seguida "Agenda de Licitações") ou solicitado através do e-mail [licitacoes@emdec.com.br](mailto:licitacoes@emdec.com.br). O credenciamento, a entrega e abertura dos envelopes será no dia **31/10/2018 às 9:30 horas**. Em: 08/10/2018.

#### DIVISÃO DE COMPRAS

### CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2018

A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A comunica que se encontra ABERTO o Chamamento Público nº 004/2018, protocolo nº 008/2018, referente ao **credenciamento de pessoas jurídicas para implantação de sistema informatizado de gestão de arrecadação de multas de trânsito e de transporte, de despesas no Pátio Municipal de Recolhimento de Veículos (PMRV), bem como de guias de arrecadação de outros serviços, sem ônus para a EMDEC, mediante o uso de cartões de crédito, disponibilizando alternativas para quitação dos débitos.** O edital poderá ser obtido através de download do site da EMDEC no endereço [www.emdec.com.br](http://www.emdec.com.br) (clicando no link "Licitações" e em seguida "Agenda de Licitações"), ou solicitado através do e-mail [licitacoes@emdec.com.br](mailto:licitacoes@emdec.com.br). As inscrições e entrega da documentação exigida se dará em dias úteis a partir de 09/10/2018 no horário das 09:00h às 12:00h e das 13:30h às 16:00h. Em: 08/10/2018.

#### DIVISÃO DE COMPRAS

### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 042/2018 - Pregão Eletrônico nº 001/2018 - Protocolo nº 130/2018 - Contratante: EMDEC S/A - Contratada: **CISTEL COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS EIRELI - EPP** - CNPJ: 22.769.273/0001-38 - Objeto: **renovação da licença de uso do software Maptitude for the Web.** Valor: R\$ 11.590,00- Prazo: 12 (doze) meses a partir desta publicação - Data de assinatura: 08/10/2018.

#### DIVISÃO DE COMPRAS

### HOSPITAL DR. MÁRIO GATTI

HOSPITAL MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI - HMMG

### AVISO DE LICITAÇÃO

Acham-se abertas no Departamento de Compras da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar, sito Av. Prefeito Faria Lima, nº 340 - 2º andar (Complexo Administrativo), Parque Itália, Campinas/SP, fone: (19) 3772-5815, as seguintes licitações: Pregão Eletrônico nº 44/2018 - Prot. nº 230/2018, locação de ventilador microprocessado e monitor multiparamétrico, mediante o Sistema de Registro de Preços, com acolhimento das propostas a partir das 08h00 do dia 09/10/2018; abertura das propostas dar-se-á às 09h00 do dia 22/10/2018 e a disputa de preços dar-se-á às 09h15 do dia 22/10/2018. Os interessados poderão retirar o edital a partir

do dia 09/10/2018, através do site [www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes](http://www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes) ou pelo e-mail: [licitacoes@hmmg.sp.gov.br](mailto:licitacoes@hmmg.sp.gov.br).

Campinas, 08 de outubro de 2018  
**NATHALIE AMADO MILANO NOGUEIRA**  
 Coordenadora de Compras

## DECLARAÇÃO DE ITENS REVOGADOS, DESERTOS, FRACASSADOS E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2018

**PROTOCOLO Nº 821/2017**

**OBJETO:** Registro de preços de material hospitalar (anuscópio descartável, bolsa de colostomia e outros).

Em face dos elementos constantes no presente processo licitatório e ao disposto no art. 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8.666/93 combinado com o art. 3º, inciso II, do Decreto Municipal nº. 14.217/03 e nas observações feitas pelo Senhor (a) Pregoeiro (a), resolvo:

1) Informar que o (a) pregoeiro (a) declarou **REVOGADOS** os itens 04, 05, 14, 15 e 28 para revisão dos descritivos técnicos; **DESERTOS** para os itens 13, 26 e 27 por não haver interessados na apresentação de propostas; **FRACASSADOS** os itens 07, 08, 11, 12, e 29 por desclassificações técnicas e por não haver propostas com preços em condições de aceitabilidade.

2) **HOMOLOGAR** o Pregão Eletrônico nº 023/2018 adjudicando o objeto em epígrafe, às empresas abaixo especificadas:

- **Cirúrgica União Ltda.** para os itens 01 (R\$1,30) e 02 (R\$1,30);  
 - **Lumier Health Builders Equip. Ltda.** para os itens 09 (R\$3,00) e 10 (R\$3,00);  
 - **Cirúrgica California Eireli ME.** para o item 03 (R\$14,30);  
 - **Híromed Prods. Hosp. Eireli. EPP** para os itens 16 (R\$130,00), 17 (R\$130,00), 18 (R\$130,00), 19 (R\$130,00), 20 (R\$130,00), 21 (R\$130,00), 22 (R\$130,00), 23 (R\$130,00) 24 (R\$130,00) e 25 (R\$130,00);  
 - **Cirúrgica Fernandes Com. Mat. Cir. Hosp. Soc. Ltda.** para o item 06 (R\$163,97).

A Rede Municipal Dr. Mário Gatti enviará para as licitantes vencedoras, através de correio eletrônico, arquivo contendo as Atas de Registro de Preços para assinatura do representante legal da empresa, para posterior devolução em 02 (duas) vias assinadas, através de sedex no prazo de três dias corridos e pessoalmente no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data do envio do correio eletrônico (e-mail), encaminhado ao Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, na Área de Expediente, localizado no térreo do Complexo Administrativo Dr. René Penna Chaves Filho, à Av. Prefeito Faria Lima nº 340, Bairro Parque Itália, CEP: 13036-902, Campinas/SP.

Campinas, 08 de outubro de 2018

**DR. MARCOS EURÍPEDES PIMENTA**

Diretor-Presidente da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar

## RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE ITENS FRACASSADOS E HOMOLOGAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº027/2018**

**PROTOCOLO Nº 876/2017**

**OBJETO:** Registro de Preços de materiais hospitalares (fios cirúrgicos).

Em face dos elementos constantes no presente processo licitatório e ao disposto no art. 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8.666/93 combinado com o art. 3º, inciso II, do Decreto Municipal nº. 14.217/03 e nas observações feitas pelo senhor (a) Pregoeiro (a), resolvo:

1) **REVOGAR A HOMOLOGAÇÃO** dos itens **02, 06, 07 e 08** a empresa GR Médica Com. Mat. Eireli EPP, por não atender os requisitos de habilitação de acordo com o subitem 10.19.3 do edital.

2) **HOMOLOGAR** os itens 02, 06, 07 e 08 a empresa Suprihealth Suprimentos Médicos Ltda;

Campinas, 08 de outubro de 2018

**DR. MARCOS EURÍPEDES PIMENTA**

Diretor-Presidente da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar

## AVISO DE RATIFICAÇÃO

**ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93**

**Protocolo nº 1045/2018**

- **Oxy-System Equipamentos Médicos Ltda**, para os itens 01 e 02, no valor total de R\$64.050,00 (Sessenta e quatro mil e cinquenta reais).

Campinas, 04 de outubro de 2018

**DR. MARCOS EURÍPEDES PIMENTA**

Diretor-Presidente da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar

## IMA

INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A - IMA

## TERMO ADITIVO

*Ao Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura de Rede Nº 323*

**Objeto:** Cessão, a título oneroso e em caráter não exclusivo, a utilização de determinados Pontos de Fixação em postes do sistema de distribuição de energia elétrica aéreo, de propriedade da CPFL, pela USUÁRIA, para a instalação de cabos e equipamentos necessários para a transmissão de voz, dados ou imagens, visando à interligação das unidades, localizadas na área de concessão da CPFL ("Infraestrutura").

**Razão Social:** Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL. **CNPJ:** 33.050.196/0001-88. **Valor Global Estimado:** Quantia mensal de R\$ 7.740,00, referente a ocupação de 1500 pontos de fixação. A vigência do contrato fica prorrogada por mais 01 (um) ano, contados a partir de 11/10/2018. As demais cláusulas permanecem inalteradas conforme os documentos firmados.

Campinas, 08 de outubro de 2018

**GERÊNCIA JURÍDICA**

## SANASA

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO - SANASA

## RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Pregão nº 2017/228** Empresa: **Abacor Comercial Ltda ME**, CNPJ n. 52.953.494/0001-22. Preço Unitário Registrado. Objeto: **lote 1: item 1, Areia normal (lavada) R\$ 77,00/m3**; Ata Registrada: 09/01/2018; vigência: 06 meses.

**GERÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

## RESUMO DE ADITAMENTO

**Aditamento n. 01 ao Contrato n. 2018/6640**; Lic. Eletr. 2018/01. Contratada: **Oestevalle Pavimentações E Construções Ltda**; CNPJ: 06.931.094/0001-07 exec. obras prolongamento e remanejamento rede coletora. Preços: Ficam alterados os preços

unitários que integram a planilha orçamentária em concordância com o valor total estabelecido no processo licitatório.

**Aditamento n. 03 ao Contrato n. 2017/90037**; Pre: 43/2017. Contratada: **La Farina Pães e Doces Ltda EPP**; CNPJ: 74.414.962/0001-23; Objeto: **coffê break**. Objeto: Supressão de 900 unidades do item 2 (R\$ 18.126,00) e acréscimo de 1.405 unidades ao item 01 (R\$ 18.124,50).

**Aditamento n. 01 ao Contrato n. 2017/90014**; DL 24/2018. Contratada: **Decortex Decorações Ltda ME**; CNPJ: 56.600.497/0001-33; Objeto: **serv. inst. e manut. pers.ianas**. Objeto: acréscimo de 24,99% ao inicialmente previsto. Valor: 2.534,94.

**Aditamento n. 01 à Ata de Registro de Preço referente ao Pregão 2018/17**. Contratada: **Barnabé Produções Ltda EPP**; CNPJ: 15.129.214/0001-30; A empresa **CORREIA & BARNABÉ PRODUÇÕES LTDA -EPP**. teve alteração de sua razão social, conforme 5ª alteração contratual de 09/05/2018, registrada na JUCESP sob nº 0.588.028/18-6, passando sua razão social a ser **BARNABÉ PRODUÇÕES LTDA. EPP**, permanecendo inalterado o número de inscrição no cadastro de pessoas jurídicas, para todos os fins e efeitos de direito.

**Aditamento n. 02 ao Contrato n. 2017/6518**; Pregão 157/2018. Contratada: **Generali Brasil Seguros SA**; CNPJ: 33.072.307/0001-57; Objeto: **seguro de vida em grupo**. Prorr. Vig.: 12 meses a partir de 02/10/2018. Valor: 615.562,46.

**Aditamento n. 02 ao Contrato n. 2014/90059**; DL 607/2014. Contratada: **White Martins Gases ind. SA**; CNPJ: 35.820.448/0001-36; Objeto: **locação de cilindros com forn. gases**. Prorrrog. Vig. 12 meses a partir de 04/11/2018.

**Aditamento n. 02 ao Contrato n. 2017/6472**; CD 04/2017. Contratada: **Amrtec Tec. Imp. e Exp. Ltda**; CNPJ: 13.018.396/0001-46; Objeto: **manut. sist. medição remota**. Disp. Finais: Devido à reorganização administrativa passa a responder pela execução do contrato o empregado Sr. Satoshi Ando, Gerente de Manutenção.

**DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

## SETEC

SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS - SETEC

## COLSETEC - COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA SETEC

*AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO*

Acha-se aberto na **SETEC - Serviços Técnicos Gerais**, com Instrumento Convocatório disponibilizado no Portal da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo ([www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br)) o **Pregão Eletrônico nº 16/2018 - Processo Administrativo nº SETEC.2018.0000271-66 - DISEG**.

**OBJETO:** Contratação de empresa para **SERVIÇO DE SEGURANÇA ARMADA**, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme lei, demais condições e especificações constantes do **ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA**. **DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 09/10/2018.**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 23/10/2018 às 10:00 horas.**

**OFERTA DE COMPRA - OC Nº 824404801002018OC00006**

Qualquer dúvida ou esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do site da BEC: ([www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br)), através da opção **Edital**.

Campinas, 08 de Outubro de 2018

**ENIVAL ALVES FERREIRA**

PRESIDENTE DA COLSETEC - PREGOEIRO

## PODER LEGISLATIVO

### CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## ADITAMENTO Nº 02 AO CONTRATO Nº 17/2018

Protocolo Interno nº 25.601/2017 - Pregão Eletrônico nº 37/2017 - Contratante: Câmara Municipal de Campinas - Contratada: TMS Purificadores e Comércio Ltda - ME - CNPJ: 09.114.027/0001-80 - Objeto: **Acréscimo do aluguel de 02 (dois) purificadores de água - Valor mensal com o aditamento: R\$4.732,38 (quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e trinta e oito centavos); Valor total com aditamento: R\$55.829,15 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e vinte e nove reais e quinze centavos) - Fundamento legal: art.65, I, "b", §1º da Lei 8.666/93 - Assinatura: 08/10/2018.**

## PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Protocolo Interno nº 26.196/2018 - Inexigibilidade de licitação - Contratante: Câmara Municipal de Campinas - Contratada: Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL - CNPJ 05.801.353/0001-04 - Objeto: **Estabelecer a cooperação técnico-científica, cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre as partes; Valor do contrato: R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) pela anuidade - Prazo: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da publicação - Assinatura: 08/10/2018.**

## ADITAMENTO Nº 02 AO CONTRATO 58/2016

Protocolo Interno nº 21.776/2013 - Licitação: Pregão Eletrônico nº 30/2016 - Contratante: Câmara Municipal de Campinas - Contratada: Telefônica Brasil S.A. - CNPJ: 02.558.157/0001-62 - Objeto: **Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 20/10/2018 a 20/10/2019 - Valor total estimado: R\$250.425,60 (duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos). Fundamento legal: Art. 57, II, c/c § 2º, da lei nº 8.666/93 - Assinatura: 08/10/2018.**

## 23ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Comissão do Meio Ambiente da Câmara Municipal de Campinas informa que, nos termos do inciso V, artigo 85, de seu Regimento Interno, realizará **Audiência Pública no dia 18 de outubro de 2018, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário deste Legislativo**, localizado na Av. Engenheiro Roberto Mange, 66, Ponte Preta, para debater os seguintes Projetos de Lei Complementar:

**PLC 23/2018, PROCESSO 224.515, DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL, QUE "DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E PARÂMETROS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM SEDE DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL FIRMADO NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS";**

**PLC 24/2018, PROCESSO 224.516, DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL, QUE "DISPÕE SOBRE O BANCO DE ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 16.974 DE 04 DE FE-**

**VEREIRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Campinas, 08 de outubro de 2018  
**VEREADOR LUIZ ROSSINI**  
 PRESIDENTE DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2018**

Protocolo Interno n.º 25.854/2018 - Pregão Eletrônico n.º 11/2018 - Contratante: Câmara Municipal de Campinas - Contratada: JWS EMBALAGENS EIRELI - ME - CNPJ: 24.745.882/0001-82 - Objeto: Necessidade de alteração da marca do item 02, Grupo 01 e do endereço da empresa - Sem ônus adicional à Contratante - Fundamento legal: art. 65, II, "b", da Lei 8.666/93 - Assinatura: 08/10/2018.

**DIVERSOS****ENTIDADES ASSISTENCIAIS E ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO****ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES AMIGOS DO BAIRRO DA VITÓRIA CAMPINAS/SP****EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A diretoria da Associação dos Moradores Amigos do Bairro da Vitória convoca todos os moradores para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na sua sede localizada a Rua da Administração, nº 77, Bairro da Vitória, Campinas/SP, no dia 28 de outubro de 2018, às 09h00 em primeira chamada e 10h00 em segunda chamada e com qualquer número de presenças, com término às 12h00 do mesmo dia.

A pauta a ser discutida será a RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL realizado em 25/06/2017 em desconformidade com o Estatuto Social da entidade (arts. 13 e 35).

Ficam portanto todos os moradores convocados desde já por este edital publicado no Diário Oficial do Município e também afixado na sede da entidade.

Campinas, 01 de outubro de 2018  
**EDUARDO ALVES DA SILVA**  
 Presidente

**MOVIMENTO ASSISTENCIAL ESPÍRITA MARIA ROSA****DECLARAÇÃO DE EXTRAVIO DE LIVROS RAZÃO E DIÁRIO**

O **MOVIMENTO ASSISTENCIAL ESPÍRITA MARIA ROSA** CNPJ nº 46.116.273/0001-05, Inscrição Estadual Isento, com sede a Rua: Padre Manoel Bernardes, nº 1214, Parque Taquaral, CEP 13087-320, Campinas/SP, DECLARA sob as penas da Lei, 64.567 de 22/05/1969, artigo 18, para fins da comprovação junto a Secretaria da Fazenda e a quem mais importar, que

se extraviou os seguintes documentos Contábil: Livro Diário do período de 12/1989 a 12/2006 e Livro Razão do período de 12/1989 a 12/2011 conforme boletim de ocorrências do dia 04/10/2018, Declara também que em virtude do extravio dos documentos, não há possibilidade de reconstituição da escrita do mesmo.

LIVRO Nº	ANO	DIÁRIO	RAZÃO
01	1989	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
02	1990	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
03	1991	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
04	1992	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
05	1993	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
06	1994	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
07	1995	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
08	1996	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
09	1997	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
10	1998	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
11	1999	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
12	2000	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
13	2001	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
14	2002	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
15	2003	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
16	2004	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
17	2005	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
18	2006	EXTRAVIADO	EXTRAVIADO
19	2007		EXTRAVIADO
20	2008		EXTRAVIADO
21	2009		EXTRAVIADO
22	2010		EXTRAVIADO
23	2011		EXTRAVIADO

**CELINA DA COSTA DIAS SILVA**  
 Presidente

Atenciosamente,

# PUBLICAÇÕES NO Diário Oficial

**ORÇAMENTOS:**

Enviar a matéria a ser publicada por e-mail:

**diário.oficial@ima.sp.gov.br**

**ATENÇÃO:**

Para ser orçado no menor valor possível, o arquivo precisa ser digitado no Word ou Excel. Não envie arquivo digitalizado, isto é, não pode ser scaneado (imagem em pdf, jpg, tiff, bmp).

**CONDIÇÕES PARA SOLICITAR A GRATUIDADE DE PUBLICAÇÃO NO DOM**

De acordo com o Decreto Nº 17.583 de 04 de maio de 2012, alterado pelo Decreto Nº 19.479 de 11 de abril de 2017, tem direito a gratuidade de publicação no Diário Oficial do Município de Campinas: **Entidades Assistenciais e Associações de Bairros.**

**Ligue: (19) 3755-6533**



INFORMÁTICA  
DE MUNICÍPIOS  
ASSOCIADOS



PREFEITURA DE  
CAMPINAS